

**O papel dos media no escândalo político:  
a propósito do processo Casa Pia**

**Rute Denise Pereira Martins**

**Dissertação de Mestrado em Ciências da Comunicação  
(especialização em Comunicação Estratégica)**

**Abril, 2013**

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciências da Comunicação – especialização em Comunicação Estratégica, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor João Pissarra Esteves, Professor Associado na Faculdade Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa.

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, quero agradecer ao meu orientador, o Professor Doutor João Pissarra Esteves, que se mostrou sempre disponível para responder às minhas dúvidas e para me dar sugestões, sem o seu apoio não seria possível a concretização deste trabalho.

Agradeço também aos meus pais pela sua compreensão e apoio nos melhores e nos piores momentos.

E finalmente, a todos os colegas de curso e amigos, pelo companheirismo e pela força que me deram para continuar este percurso.

# **O papel dos media no escândalo político: a propósito do processo Casa Pia**

**Rute Denise Pereira Martins**

## **RESUMO**

**PALAVRAS-CHAVE:** media, imprensa, Casa Pia, escândalo político, democracia

A dissertação apresentada pretende analisar o escândalo mediático português de 2002, o caso da Casa Pia de Lisboa, e compreender o papel dos media e verificar se existe uma diferenciação no tratamento da imprensa de referência e popular neste escândalo político e sexual. Para tal, serão analisados artigos de dois jornais portugueses, o Correio da Manhã e o Diário de Notícias, num período previamente escolhido e que incidem apenas nas figuras políticas envolvidas no escândalo.

Este trabalho pretende ainda compreender o escândalo como fenómeno social importante para a sociedade, analisar o papel dos media como o Quarto Poder da democracia e verificar se este papel vai também de encontro a um sensacionalismo e entretenimento, que se tem sentido atualmente na cobertura noticiosa dos media atuais.

Os meios de comunicação são atualmente o palco de exposição da arena política, através da denuncia de transgressões de valores adotados pela sociedade e contribuíram para uma maior vulnerabilidade da classe política, a qual já não pode fugir do olhar atento do público e à qual é exigida transparência nas suas intenções e ações. O escândalo da Casa Pia tornou-se um exemplo da imprensa portuguesa, tanto pelo serviço público que prestou aos cidadãos durante a exposição de denúncias e acompanhamento do processo, como pelo desgaste que provocou na democracia e nos próprios meios de comunicação portugueses.

### **The role of media in a political scandal: Casa Pia case**

## **ABSTRACT**

**KEYWORDS:** media, press, Casa Pia, political scandal, democracy

The presented dissertation analyzes the Portuguese media scandal of 2002, the case of Casa Pia de Lisboa, and understands the role of the media and whether there is a differential treatment between the popular press and reference press in this political and sexual scandal. The analysis comprehends articles from two Portuguese newspapers, Correio da Manhã and Diário de Notícias, during a period previously chosen and that focus only on political figures involved in the scandal.

This work intends to understand the scandal as an important social phenomenon for society, to analyze the role of the media as the Fourth Estate of democracy and verify if this role carries characteristics such as sensationalism and entertainment, both present in the actual type of news coverage.

The media expose the political arena by denouncing transgressions of values adopted by society and has contributed to a greater vulnerability of the political class, which can no longer escape the watchful eye of the public and from which is required transparency in their intentions and actions. The Casa Pia scandal became an example of the Portuguese press, not only because of the public service provided to citizens during the exposure of denunciations and monitoring the judicial process but also because of the abrasion on democracy that the media provoked.

## ÍNDICE

Introdução.....	7
1. Comunicação de massa .....	9
2. Os papéis dos media .....	16
3. Mediatização da política.....	21
4. O conceito de escândalo .....	30
5. Media e democracia .....	40
6. Media como Quarto Poder .....	49
7. Metodologia .....	59
8. O processo Casa Pia .....	62
9. Análise e resultados.....	65
Conclusão .....	83
Referências bibliográficas.....	87



## Introdução

A comunicação evoluiu, permitindo um maior fluxo de informações e notícias e mesmo um maior número de atores. É um campo complexo e objeto de constantes estudos sobre a qualidade do seu desempenho. Não obstante, os media desempenham um papel relevante na sociedade e na vida dos cidadãos contribuindo com uma certa influência. Hoje as instituições como o Parlamento ou partidos já não chegam para tornar públicas as ações e ideias políticas, sendo necessário que a atividade política se desenrole no campo público da sociedade, através da mediação da comunicação. Por outro lado, o que pertence à esfera privada já não é restrito, chegando facilmente ao público e, conseqüentemente, pode expor fragilidades com conseqüências negativas para os envolvidos. Os atores políticos já não detêm controlo total sobre a política no espaço público, pois os recursos tradicionais ao seu dispor já não bastam para responder à complexidade da sociabilidade atual. A política vê-se na obrigação de encarar os media como locais privilegiados não só de comunicação, mas de concentração de poder e convive com uma maior visibilidade pública. Esta cada vez mais estreita relação com os media trouxe uma fragilidade dos atores políticos (THOMPSON, 1990:322), por vezes com graves conseqüências para os mesmos. A arena política está mais suscetível ao sensacionalismo e *infotainment* (BRANTS, 1998:41), o que nem sempre corresponde a uma informação de qualidade e reflete-se na superficialidade e dramatização das notícias.

O trabalho desta dissertação foi influenciado por essas preocupações e transformações da comunicação no campo político. O papel dos media no escândalo político torna-se um objeto de estudo significativo na medida em que se revela como uma conseqüência indireta das próprias características da sociedade democrática, onde é exigida uma transparência aos políticos. Assim, os media tornam-se o palco de exposição do campo político, denunciando transgressões de valores, normas ou códigos morais (THOMPSON, 2002:91). O escândalo político sempre fez parte da comunicação, mas agora viu-se ampliado devido aos meios de comunicação de massa. O objetivo é perceber qual o papel dos meios de comunicação no escândalo político em análise e se é possível observar uma diferenciação entre imprensa de referência e imprensa popular no seu tratamento. Podemos dividir o trabalho em duas partes: a

primeira apresenta uma revisão bibliográfica e contextualização teórica das diversas temáticas em discussão, a segunda parte em que é realizado o estudo de caso.

A primeira parte compreende seis capítulos essenciais para se compreender de uma forma mais aprofundada o escândalo político transmitido pelos meios de comunicação nas sociedades de hoje. Em primeiro lugar, falaremos sobre o conceito de Comunicação de Massa, relevante para compreender a sociedade de massa. O segundo capítulo debruça-se sobre os Papeis dos Media, apresentando as suas funções mais importantes dentro da sociedade e democracia. O terceiro capítulo remete-nos para a Mediatização da Política, etapa importante na compreensão da contribuição dos media para uma mudança na cobertura noticiosa na arena política, onde se inclui o escândalo político. Aqui observamos uma maior vulnerabilidade do ator político devido ao poder de ampliação dos media, que nem sempre se traduz num fenómeno positivo e pode contribuir para um certo sensacionalismo e drama. No quarto capítulo, encontramos o Conceito de Escândalo, seguindo de perto o ponto de vista de John B. Thompson que nos esclarece sobre os diversos tipos de escândalo. O quinto e sexto capítulo referem-se aos Media e Democracia e aos Media como Quarto Poder, respetivamente. Aqui pretende-se observar a relação dos meios de comunicação com estes campos e de que forma o escândalo estabelece com os mesmos uma relação ambivalente.

A segunda parte deste trabalho incide num estudo de caso sobre o escândalo da Casa Pia, ocorrido em novembro de 2002 e que envolveu funcionários, figuras públicas e políticas. Através da análise de notícias nos jornais Correio da Manhã (CM) e Diário de Notícias (DN), entre novembro de 2002 e maio de 2003, pretende-se observar o papel destes periódicos, na apreensão pública deste escândalo político e parte-se da hipótese de que a diferença entre jornal de referência (aqui o DN) e jornal popular (CM) está esbatida. O escândalo Casa Pia revelou-se uma oportunidade para avaliar o papel da imprensa portuguesa pois apresenta as duas vertentes do jornalismo: o sensacionalismo e entretenimento, por um lado, e o serviço público e a atuação como um Quarto Poder, por outro (TRAQUINA, 2007:33; MESQUITA, 2003:85). Em termos de metodologia, procedeu-se a uma análise quantitativa e qualitativa de 50 peças que surgem na primeira página dos dois periódicos, durante o período temporal referido.

Por fim, o nono capítulo apresenta os resultados da análise empírica, confrontando a hipótese colocada, seguido de uma conclusão que sintetiza e relaciona os resultados com o restante trabalho apresentado



## **1. Comunicação de massa**

Numa era em que vivemos ligados aos meios de comunicação, conseguir imaginar o mundo sem jornais, Internet ou televisão parece-nos uma situação difícil, mas nem sempre fomos constantemente bombardeados com informações. Primeiro surgiram os jornais, depois o rádio, mais tarde a televisão a preto e branco e depressa presenciamos o contexto atual: o acesso a constantes fontes de informação, por vários meios de comunicação. Milhões de pessoas assistem os mesmos programas televisivos, leem o mesmo jornal e atualizam o seu *status* nas redes sociais. Outrora, a impressão dos periódicos era um marco na história, hoje está a ser ultrapassado pelo fenómeno da Internet e dos dispositivos móveis. A comunicação, característica fundamental do Homem, obteve um tremendo êxito na sociedade Ocidental devido a dois fatores: por ser uma necessidade humana fundamental mas também por se ter transformado num atributo essencial da modernidade (WOLTON, 1999:36). Fundamental porque exprimir-se faz parte do ser humano e atributo da modernidade vivida no Ocidente porque foi no seio desta que surgiu o modelo da comunicação ligado ao indivíduo, ligado à ideia de liberdade que permitiria estreitar relações e exprimir esta mesma modernidade.

Não obstante, independentemente da nossa interpretação da realidade e o modo como os media são passíveis de a moldar, é através deles que temos conhecimento do que se passa a nível económico, social, cultural e político. Temos conhecimento dos líderes políticos e das suas políticas e até mesmo dos escândalos que surgem neste campo. Mais do que qualquer outra atividade, a atividade política necessita utilizar os vários media de que dispõe, a fim de atingir o seu público. Contudo, precisa primeiro de se adaptar a eles. Numa democracia liberal, se o objetivo do partido é convencer o eleitor e ganhar a confiança e voto da maioria dos cidadãos, então terá de transmitir a sua mensagem ao país inteiro através dos diversos canais de que dispõe e que poderão alcançar a população.

### Os caminhos da comunicação de massa

A expressão “massa” revela volume ou extensão e “comunicação” refere-se à emissão ou receção de mensagens e tal faz-se através de diversos canais de comunicação. O conceito de comunicação de massa é experienciado todos os dias pelos cidadãos e é marcado pela cultura e pelo ambiente social, o que significa que não se restringe apenas à transmissão de conteúdos através daqueles canais de comunicação,

sendo também um modo de existência das sociedades modernas. Estabelecer uma data precisa sobre o surgimento da comunicação de massa pode revelar-se difícil pois já na Idade Média, a Igreja e o Estado estabeleciam formas de comunicação que se estendiam a um significativo número de pessoas (MCQUAIL, 2003:18), porém, independentes das instituições de media de massas. A história dos media modernos só começaria com o surgimento das técnicas de impressão, a partir do século XV. Com a impressão e a produção de múltiplas cópias de textos, contava-se já, pelo menos, 35 mil edições no final do século, surgindo ainda as impressões de panfletos, periódicos e folhas noticiosas de vários tipos, cujo maior público era a burguesia e os intelectuais. Foi com a primeira folha noticiosa inglesa, que rapidamente a imprensa se desenvolveu em Inglaterra na segunda metade do século XVII, ainda que não tivesse a autonomia que tem hoje. O primeiro jornal foi o inglês *Courant*, em 1702, abrindo caminho para muitos outros. O desenvolvimento da indústria do jornal, nos séculos XIX e XX, pode ser caracterizado de duas formas: 1) com o crescimento e consolidação da circulação massiva de jornais e 2) com a crescente internacionalização das atividades de coleta de notícias. (THOMPSON, 1999:234) O primeiro relaciona-se com o objetivo de se comercializar a atividade, sendo esse o motivo principal da sua evolução. O segundo relaciona-se com o surgimento de agências de notícias nos principais centros da Europa como a Reuters, que contribuíam para o ritmo frenético da transmissão global de notícias. Esta ampliação maciça da imprensa permitiu o acesso geral das massas à esfera pública, que rapidamente viu o seu caráter político diminuído para se transformar apenas em consumidor (HABERMAS 1989:169). Desta forma, estavam reunidas as condições para o desenvolvimento da comunicação de massas como hoje a conhecemos. Esta baseia-se numa audiência de massas (MCQUAIL, 2000:43), cujo público é disperso e adota uma cultura de massas que se traduz numa partilha de gostos e preferências alargada. Esta sociedade de massas caracteriza-se ainda por uma supressão dos grupos intermédios, por nivelar os valores principais da sociedade, por entregar o indivíduo ao anonimato (THINES e LEMPEREUR, 1984:569) e ainda por tornar a comunicação algo administrado e formalizado, com diálogos profissionais ou painéis de discussão entre peritos (HABERMAS, 1989:164). A imprensa foi assim um dos primeiros media a contribuir para este tipo de comunicação, agindo como uma junção social (RIEFFEL, 2003:38), reunindo populações fragmentadas, atenuando conflitos e permitindo a tomada de consciência de uma identidade coletiva.

Thompson<sup>1</sup> concebe a comunicação de massa como a “produção institucionalizada e a difusão generalizada de bens simbólicos através da transmissão e do armazenamento da informação/comunicação” (THOMPSON, 2002:288). Hoje em dia, o número de canais é mais vasto e o autor atenta para uma característica importante sobre o conceito de massa:

*“... o ponto importante sobre comunicação de massa não é que um determinado número ou proporção de pessoas receba os produtos, mas que os produtos estão, em principio, disponíveis a uma pluralidade de recetores.”* (THOMPSON, 1999:287)

O autor reflete que a importância dos meios de comunicação de massa não reside no facto de estes alcançarem apenas certo tipo de público mas no facto de terem a possibilidade de chegar a demais tipos. Outra característica que merece alguma atenção é o facto de esta forma de comunicação ser só de um sentido. Aqui assistimos a uma forte rutura entre o produtor e o recetor, onde este tem diminuta possibilidade de contribuir no curso e conteúdo do processo de comunicação, limitando-se apenas a escolher que tipo de medium utilizar para obter a informação. Nesta perspetiva, também o Dicionário do Jornalismo se dirige à comunicação de massa como a:

*“...comunicação de tipo essencialmente unidirecional emitida por uma organização para um vasto conjunto de recetores numa área geográfica mais ou menos extensa.”*<sup>2</sup> (CASCAIS, 2001:53).

Os recetores pouco podem contribuir para o processo de comunicação de massa, uma vez que são só isso mesmo, recetores, havendo uma relação impessoal, distante e passiva.

Por último, não poderíamos entender, na sua totalidade, o conceito de comunicação de massa sem esclarecer que este está intrinsecamente ligado ao conceito de média, onde os dois facilmente se confundem. O conceito de média insere-se na comunicação de massa na medida em que contribui para assegurar o êxito da transmissão da comunicação. Partindo de um significado mais abrangente encontramos

---

<sup>1</sup> John B. Thompson é professor de Sociologia na Universidade de Cambridge e suas principais áreas de estudo incluem a sociologia dos media e cultura moderna, impacto político e social das tecnologias de informação. Obras relevantes: “Ideology and Modern Culture” (1990); “The Media and Modernity” (1995); “Political Scandal” (2000).

<sup>2</sup> Definição completa: “comunicação de tipo essencialmente unidirecional emitida por uma organização para um vasto conjunto de recetores numa área geográfica mais ou menos extensa. Envolve sectores empresariais altamente centralizados e especializados na produção e emissão de mensagens, como a imprensa, a radio e a televisão.” (Cascais, 2001:53)

três tipos de media: 1) a linguagem, sendo o medium mais simples na vida humana, 2) os meios de difusão, que são dispositivos variados e permitem ampliar a comunicação e memória do indivíduo e 3) os media simbolicamente generalizados, como o dinheiro, poder e amor, assegurando a comunicação a níveis específicos (ESTEVEES, 2011:108). Os media podem ainda ser entendidos como um conjunto de dispositivos de mediação social mas um uso mais restrito do conceito é frequentemente utilizado, designando os meios de difusão de mensagens (*Ibid*, 2011:107). Estes meios podem ser o jornal, televisão, rádio, Internet, revistas, gravações (CD's, DVD's, cassetes), dispositivos móveis e cinema e talvez seja ainda relevante referir que estes mesmos canais podem transmitir mensagens públicas não só para grandes públicos, e com fins públicos, mas também mensagens de cariz pessoal, como anúncios de emprego ou outros tipos de informação (MCQUAIL, 2003:14). Tal significa que as fronteiras entre privado e público carecem, cada vez mais, de definições bem delimitadas.

#### O público na comunicação de massa

O advento dos media trouxe um maior espaço para a interatividade do público e um maior espaço para o desenrolar da opinião pública. Contudo, o público da opinião pública sofreu uma transformação com o advento da comunicação de massa (MILLS, 1981:353), tendência das sociedades modernas. O individualismo foi substituído por uma forma coletiva da vida política e económica, as discussões racionais foram dominadas por peritos em assuntos complexos e o eleitorado minoritário deu lugar ao sufrágio universal. O conceito de opinião pública traduz-se na “resposta das pessoas a assuntos políticos e sociais controversos de atenção geral” (BERELSON, 1960:201) ou no “resultado das opiniões adotadas pelas pessoas individualmente” (MILLS, 1981:351) e a característica mais importante é o facto de conter em si a discussão livre e a autonomia das mesmas. Para Mills<sup>3</sup>, é esta circunstância que torna a opinião pública o leme da democracia clássica do século XVIII, porém, alerta que as questões que atualmente são pertinentes para o Homem não são apresentadas ao grande público nem por este são debatidas, diminuindo a sua participação. Tal se deve porque hoje o conceito de opinião pública é visto como uma simples reação ao conteúdo que é comunicado ao cidadão, e não uma resposta racional por ele gerada. Entramos então na sociedade de massas que além de revolucionar culturas, valores, normas, atitudes,

---

<sup>3</sup> Charles Wright Mills (1916-1962) foi um sociólogo americano e professor na Universidade de Columbia. Obras relevantes: “White Collar” (1951), “The Power Elite” (1956).

molda conceitos e a relação do cidadão com as instituições políticas e, consequentemente, a forma como o primeiro vê e participa no campo político. No público, o modo predominante de comunicação é a discussão, enquanto que na sociedade de massas são os canais de comunicação de massa, onde os públicos se transformam em simples mercados destes. A comunicação de massas tornou o público numa coletividade de pessoas passivas, expostas a meios de comunicação de massa, onde o conceito de opinião pública passou a ser apenas uma reação - sem resposta - ao conteúdo que foi transmitido passivamente aos cidadãos (MILLS, 1981:356; CHOMSKY, 2002:18). Além disso, a decisão que deveria ser pensada pelos próprios cidadãos foi também substituída pelos que tomam decisões em seu nome, fazendo com que o público tome conhecimento das ações só depois de estas terem acontecido. Este perde o significado de participação política porque não tem os instrumentos para agir ou participar, uma vez que o indivíduo se perde na ampliação da política, das opiniões e das informações que a sociedade de massas carrega consigo. Para Habermas, esta opinião pública existe apenas em aparência (HABERMAS, 1989:171).

Esta opinião pública deixou de existir numa sociedade de público para existir numa sociedade de massas (MILLS, 1981:352), onde 1) existe um reduzido número de pessoas que expressam opiniões comparativamente ao número que as recebe, uma vez que a comunidade de públicos transforma-se numa coleção abstrata de indivíduos (ESTEVES, 2011:161), na condição de seres passivos, isolados, separados e anónimos (WOLF, 1987:21); 2) as comunicações que predominam são tão organizadas que é difícil ou impossível ao indivíduo responder imediatamente ou com eficiência; 3) colocar em prática a opinião passa primeiro pelo controlo das autoridades que fiscalizam os canais de comunicação e 4) onde a sociedade de massas não tem autonomia perante instituições, apresentando uma baixa independência na formação da opinião pela discussão, pois além dos indivíduos serem passivos, as instituições tentam moldar a opinião pública. Esta tentativa pode passar pelo uso de sondagens (ESTEVES, 2011:246) que permite às instituições perceber as opiniões dos cidadãos e tomar medidas para corresponder a esta mesma opinião. Desta forma, os media podem “dar ao público aquilo que ele quer”, através de uma seleção da informação, significando que os media não estão isentos de influências e que o conteúdo da informação pode ir mais além do que aquilo que corresponde apenas à verdade ou justiça (BERELSON, 1960:202).

Berelson<sup>4</sup> atenta também ao facto de que quanto mais um assunto é referido nos media mais informações são transmitidas e mais instruído ficará o cidadão. Mas tal efeito pode ser negativo, criando uma apatia política que leva ao afastamento do cidadão perante o campo político, perante a complexidade e diversidade de assuntos políticos apresentada (BERELSON, 1960, 212). A *overdose* de informação, como Woodrow lhe chama, leva ao efeito contrário e faz com que o cidadão perca o interesse (WOODROW, 1991:67). O público de outrora transformou-se no “público fantasma” de Lippmann<sup>5</sup>, feito de apartidarismos, uma vez que os partidos têm perdido a sua força e resumem a sua relação com eleitores apenas ao voto eleitoral (ESTEVES, 2011:244), traduzindo-se num público que prefere não assumir opiniões bem definidas sobre assuntos delicados. Percebemos então, que o declínio da associação voluntária é uma das transformações estruturais da passagem de público para massa, e o resultado é que assim que mais pessoas se interessam pela arena política, essas associações tornam-se maciças em escala, onde o seu líder está cada vez mais longe dos membros.

O que se observa ainda é que os meios de comunicação de massa contêm em si uma sociedade de massas que transporta um “analfabetismo psicológico” (MILLS, 1981:365). Este analfabetismo deixa o público absorva apenas as notícias em vez de as relacionar com outros problemas ou de tomar posições marcadas, dando preferência ao *infotainment* (BARAN e DAVIS, 2006:267), às informações fúteis. Julgamos conhecer a realidade social mas o que dela sabemos pouco é verificado porque os media já nos oferecem um produto final, seja o atentado do 11 de Setembro ou a detenção de um apresentador de televisão no processo Casa Pia, acontecimentos tão inesperados que só acreditamos quando vimos nos media, quando vimos o seu produto. Outro aspeto que contribui para este “analfabetismo psicológico” é o facto de que mesmo com a concorrência entre canais de televisão ou jornais, as audiências escolhem o tipo de medium que utilizam não pela qualidade da notícia mas conforme aquele com que concorda mais e se adapta ao seu estilo de vida e valores. Assim, a melhor fonte não será o critério de escolha das notícias para o cidadão, não contribuindo para que os media aumentem a qualidade das suas informações. Não obstante, esta comercialização

---

<sup>4</sup> Bernard Berelson (1912-1979) foi um teórico americano famoso pelos seus estudos sobre comunicação e mass media. Obras relevantes: “Content Analysis in Communication Research” (1952), “The Behavioral Sciences Today” (1963).

<sup>5</sup> Em “The Phantom Public”, (1ª ed., 1925, Transaction Publishers), Walter Lippmann fala de um público espetador da vida pública pois a maior parte dos indivíduos apenas se interessa pelos seus problemas pessoais.

da comunicação de massa minou a esfera pública através de uma despolitização do conteúdo da imprensa escrita, onde o sensacionalismo prevalece (THOMPSON, 199:144-47).

Desta forma, a massificação da cultura e da sociedade à qual se assistiu, utilizando os meios de comunicação como instrumento, colocam o indivíduo perante uma complexidade de escolhas, que não se traduz necessariamente no seu desenvolvimento pessoal. Aliás, perante tantas escolhas, tantas imposições de ideais, o cidadão acaba por preferir não tomar nenhuma posição, tornando-se passivo, uma vez que tem a oportunidade de receber mas não de responder e há uma perda da intimidade, uma vez que os meios de comunicação destroem as oportunidades de troca de opinião em pequena escala (MILLS, 1981:368). Contudo, a massificação não deve ser vista apenas como uma fatalidade para os media. Os meios de comunicação de massa não só nos apresentam realidades exteriores mas também realidades interiores e referentes ao próprio indivíduo, como desejos, identidades, aspirações. O Homem abre o seu mundo a outras realidades, outras culturas e valores, seja através de notícias, filmes ou documentários que fazem, por exemplo, com que surja o desejo de ser rico ou de viajar. Os media contribuem mesmo para uma insatisfação e desejo de mudar e podem incutir objetivos realistas ou expetativas excêntricas, além de que proporcionam modelos de comportamento que oferecem um conjunto de valores (MILLS, 1981:367). A comunicação de massa é indispensável para uma consciência e ação nacional harmonizada, e ela mesma cresce e modifica-se em conjunto com a sociedade porque é algo que esta constrói e usa como instrumento (MERRILL, 1990:46), desempenhando papéis importantes e por vezes subtis.

## 2. Os papéis dos media

A par do desenvolvimento dos media, é importante reflectir sobre as funções dos media. A importância destes foi crescendo desde o seu surgimento nas sociedades modernas até aos dias em que vivemos, no quadro de uma evolução relativamente rápida, que afetou profundamente a vida quotidiana e as nossas percepções em geral da realidade. Podemos falar de um crescimento do seu poder, o que demonstra a sua importância na sociedade contemporânea. Não podemos negar, também, que os meios de comunicação modificaram as nossas noções de espaço e tempo e, apesar de não moldarem a nossa percepção de forma total, têm hoje um relevante impacto político. Eles influenciam as escolhas políticas e eleitorais e levam a que sociedade e os próprios líderes políticos atribuam elevada importância às imagens e valores difundidos pelos media que os representam e que são passíveis de influenciar decisivamente os cidadãos.

Apoiando-se na teoria liberal dos media<sup>6</sup>, que é amplamente aceite no mundo, Curran afirma que os meios de comunicação são vistos como uma reflexão da realidade (CURRAN, 2002:127). São mensageiros e os veículos de informação aos quais temos acesso pelo mundo fora. Eles contribuem para a construção e continuidade de um conjunto de valores morais e para a percepção do que é certo ou errado dentro de uma sociedade. Certamente, cada sociedade já pressupõe um código de normas que são aceites pelos seus cidadãos, porém este código é ampliado e continuado pelos meios de comunicação, cujas reações sobre acontecimentos que envolvem transgressões de normas sociais nos permitem compreender mais nitidamente o que é aceitável ou não, conforme a aprovação ou desaprovação da sociedade quando exposta a essas mesmas transgressões. Contudo, é necessário esclarecer que a tentativa de espelhar a realidade pode sofrer desvios pois a noção de objectividade é limitada e pode perder-se (MCNAIR, 2007:26), uma vez que as notícias produzidas passam por um processo organizacional e de interacção humana, sendo o próprio homem refém de um conjunto de valores, normas e ideias que moldam a sua forma de ver a realidade e de produzir a mesma. Nesta perspectiva, o que chamamos de objectividade é a confiança que depositamos nos profissionais dos media para transmitir o que ouviram e viram (WOLTON, 1991:218).

---

<sup>6</sup> A teoria liberal vê os media apenas como uma reflexão da sociedade sem a moldar, onde os jornalistas são meros mensageiros e a mensagem é a realidade. Os profissionais dos media serão neutros em relação à informação. Para mais sobre a teoria: Curran (2002), Traquina (2007).



Observando o desenvolvimento da imprensa no século XVIII, entendemos que esta desempenhou logo nesse momento funções importantes no campo social e político. A nível social, podemos considerá-la como um instrumento agregador da Nação (CURRAN, 2002:29; RIEFFEL, 2003:39). A nível político, contribuiu para a expansão de uma comunidade política, consciente dos assuntos pertinentes para a população, o que lhes permitiu a formação de opiniões sobre os interesses públicos.

Não obstante, a função de agregação social e a de formação de uma comunidade política tornaram-se bases para a sociedade democrática, ao construírem uma identidade nacional e uma cultura comum, partilhada pelos cidadãos. Por exemplo, já entre os anos '30 e '70 do século passado, diversos filmes sobre o Reino Unido foram realizados, o que permitiu a um elevado número de britânicos observar e entender a sua Nação, símbolos e a realidade nacional (CURRAN, 2002:29). Tal desenvolvimento permitiu um sentimento de ligação entre cidadãos que não se encontravam no mesmo espaço físico, forte característica dos meios de comunicação. Esta característica veio moldar a ação, não só dos meios de comunicação, cujo limite espaço-temporal se ampliou, como dos atores políticos. Os meios de comunicação acabam assim por oferecer mais do que a premissa “informar, educar e entreter” (*Ibid*, 2002:135). Isto porque permitem que cada utilizador obtenha um sentimento de pertença a um grupo com o qual terá algo em comum - seja na comunidade local, nacional, global -, veja facilitada a sua interação social, encontre uma forma de escapar à realidade e descontraír – uma vez que os media apresentam uma componente lúdica, nomeadamente a internet e televisão. Aqui, podemos também encarar os meios de comunicação como um instrumento capaz de satisfazer os desejos e necessidades da população.

Na sua obra, Mcquail utiliza o esquema de Lasswell<sup>7</sup> para falar de três funções básicas desempenhadas pelos media: informação, correlação, continuidade (Lasswell, 1948 *apud* Mcquail, 2000:82). Sobre a primeira função, esta providencia informação sobre acontecimentos na sociedade, apresenta relações de poder e auxilia na inovação, adaptação e progresso. Já a correlação pressupõe a explicação, interpretação e análise do sentido dos acontecimentos ocorridos e da informação fornecida e permite ainda socializar e criar consensos. Por fim, a continuidade permite expressar a cultura dominante e permite manter os valores da sociedade. Contudo, podemos ainda incluir

---

<sup>7</sup> Harold Lasswell (1902-1978) foi um cientista político e teórico da comunicação americano, focando-se no poder dos meios de comunicação de massa. Obras relevantes: “Power and Personality” (1948), “Propaganda in the World War” (1927).

aqui outras duas funções dos meios de comunicação, que é a de entreter e a de mobilizar (MERRILL, 1990:128; MCQUAIL, 2000:82-3). No que toca ao entretenimento, este oferece diversão que os cidadãos muitas vezes procuram no seu dia-a-dia – por vários motivos - e contribui também para reduzir a tensão social. Já a mobilização traduz-se na luta por objetivos sociais em diversas esferas como política, económica e até religiosa.

Além destas cinco funções básicas, os media desempenham ainda funções como vigiar os desenvolvimentos sociopolíticos, identificar os assuntos mais relevantes, responsabilizar as autoridades no exercício do poder, fornecer incentivos para os cidadãos tomarem decisões e envolver-se no processo político e fornecer uma plataforma de debate público. Eles são os condutores principais da difusão da informação e de diferentes perspectivas e por isso servem também como um espaço que sustenta forças ideológicas, devendo ser ainda capazes de resistir a forças exteriores que dominem a sua integridade e independência. São aqueles que dão voz ao povo, que contribuem para a sua educação a nível cultural, económico e político e permitem que os cidadãos troquem pontos de vista e preferências (MCNAIR, 2007:120; BLUMBLER e GUREVITCH, 1995:97; TRAQUINA, 2007:33; BARAN e DAVIS, 2006:265; CURRAN, 2002:227). Nesta perspetiva, a sua função como criadores de um espaço público de debate é essencial. Tal como Habermas refere, “a melhor forma de descrever o espaço da opinião pública é como uma rede para a comunicação de conteúdos e tomadas de posição, isto é, de opiniões” (Habermas, 1992:440 *apud* Esteves, 2011:200) e é neste sentido que os media contribuem com a sua variada rede de comunicações, fomentando um debate racional, que dará lugar à crítica. Este espaço público deverá ser acessível a todos os cidadãos e é um espaço simbólico onde se opõem discursos políticos, sociais, religiosos e intelectuais. É também o laço político que liga milhões de cidadãos anónimos, oferecendo a sensação de participação política (WOLTON, 1999:412). Desta forma, tal debate só será consagrado característica da comunicação pública e um requisito para a actividade política com a contribuição da imprensa, que amplia o debate além do espaço físico (ESTEVES, 2011:196). Numa perspectiva mais relacionada com a vida pública e democrática, os media servem assim como elo de ligação entre Estado e público.

#### Preocupações sobre o desempenho dos media

Contudo, tais funções podem não ser desempenhadas com a qualidade necessária e preocupações perante esta questão não surgem apenas agora. Os meios de

comunicação são passíveis de sofrer pressões diárias de várias frentes, seja política ou económica, e a informação estará sempre sujeita a uma interpretação dos profissionais dos media, ainda que involuntária. Não obstante, observamos uma mudança no teor das notícias. As notícias são mais do tipo entretenimento do que informativo, expondo segredos, escândalos, sexo e violência e caindo num sensacionalismo generalizado. No seu artigo, Fog defende que:

*“os media desempenham um papel-chave no debate público sobre riscos e perigos, mas a sua cobertura é altamente selectiva. Por vezes, os media exageram em pequenos riscos onde a tranquilidade seria mais sensata”* (FOG, 2004:9).

O mesmo será dizer que o debate público não está isento de influências e pode debruçar-se sobre temas sobrevalorizados. O interesse comercial das organizações de media leva a que, por exemplo, muitas vezes se corra atrás de escândalos sobre a vida privada de atores políticos, ignorando outros assuntos mais sérios para a vida nacional e até internacional.

Se nos primórdios, a notícia se limitava ao registo puro dos assuntos do Congresso ou Parlamento, rapidamente se constituiu de comentários pelos jornalistas e, a sua última e atual fase mostra-nos jornalistas que vão além do simples facto noticiado, crendo que devem mediar e identificar aspetos políticos da notícia, sendo fulcral um enquadramento dos assuntos e podendo haver uma maior intervenção por parte do profissional, através da investigação (Shudson, 1993 *apud* Estrela Serrano, 2006:84). Aqui, a figura política assume total relevância no conteúdo da notícia. Estas mudanças que decorreram ao longo dos anos demonstram que o jornalismo se tornou mais autónomo e que os próprios jornalistas modificaram as suas práticas, principalmente com o objetivo de atrair mais leitores. Apesar de os teóricos terem como exemplo o caso americano e britânico - países com rica história política e sobre os meios de comunicação -, estas mudanças difundiram-se pelas restantes democracias, chegando também a Portugal, onde se instalou uma hipermediatização dos acontecimentos (MESQUITA, 2003:53). Tais mudanças demonstram que jornalistas e editores cada vez mais se motivam pelas vendas e não pela qualidade da notícia. Optam por valores de entretenimento e concorrem uns com os outros com base no entretenimento e não com base na qualidade ou notícias de conteúdo mais relevante. Tentam agradar a todos, esquecendo-se de que ao negligenciar o seu prévio trabalho, com qualidade – no caso de antigos jornais de referência -, afastam leitores fiéis e interessados na qualidade e não

no sensacionalismo da notícia, perdendo-os para sempre, como tem acontecido com jornais portugueses. De uma forma geral, há uma concordância sobre as mudanças do jornalismo nas últimas décadas terem ocorrido principalmente em três sentidos negativos, com um aumento do negativismo perante os actores políticos, a implementação de uma visão cínica da actividade política e o aumento do sensacionalismo ou o *infotainment* (KEANE 2002:73; BARAN, DAVIS, 2006:267), onde os valores do profissionalismo são corrompidos e substituídos por valores de tabloidização. Esta nova orientação da cobertura de notícias dá-se pela necessidade de atrair mais leitores, numa época em que a toda a informação está disponível *online*, ainda que nem todas sejam verdadeiras ou tenham qualidade. O decréscimo de audiências torna-se uma ameaça à sobrevivência dos media, que respondem com a oferta de notícias mais leves. Contudo, para Patterson (2003), esta tendência vai contra o princípio do jornalismo em contribuir para uma clara compreensão do papel do indivíduo na sociedade (*apud* Estrela Serrano, 2006:85).

No caso do processo Casa Pia, os meios de comunicação agiram como um vigilante da sociedade, denunciando casos de abuso de menores que aconteciam no seio de uma instituição que deveria apoiar e proteger as crianças que acolhe. Alertou para a pedofilia em geral, deixando o público atento a qualquer indício de abusos na sua comunidade. Contudo, há quem defenda que o seu papel de vigilante foi excessivo, instaurando a desconfiança em cada gesto de afecto que um adulto tivesse para com uma criança. Na sua obra “A nuvem de chumbo: o processo Casa Pia na imprensa”, Ivo e Mascarenhas afirmam mesmo que com o escândalo da Casa Pia “passámos a ter medo das crianças, não por elas, não por nós, mas pelas bocas do mundo” (IVO e MASCARENHAS, 2003:14), o que demonstra que a enorme mediatização do caso estabeleceu uma suspeita exagerada na sociedade. Os media podem não nos dizer o que pensar mas decerto oferecem-nos sobre o que pensar. Fornecem-nos ideias, conceitos, acontecimentos sobre os quais podemos ou não reflectir e debater. Cada medium pode ainda influenciar de forma diferente o público, dependendo da sua capacidade de aproximação ao cidadão. Quanto maior a especialização de um canal de comunicação, mais possibilidades terá de ser levado a sério por um maior número de pessoas. Além disso, apelar à emoção poderá ter mais efeitos sobre a opinião, uma vez que as pessoas se deixam seduzir mais pelo que lhes é semelhante ou próximo.

### **3. Mediatização da política**

As mudanças ocorridas na sociedade como resultado da evolução dos meios de comunicação foram várias, nomeadamente a nível cultural e social. Podemos afirmar que a comunicação de massa e os media contribuíram para a união de Nações, para a criação de uma identidade nacional (CURRAN, 2002:5-6), que alargou horizontes a cidadãos que desconheciam a existência de outras realidades, e contribuiu ainda para uma aceleração da globalização. A comunicação de massa e os media ajudaram também a alargar o espaço público, fazendo chegar a um maior número de pessoas os problemas da sociedade. Permitiu também maiores mobilizações dentro da opinião pública, ainda que esta seja agora considerada passiva. Exemplo da mobilização, é o fato de que grande parte das manifestações iniciadas em certos países entre 2010 e 2012, nomeadamente na Europa e Médio Oriente, tiveram um impacto internacional graças aos media e ao seu poder de ampliação dos acontecimentos, principalmente através da Internet. Contudo, os media têm também um importante papel a nível político. Ligados ao campo político desde o seu surgimento, os media desempenham diversas funções relativas a este, como a vigilância da ação dos governantes, a criação de um espaço de debate para formação de opinião pública e suas críticas e a transmissão de informação política aos cidadãos. Assim, é necessário analisar um tipo de relação que sempre esteve presente, a relação entre os meios de comunicação e o campo político, nomeadamente a sua forma de influência mútua.

#### Transformações da vida política

Intrinsecamente ligada aos media, a política não escapa à sua influência. Os meios de comunicação não se restringem apenas à transmissão de informação, chegando a criar novas formas de visibilidade que antes não existiam e influenciando – direta ou indiretamente – o poder político das sociedades modernas. Durante anos, os media foram apenas instrumentos do poder político. Hoje, os papéis inverteram-se e qualquer político terá de passar pelos meios de comunicação para chegar ao poder (WOODROW, 1996:105). Assim, nesta relação de simbiose, os políticos necessitam dos meios de comunicação para comunicarem com os cidadãos e desenvolverem as suas estratégias, enquanto os media utilizam a matéria política para manter ou aumentar as suas audiências (WILLIS, 2007:99). Para Thompson, esta relação é mesmo obrigatória uma vez que “...na era da comunicação de massa, a política é inseparável da arte de administrar a visibilidade” (THOMPSON, 1999:28). Contudo, tal não acontece sem

ocorrer algum tipo de influência de um agente perante o outro. A evolução da relação entre os dois ditou o desenvolvimento de uma mediatização da política<sup>8</sup> ou a subordinação da política perante os media. Não só se deu uma mediatização como ainda uma expansão da comunidade política dentro da própria Nação, graças ao estabelecimento de periódicos em vários locais do mundo que alcançaram mais pessoas e aumentaram a cobertura política (CURRAN, 2002:5).

Este crescimento da comunidade política implicaria novas técnicas e novas formas de atuar para satisfazer as exigências de um público, cada vez mais exigente, obrigando a uma transformação da política. Por muito tempo, as relações entre os políticos e os seus cidadãos resumiam-se, por altura das campanhas eleitorais, a encontros, a comícios organizados e a algumas entrevistas concedidas à imprensa. Por exemplo, em França, com a chegada da televisão ao cenário político nos anos ‘60, esse modelo foi-se desmoronando aos poucos e pela primeira vez um político, Jean Lecanuet<sup>9</sup>, recorreu a um especialista da área de comunicação para a sua campanha eleitoral (RIEFFEL, 2003:12).

Hoje, o conceito de democracia manifesta-se em expressões como “*media politics*” de Arterton (1985) ou “política mediática” em Bennett (1994) (*apud* SERRANO, 2006:92) e desencadeou algumas consequências, como 1) o facto de os media passarem a deter posições-chave no campo político – principalmente a televisão e imprensa, cujas políticas editoriais não se pautam necessariamente pelo interesse público -, 2) o facto de esta situação obrigar os políticos a fazerem (quase) tudo para interessar aos jornalistas e, 3) as estratégias políticas conduzirem à profissionalização da produção e disseminação das mensagens, originando uma complexa rede de relações entre políticos, conselheiros de comunicação e jornalistas.

Em conjunto, estes desenvolvimentos provocaram uma crescente dependência dos políticos e eleitores face aos media e às mensagens que estes transmitem. Durante bastante tempo a comunicação política organizava-se de uma forma simples, com os políticos a dirigirem-se diretamente aos eleitores. Por comunicação política, entendemos o conjunto de meios através dos quais circulam as mensagens provenientes dos vários atores e centros de decisão política, desde as formas tradicionais, anteriores ao

---

<sup>8</sup> Rémy Rieffel descreve mediatização da vida política como a utilização intensiva e regular, por parte da classe política, da imprensa, da rádio e, sobretudo, da televisão (Rieffel, 2003:11).

<sup>9</sup> Jean Lecanuet (1920-1993) foi um político centrista francês que em 1965 concorreu às presidenciais, apoiando a integração na União Europeia. Foi ainda ministro da Justiça entre 1974-76.

surgimento dos media até às modalidades da publicidade e marketing, com vista a influenciar a opinião do público (MESQUITA, 2003:91). Por outras palavras, a comunicação política é o espaço onde se trocam discursos contraditórios entre os três agentes que têm legitimidade para se exprimir abertamente sobre a política, sendo estes os políticos, jornalistas e a opinião pública (WOLTON, 1999:408). No que toca aos atores da comunicação política, Missika e Wolton (1983) enumeram quatro tipos: os políticos, os jornalistas, o público (através de grupos de interesse) e os intelectuais (entendidos como os peritos e estudiosos) (*apud* MESQUITA, 2003:92). Contudo, esta enumeração não é finita, existindo a possibilidade da criação de mais categorias. Por exemplo, considerar o jornalista como a única profissão dos media seria algo redutor, uma vez que podem estar incluídos os apresentadores de programas televisivos.

### Consequências

O maciço crescimento de formas mediáticas de comunicação e a difusão da informação trouxe um aumento da visibilidade dos atores políticos. O político é agora visível perante todo o mundo, desenvolvendo-se novas formas de publicidade além da já existente publicidade tradicional de copresença – sendo presencial (THOMPSON, 2002:65). Aliás, ao ser produzida uma notícia sobre determinado ator político, o seu nome significará mais do que uma referência, abrangendo valores simbólicos e representações no imaginário social, tal como acontece com as marcas.

Outra das consequências mais sensíveis das mudanças operadas na sociedade com incidência nos media, é o enfraquecimento dos partidos políticos enquanto forças mobilizadoras dos cidadãos para a defesa dos seus interesses, restringindo-se a uma intervenção política só em tempo de eleições (ESTEVES, 2011:244; SERRANO, 2006:92). O partido de massas tornou-se insuficiente para satisfazer as necessidades dos seus membros, uma vez que as aspirações dos eleitores mudaram e surgiu um novo “consumidor político” (WASHBOURNE, 2010:27). O vazio deixado pelo apagamento dos partidos foi então ocupado pelos media, cujo papel relativo à política também evoluiu, sendo também eles participantes deste campo.

Mas estas não se revelam as únicas mudanças na dinâmica da relação entre campo político e meios de comunicação. Apesar de não se confinar a ela, a transformação dá-se também a nível da campanha eleitoral. Outrora um simples canal de comunicação, os media passam agora a ser atores fundamentais no processo eleitoral. A atividade política deixou de basear-se numa lógica partidária para passar a adotar a

lógica dos media, em que as mensagens são adaptadas às rotinas e aos formatos mediáticos (SERRANO, 2006:94). Adicionando o facto de que há a implementação de uma campanha permanente dos atores políticos (Norris, 2000 *apud* NEGRINE e LILLEKER, 2002:306). Podemos afirmar que assistimos a uma montagem dos acontecimentos para estes se tornarem compreensíveis perante os meios de comunicação (LETRIA, 1998:17). O período do processo eleitoral é pensado para ser transmitido nos vários canais de comunicação. Ele é destinado não só para as pessoas que se encontram no mesmo espaço físico do candidato, mas para todos os cidadãos do país e está disponível a críticas por parte dos profissionais dos meios de comunicação. Serrano cita Keplinger (2000), ao apresentar uma relação entre o declínio da imagem da elite política na Alemanha, desde 1960, e a cobertura jornalística dos políticos (SERRANO, 2006:94). Tal deveu-se à observação de uma cobertura noticiosa significativamente negativa, ao facto de os políticos serem a fonte principal de notícias negativas sobre outros atores e também ao facto de estes terem consciência de que conseguem maior cobertura jornalística se atacarem outros políticos. Desta forma, o ator já não está apenas sob o olhar crítico dos cidadãos mas também dos media e, consequentemente, do mundo.

Não obstante, encontramos ainda uma quarta transformação da vida política graças à crescente mediatização do trabalho diário do ator político. Isto significa que os meios de comunicação estão presentes no dia-a-dia da figura política, o que obriga a que todas as suas ações sejam pensadas de acordo com a lógica dos media. Assim, a gestão de tempo sofreu mudanças, havendo agora um “tempo mediático” (RIEFFEL, 2003:28) efémero e direto, o que significa que há a necessidade de respostas rápidas perante os meios de comunicação e os cidadãos. Os políticos estão constantemente sob pressão e cada ação é observada, julgada pelo público através dos media e deve ser ainda explicada.

Esta (nova) forma de publicidade é denominada por publicidade mediática (THOMPSON, 2002:65). Aqui, as ações nas quais os atores estão envolvidos adquirem uma visibilidade que é independente da sua capacidade de serem vistos ou ouvidos diretamente. Esta publicidade está separada da capacidade de os atores aparecerem em público, uma vez que corre os vários meios de comunicação que, ao terem uma dimensão global, contribuem para a criação de diferentes opiniões que construirão a reputação dos políticos. A figura política surge então diante de um público mais vasto.



Este tipo de visibilidade pode criar laços de lealdade e afeto, na medida em que os políticos tentam passar o seu lado humano, e permite a criação de uma base de apoio ao seu poder e políticas, já que podem (tentar) controlar a sua apresentação na arena mediada. Porém, este controlo é muitas vezes ilusório. A reputação está antes mais vulnerável pois depende de um maior número de opiniões, e dificilmente se controla e monitoriza a forma como as mensagens transmitidas pelos media são recebidas e entendidas. A difusão da informação numa maior escala acabou por transformar a visibilidade da figura política e do próprio campo político. Os governos abalados por escândalos ou fugas de informação que prejudicam o ator político, são alguns dos fatores que contribuem para a crescente desconfiança dos cidadãos perante instituições governamentais. Uma vez que a imagem da figura política é olhada por uma enorme diversidade de pessoas fora do mesmo espaço físico, esta vê-se obrigada, por um lado, a um maior cuidado na gestão da sua imagem e, por outro, à necessidade de formular mensagens específicas para diversos tipos de público.

A par da crescente visibilidade, a televisão foi aquela que viria causar um grande impacto, uma vez que se apresenta como o principal instrumento de informação dos cidadãos, transmitindo acontecimentos mediáticos. Aqui, *acontecimentos mediáticos* entendem-se como momentos históricos, televisionados em direto e que fazem parar uma Nação (DAYAN e KATZ, 1999:17), como as eleições presidenciais. Este tipo de acontecimento tem ainda a particularidade de ser um acontecimento cujas notícias são objeto de uma hipermediatização, ainda que não exclusivo da televisão (MESQUITA, 2003:39). Para compreender o acontecimento mediático, Mesquita tem em consideração o grau de intervenção dos media, que se divide em três tipos de acontecimento: 1) os genuínos, que são independentes dos media, 2) os mediados, influenciados pelos media, e 3) os encenados, construídos na lógica dos media (*Ibid*, 2003:33). Contudo, muitas vezes o acontecimento genuíno rapidamente passa por uma construção mediática, que se traduz na importância que é dada ao acontecimento e onde a característica de encenação está sempre presente, como o caso de Entre-os-Rios, em 2001. Na perspetiva sugerida por Dayan e Katz, os autores enumeram as condições necessárias para que o acontecimento mediático ocorra:

1) Transmissão ao vivo, no sentido em que os acontecimentos se desenrolam à nossa frente, no caso da televisão,

- 2) Serem pré-planeados, ou seja, apesar de não terem sido originados pelos media, foram pensados para eles;
- 3) Significado dramático, na medida em que deve estar carregado de emoções e simbologia, originando resultados cheios de consequências e críticas;
- 4) Enquadramento no tempo e espaço, devendo ser algo atual para manter o interesse do público;
- 5) Destacam um ou mais indivíduos, uma vez que as audiências preferem casos e testemunhos reais;
- 6) A norma social de ver televisão obriga a que se assista ao acontecimento.

Ao referirem-se apenas à televisão como palco principal do acontecimento mediático, os autores deixam de lado a imprensa, onde também é possível encontrar algumas destas condições, excetuando as alíneas 1 e 6. Não obstante, independentemente do tipo de medium, o ator político vê-se obrigado a gerir a sua imagem de forma ponderada, para que esta imagem apresentada corresponda à apreendida pelos cidadãos. Se tal não suceder, a sua credibilidade será abalada e os comentários feitos pelos media podem ameaçar a sua reputação, como foi o caso do primeiro debate televisivo de Barack Obama e Mitt Romney, nas eleições presidenciais americanas de 2012. As expectativas perante o debate eram altas e a imprensa e televisão caracterizaram a prestação de Barack Obama como “fraca”, segundo o site da CNN<sup>10</sup>, pressionando o Presidente a cativar a confiança perdida dos seus eleitores democratas no debate seguinte. Esta pressão é resultado da mediatização da política, uma vez que o objetivo do político é atrair o eleitorado e não pode, assim, cometer erros.

#### O uso de novas técnicas

O desenvolvimento dos meios de comunicação de massa originou um aumento da visibilidade que se traduz na dificuldade de controlo do complexo fluxo de informação que corre atualmente. Contudo, encontramos vantagens na mediatização, como a possibilidade de os políticos terem uma arena adicional para atingir os seus objetivos. Torna ainda a política mais acessível ao cidadão e o ator político tem a oportunidade de cativar mais cidadãos e conquistar o seu voto (ESSER et al., 2012:2). Os atores políticos podem mesmo utilizar a mediatização em seu próprio benefício,

---

<sup>10</sup> Ver mais em “What's next: Can Obama recover or will Romney run up the score?”, in CNN, 5/10/2012, disponível em: <http://edition.cnn.com/2012/10/04/politics/debate-next/index.html>, acedido a 16/11/12

como por exemplo, ao organizar eventos cujo propósito seja apenas uma cobertura noticiosa favorável a si mesmos. Na sua comunicação, cada vez mais profissional, eles podem impor símbolos, imagens e discursos que são interpretados de diferentes formas mas a sua postura também será avaliada nesta política mediatizada:

*“A eficácia da mensagem, segundo os cálculos tecnicistas do marketing, poderá depender mais da expressão do rosto e do timbre da voz do que do conteúdo do discurso”* (MESQUITA, 2003:98).

A crescente profissionalização da política é refletida por Blumler e Kavanaugh (*apud* ENTAMN e BENNETT, 2001:16), que explanam três etapas políticas da comunicação nos EUA e na Europa:

1. Antes do surgimento da televisão, as mensagens políticas eram construídas através de partidos e associações de interesse e transmitidas através das mesmas;
2. Com o crescimento da comunicação de massa e das audiências nacionais, houve uma crescente profissionalização da comunicação no campo político, através de consultores de imagem;
3. A última etapa corresponde ao crescimento de métodos de marketing direto<sup>11</sup> e à proliferação de novos canais, como a Internet.

Podemos dizer que a comunicação política passou a depender de profissionais de marketing e de assessores de imprensa, para a gestão da imagem do ator político que passará nos media. Frases como “profissionalização da política” (Mancini, 1999) ou “marketing político” (Maarek, 1995; Lees-Marshment, 2001) são normalmente usadas para descrever as técnicas atuais da comunicação política (*apud* NEGRINE e LILLEKER, 2002:306). O crescente número de profissionais de comunicação requisitados demonstra que há uma relação de submissão da política perante os meios de comunicação, para os primeiros terem a atenção dos segundos. O campo político adaptou-se ao poder dos media. Aliás, as relações entre o poder político e os meios de comunicação são cada vez mais ilimitadas, havendo ainda tentativas de manipulação dos meios de comunicação por parte do poder político e económico.

### Consequências da mediatização

---

<sup>11</sup> O marketing direto emprega o uso de técnicas que permitem identificar o público-alvo e criar uma relação personalizada, onde a mensagem é comunicada através dos media.

Apesar da grande influência dos media na política, estes são também fonte de poder para os atores políticos. A televisão, por exemplo, é uma arena privilegiada para confrontos políticos, como acontece com os debates televisivos (ESSER et al., 2012:1). Numa tentativa de dominar os media, a sociedade democrática adaptou-se, e hoje, eventos como campanhas eleitorais, comícios ou conferências de imprensa são pensados tendo em conta a possibilidade de serem transmitidos na televisão.

Contudo, uma vez que os media são atualmente o palco onde atores políticos concorrem perante o eleitorado, deparamo-nos com uma espada de dois gumes, onde o político tem em mãos um novo tipo de intimidade mediática (THOMPSON, 2002:69), mostrando não só o seu lado de líder mas também o seu lado humano. Assim, cada vez mais os políticos tentam apresentar-se como pessoas comuns, com valores, crenças e sentimentos. Porém, se o aumento da visibilidade mediática tem as suas vantagens, também levanta um problema: o facto de o eleitor dar cada vez mais importância às características pessoais do político. Este aspeto pode levar a um falso julgamento sobre a sua capacidade como governante e, conseqüentemente, colocar em causa a sua credibilidade. Os políticos foram assim obrigados a conferir bastante importância ao carácter e à integridade da figura política como pessoa e não como profissional. Só este ano foram vários os exemplos, em diversos países, de figuras políticas que foram julgadas e criticadas pela sociedade, independentemente de serem culpados ou não. Este foi o caso do republicano Todd Akin, durante as presidenciais americanas de 2012, sobre o aborto<sup>12</sup>. Uma alegação mal pensada pode ter repercussões mundiais e as críticas não se farão esperar.

O facto de o ator político se encontrar vulnerável perante os media, e uma vez perdido o controlo da visibilidade mediática, a credibilidade poderá estar arruinada. Desta forma, outro fator a ter em conta na mediatização da política é a gestão da reputação, uma vez que esta visibilidade pode “revelar a fragilidade dos políticos” (THOMPSON, 2002:12), e passa por várias componentes, como 1) adequar a mensagem ao tipo de medium, público e contexto social e político; 2) ter um plano e boa equipa na gestão de crises, que possam decorrer na sua campanha ou durante a governação; 3) adequar as estratégias de campanha aos diversos media, como por exemplo, ter em conta que o comício de campanha será acompanhado na televisão; 4)

---

<sup>12</sup> Ver mais em: “Senate Candidate Provokes Ire With ‘Legitimate Rape’ Comment”, in New York Times, 19/08/2012, disponível em: [http://www.nytimes.com/2012/08/20/us/politics/todd-akin-provokes-ire-with-legitimate-rape-comment.html?\\_r=0](http://www.nytimes.com/2012/08/20/us/politics/todd-akin-provokes-ire-with-legitimate-rape-comment.html?_r=0), acedido em 4/02/2013

adequar o debate político com o adversário para a televisão e 5) tratar aspetos físicos e vestuário, uma vez que o ator surge na televisão, em jornais e revistas. Todos estes – aparentemente - pequenos aspetos têm de ser refletidos no início da campanha e mesmo ao longo da governação. Não só a reputação mas também a imagem, revelam-se como aspetos importantes na relação política-media. Tais ações não teriam tamanha visibilidade se não fossem as organizações de meios de comunicação a ampliar os eventos e expor os seus protagonistas a níveis outrora impensáveis, criando novas e perigosas consequências. Apesar de a política ter estado sempre ligada a conceitos como espetáculo, encenação e dramatização, a diferença reside agora nas estratégias políticas adotadas entre passado e o presente, tendo ocorrido a substituição da distância pela proximidade. O noticiário, os comícios ou debates assemelham-se agora a *shows*, montados propositadamente para o público (MESQUITA, 2003:100). O sistema mediático passou assim por uma (grande) mudança. O carácter de espetáculo é agora quase permanente nas sociedades desenvolvidas e o jornalismo não obedece apenas à lógica da informação, adotada nos seus primórdios, mas também à do entretenimento.

#### 4. O conceito de escândalo

Nos capítulos anteriores foi possível compreender a importância dada à transformação da visibilidade política e é nesta perspectiva que vamos ao encontro do conceito de escândalo, apreciado e divulgado pelos meios de comunicação. A relevância ganha pelos escândalos nos dias de hoje dá-se pela mediatização da política – falada anteriormente -, que obriga a um maior cuidado com a imagem por parte da figura pública, resultando na maior exposição de fragilidades da mesma. A visibilidade, agora mais fragilizada e refém dos meios de comunicação, fomenta a ocorrência de escândalos que terão uma ampliação na sociedade e um carácter mediático, quando divulgados pelos media. O escândalo pode espalhar-se rapidamente e de maneira incontável, sendo difícil reverter o processo. Assim, uma das suas consequências imediatas é o prejuízo que traz à reputação dos envolvidos e pode levar os mesmos, e o público em geral, à exaustão caso esteja na agenda mediática durante um longo período de tempo, como aconteceu com o processo Casa Pia.

Nesta perspectiva, e uma das suas características principais, o escândalo implica a revelação, através dos media, de atividades ocultas que desafiem as regras morais da sociedade (THOMPSON, 2000:82). O facto de o escândalo ser divulgado pelas organizações de media pode justificar-se por dois fatores: 1) pelo facto de o escândalo gerar receita e audiência e 2) pela responsabilidade dos media em informar o público sobre as atividades dos governantes no exercício do poder. O primeiro deriva do facto de que o Homem facilmente se interessa por casos próximos e reais que apelem à emoção, interessa-se pelos segredos e comportamentos ilícitos de figuras públicas e políticas, que têm como obrigação seguir regras morais para validar a confiança que o povo em si deposita. Já o segundo fator relaciona-se com o facto de a profissão de jornalista se ter desenvolvido numa vertente de jornalismo de investigação nos anos '80 – principalmente nos EUA -, onde vários profissionais encaravam como sua missão a exposição de segredos e irregularidades no exercício da governação, contribuindo para a salvaguarda do interesse público. Aqui, existe a ideia de que os meios de comunicação devem ter um papel de vigilante da democracia, denunciando as ilegalidades cometidas pela elite política, sendo um dos papéis enunciados no capítulo 2.

##### O conceito

O conceito de escândalo remonta a tempos antigos (*Ibid*, 2000:38) onde “*skandalon*”, de origem grega, significava *armadilha*, tendo surgido pela primeira vez

na versão grega do Antigo Testamento. A obra explicava como o povo, apesar de confiar em Deus, começou a ter dúvidas devido a uma pedra – um obstáculo - colocada no caminho com o objetivo de testar a fé desses mesmos indivíduos. Em latim, a palavra traduzia-se em “*scandalum*”, originando a palavra francesa “*escandre*”, no século XI. Contudo, esta última está conotada de um sentido ambíguo, significando simultaneamente *calúnia* e *escândalo*, resultado das mudanças de significado que a palavra foi sofrendo. Tal demonstra que a fronteira entre as duas palavras nunca esteve totalmente delineada, sendo fácil cair em erro aquando das suas classificações. Tendo tido sempre uma ligação religiosa, referindo-se a 1) conduta de uma pessoa religiosa que trouxe descrédito à religião e 2) algo que prejudicou a fé religiosa, hoje o termo escândalo já não se restringe apenas à fé mas abrange regras morais, independentes da religião. O conceito descreve mesmo transgressões morais por parte de um ou mais indivíduos, transgressões essas, suscetíveis de julgamentos e condenações por quem vê o conjunto de princípios morais adotados pela sociedade desafiados (LULL e HINERMAN, 1997:3). Desta forma, o escândalo refere-se a:

*“Ações ou acontecimentos que implicam certos tipos de transgressões que se tornam conhecidos de outros e que são suficientemente sérios para provocar uma resposta pública.”* (THOMPSON, 2000:40)

Para considerarmos uma ação como um escândalo temos de considerar o cumprimento de alguns critérios. Primeiro, este tipo de transgressões refere-se à infração de valores, normas ou códigos morais. É ainda necessário classificar a natureza de tal infração, pois nem todas resultam num escândalo, quando apresentam pouco interesse e relevância. Por exemplo, uma figura política ter sido multada porque estacionou mal o seu carro resulta num acontecimento pouco relevante para se tornar um escândalo. Já um ato de genocídio é demasiado importante para se tratar de um mero escândalo. Desta forma, é necessário reconhecer que o conceito em causa situa-se num espaço intermédio, nem demasiado importante nem demasiado irrelevante.

Outro aspeto que precisa de ser considerado é que estes códigos morais não são iguais em espaço e tempo, quando analisados em diferentes regimes políticos ou sociedades. Esta análise varia consoante o contexto cultural da sociedade em causa e o conjunto de valores adotados pela mesma, o que fará com que o resultado do escândalo esteja dependente do contexto onde se desenrola. Se analisarmos uma sociedade onde predomina a religião católica, por exemplo, e existem grupos de pressão a favor de uma

pureza moral, o casamento entre homossexuais terá um impacto bastante maior do que numa sociedade onde não há predominância do religioso, dando-se mais importância à igualdade e liberdade de expressão. Aqui, ações que outrora originariam emoções como surpresa, indignação ou repúdio, já não terão o mesmo impacto negativo na sociedade, isto porque os valores adotados são diferentes. Contudo, há normas mais sensíveis que outras, nomeadamente as que regem a conduta das relações sexuais, transações financeiras e as que se referem às regras, convenções e procedimentos relacionados com o exercício de poder. A pessoa envolvida contribui também para o grau de sensibilidade para com o escândalo. Perante a lei, somos todos iguais, contudo, um Presidente que baseie a sua reputação no valor da família e se veja envolvido num escândalo sexual de infidelidade, mais facilmente será alvo de condenação do que alguém que não traia um dos valores que tanto apregoa. Desta forma, observamos que o escândalo contém em si uma componente hipócrita e, rapidamente, aqueles que traem as regras morais que defendem publicamente serão julgados. Contudo, estes valores e normas podem não ser aceites pela totalidade dos cidadãos, sendo aceites por uns e rejeitadas por outros. Desta forma, os escândalos podem ser confusos, implicando a transgressão de normas contestadas entre o povo. A relevância de uma norma dependerá assim do contexto social e cultural no qual se insere. A construção do escândalo está assim sujeita a um processo que não cabe só em si, mas está contida num processo de moralização, construído aos poucos pela sociedade.

Segundo, a ocorrência das transgressões dá-se de forma camuflada, porém deverão ser conhecidas por outrem que não esteja envolvido. Aqui existirão duas forças, uma que tenta esconder as ações perante o público e outra que tentará expor a verdade. A segunda característica do escândalo remete assim para a necessidade do processo se tornar público, causando embaraço para os envolvidos, cujas ações estavam ocultas e rapidamente vêm a público, tornando-se o centro do escândalo.

Terceiro, é necessário que as pessoas não envolvidas desaprovem tais comportamentos ou ações, o que nos traz de volta ao facto de haver uma violação do conjunto de códigos morais. Este requisito remete para a necessidade de o escândalo desafiar os valores de um conjunto de indivíduos, fazendo com que estes judiciem o transgressor, tendo ficado ofendidos ou chocados.

Em quarto lugar, as pessoas não envolvidas expressam desaprovação através de denúncias públicas, uma vez que sem um público interessado em denunciar as infrações



não haverá escândalo. A sua desaprovação deve ser expressa através do discurso público, acedendo maioritariamente aos meios de comunicação, o que contribui para a rápida disseminação do escândalo. Porém, quando uma transgressão é cometida, ela não constitui ainda um escândalo mas sim a possibilidade de poder vir a tornar-se num. Sem a luz mediática, ou seja, sem denúncia pública ou publicitação, nunca haverá desenvolvimento.

E em último lugar, o quinto requisito é, efetivamente, o ato de denunciar e condenar tais comportamentos que prejudicam a reputação dos indivíduos responsáveis. Este requisito é uma consequência direta da transgressão, além de que pode levar o indivíduo a ser julgado em tribunal ou colocar em causa não só a sua imagem mas a segurança do país, como no caso de Profumo<sup>13</sup> (THOMPSON, 2000:166). Por outro lado, pode mesmo não causar grandes danos como no caso de Valentim Loureiro, de 2004, que na época era presidente da Liga de Clubes e Presidente da Câmara Municipal de Gondomar. O caso refere-se ao facto de árbitros serem pagos para favorecerem determinados jogos, envolvendo Valentim Loureiro. O Partido Social Democrata retirou-lhe a confiança mas o político ganhou as eleições de Gondomar.

### O escândalo político

Primeiramente torna-se relevante definir escândalo político como *“lutas pelo poder simbólico, em que reputação e confiança estão em jogo”* (THOMPSON, 2000:139) numa arena política, envolvendo figuras políticas – o local onde decorre o fenómeno e as personagens envolvidas são o que define este tipo de escândalo. Este conceito pretende representar o capital simbólico do indivíduo, que este mesmo constrói, baseando-se na obtenção de reputação pessoal e confiança depositada por outros. E este poder simbólico tem ganho importância ao longo dos anos, principalmente com a contribuição dos meios de comunicação e com a mudança da cultura política. O declínio dos partidos políticos baseados em classes parece ser uma das causas. Estes são obrigados a procurar eleitores e apoiantes em outro tipo de público, nomeadamente indivíduos que não têm envolvimento com qualquer partido, e uma das estratégias que foram obrigados a adotar foi o cuidado a ter com a imagem do

---

<sup>13</sup> John Profumo foi um deputado conservador britânico e ministro da Guerra em 1960. Profumo teve um caso extraconjugal com outra mulher, Christine Keeler, que também mantinha um caso com um adido naval soviético, Eugene Ivanov. A segurança do país poderia estar comprometida pois na época o serviço secreto britânico MI5, que monitorizava os passos de Ivanov, alertou Profumo sobre os perigos deste caso amoroso mas este ignorou tal aviso, negando sempre qualquer envolvimento com Keeler.

líder e enfatizar a sua personalidade. Assim, o poder simbólico é cada vez mais importante no jogo político, na conquista de eleitores e legitimação, o que pode significar a existência de diversas fragilidades que abalam a reputação e colocam em causa percursos profissionais.

Ainda sobre a definição do conceito, na sua obra *O escândalo político* (2000), Thompson distingue três tipos básicos de escândalo político: os escândalos sexuais, financeiros e de abuso de poder. Contrariando a premissa de Markovits e Silverstein (1988, *apud* Thompson, 2000:124-5), que inserem nesta tipologia apenas os escândalos que envolvam certo abuso de poder, guio-me pela abordagem de Thompson, mais flexível ao incluir mais categorias. Aqui, tanto escândalos sexuais como financeiros implicam transgressões de normas que governam atividades que não são exclusivas do campo político, enquanto os escândalos de abuso de poder devem-se à divulgação de atividades que transgridem as regras que orientam a conquista e exercício de poder político. Os de tipo sexual correspondem à transgressão de normas e códigos sexuais e caracterizam-se por lutas pelo poder que podem ter consequências na capacidade de exercer o poder político. Os de tipo financeiro traduzem-se na transgressão de regras que governam o uso de recursos económicos com relação ao poder político e seu exercício. Temos por exemplo o caso de Fátima Felgueiras, quando em 2003 – na altura Presidente da Câmara de Felgueiras – foi acusada de corrupção e desvio de dinheiros públicos para o Partido Socialista. Os últimos, abuso de poder, envolvem a transgressão de regras sobre o uso de poder político, com consequências tanto simbólicas como políticas. Porém, o próprio autor admite que esta tipologia é limitada, não abrangendo todo o tipo de escândalos possíveis.

Não obstante, todas estas tipologias põem em causa a confiança depositada no ator envolvido, pois além de ter cometido uma ação que desafia valores morais e, até mesmo o próprio conjunto de leis da Nação, houve também uma tentativa de omissão. Especificamente sobre o escândalo político – aquele que mais nos interessa -, podemos falar de uma relação deste com a confiança social depositada na autoridade, que tem lugar através da ideia de representação e da ideia de responsabilidade do governante perante o povo. Uma vez que o escândalo põe em causa tanto a confiança social como a representatividade da autoridade do ator (SANCHÉZ, 1999:12), a avaliação da figura política será baseada na desconfiança que se vive (FUNK, 1996:1). Exige uma resposta por parte deste ator, que ao ser satisfatória, pode dar lugar ao restabelecimento da

confiança. Caso contrário, a continuidade do escândalo leva a que as instituições que asseguram o carácter representativo do sistema político se vejam obrigadas a forçar o ator envolvido a dar uma resposta satisfatória. Contudo, se tal não for alcançado e se o escândalo persistir, os sujeitos escandalizados passam a questionar a autoridade do ator político e as próprias instituições do sistema político, pela sua incapacidade de assegurar a representatividade do sistema. Isto, por exemplo, parece ser o que se tem vivido em países como Itália ou mesmo Portugal, onde as instituições oficiais são questionadas e carecem de credibilidade.

Ao observar a ocorrência de escândalos políticos nas sociedades modernas, é ainda necessário ter em conta outros fatores, como o desenvolvimento das tecnologias de comunicação e vigilância, que permitem a rápida difusão de informação – verdadeira ou não – e contribuem para um maior número de revelações de segredos. Ocorreu também uma mudança da cultura jornalística com a evolução do jornalismo de investigação – principalmente nos EUA -, que se passou a preocupar com o papel social das notícias e com a capacidade de corresponder às expectativas que a democracia depositava nos media como ligação entre Governo e cidadãos e vigilante da democracia, o chamado Quarto Poder (TRAQUINA, 2001:25). Outro fator relevante para analisar esta evolução – e já referido acima -, é a importância do contexto cultural relativamente ao código de valores em vigor no momento do escândalo, mas este conjunto de normas também pode ser influenciado pelo próprio contexto político e social. No primeiro podemos deparar-nos com debilidade de uma das forças políticas, o que propicia, por exemplo, uma oportunidade para a oposição apoiar um escândalo e explorá-lo. Já no contexto social, podemos ter uma opinião pública mais sensibilizada com certos assuntos, por exemplo, o abuso sexual de menores que causa sempre repúdio e aversão no público, o que faz com que um escândalo deste tipo crie uma maior ofensa.

Não obstante, as motivações financeiras também contribuíram para uma maior investigação e difusão de infrações, pela imprensa e televisão, por vezes até ao esgotamento. O mercado dos meios de comunicação é cada vez mais competitivo, havendo uma luta pelo lucro e audiência. Desta forma, a cobertura noticiosa do escândalo pode ir ao encontro de tais objetivos, por duas razões: 1) este fenómeno apela à emoção e a audiência interessa-se mais por notícias que suscitem indignação, revolta, crítica, entre outras emoções; 2) o fenómeno apresenta casos reais de pessoas que, devido ao seu estatuto social – este deve ser relevante –, não devem cometer erros. São

estas as principais razões pelas quais a maior parte das pessoas se interessa pelo escândalo e que fazem com que os media os transmitam de uma forma cada vez mais frequente.

### Relação entre media e escândalo

A palavra “mediático” sugere-nos a existência de uma relação com os diferentes tipos de media a que temos acesso nos dias de hoje. Essa é, de facto, a principal característica do escândalo mediático, conceito que implica a revelação do escândalo através dos meios de comunicação e que se tornou conceito integrante da arena política em finais do século XIX (THOMPSON, 2000:82). Aliás, uma das implicações dos media foi a criação de uma nova forma de visibilidade e de um fluxo de informações e imagens difíceis de controlar por parte do ator político. Desta forma, é importante analisarmos não só a relação do escândalo com os meios de comunicação, mas também entender o surgimento do conceito de escândalo mediático. Podemos desde já afirmar que a dimensão e as consequências do escândalo foram transformados devido à sua forte e intrínseca ligação com os media e por ocorrerem lutas pelo poder simbólico<sup>14</sup> no campo político. O fenómeno de escândalo não é algo novo, mas surge assim como um acontecimento mediático, não na perspectiva de Dayan e Katz<sup>15</sup>, mas como objeto suscetível de sofrer uma hipermediatização por parte de diferentes meios de comunicação após tornar-se público, atingindo dimensões dificilmente imaginadas. Este escândalo mediático caracteriza-se também pelo facto de a desaprovação da sociedade ocorrer através de diversos media, como por exemplo jornais ou de programas de televisão. O tempo de vida destes é ditado pelas organizações dos media, podendo durar semanas ou anos, além de que o cidadão pode reconstituir, vezes sem conta, o seu desenvolvimento, pois tem fácil acesso às provas, através de artigos de jornal ou vídeos no meio digital.

Deste modo, podemos analisar quatro características dos escândalos mediáticos, sugeridas por Thompson, sendo elas: 1) tipo de transgressão, 2) tipo de publicidade, 3) tipo de revelação e 4) referencia espaço temporal.

1) A primeira implica a existência de transgressões de primeira e segunda ordem. A primeira ordem refere-se a valores ou normas que possuem

---

<sup>14</sup> Trata-se da “capacidade de intervir no curso dos acontecimentos, influenciar as ações e crenças de outros, (...) através da produção e transmissão de formas simbólicas”, (Thompson, 2000:131).

<sup>15</sup> Autores definem *acontecimento mediático* como “momentos históricos que são televisionados em direto e que fazem parar uma nação ou mundo”, (Katz e Dayan, 1999:17).

um grau de força moral, já a segunda, além da transgressão destas normas, relaciona-se com o facto de haver negação por parte do envolvido perante a forte evidência de veracidade das suas ações;

2) Existe uma publicidade mediática onde os eventos se desenvolvem nos meios de comunicação e adquirem esta publicidade, a qual já não conseguem controlar, ultrapassando barreiras espaciais e temporais;

3) O tipo de revelação será através dos meios de comunicação, e não face a face;

4) Aqui o escândalo mediático não ocorre num local específico, uma vez que os canais de comunicação em causa transportam a informação a diversos locais, em diversas ocasiões, o que modificou o conceito de espaço e de tempo. Os meios de comunicação são assim capazes de fixar as provas de acusação durante um período de tempo relativamente durável, pois existe agora a possibilidade de transmissão de fotografias num telejornal ou de escutas – como aconteceu em Portugal<sup>16</sup> –, fazendo com que o escândalo não desapareça. Também o avanço dos meios tecnológicos veio permitir tal facto, podendo estas evidências serem reproduzidas um número infinito de vezes pelos indivíduos.

É, portanto, imprescindível analisar a experiência do escândalo como um evento mediático, pois apresenta características diferentes e com diferentes consequências de um evento ocorrido num ambiente delimitado, com tempo contado e apenas comunicado face a face. Não obstante, uma característica comum a todos os tipos de escândalos é a sensação de vergonha e embaraço sentida pelos envolvidos no momento em que as suas acções são tornadas públicas. Se é verdade que muitas vezes se tratam de figuras públicas, que estão distantes dos restantes cidadãos devido ao seu *status*, também é verdade que através dos meios de comunicação podemos vivenciar os traumas destes mesmos sujeitos e a forma como a sua vida é exposta repentinamente, assim como os seus segredos. Não obstante, através dos media percebemos também que há um mundo para lá do nosso dia-a-dia, que envolve poderosos e perturbadores segredos e que desafiam todos os códigos morais sob os quais nos regemos. Aqui, o escândalo como um evento mediático também proporciona um espaço de reflexão sobre os princípios morais que adotamos entre os cidadãos. Desde a infidelidade ao casamento homossexual, muitas questões são colocadas, podendo mesmo servir como um

---

<sup>16</sup> “Homem forte do presidente encomendou 'caso das escutas’”, in Diário de Notícias, 18/09/2009, disponível em [http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content\\_id=1365623](http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=1365623)

estimulador para modificar certos conjuntos de valores, como aconteceu com a aceitação da lei do casamento homossexual em diversos países. Assim, outra das características dos escândalos mediáticos é que estes atentam diretamente a questões de ética, inseridas no conjunto de valores adotados, suscetíveis de transformações (LULL e HINERMAN, 1997:3). Se compararmos a realidade atual com os séculos passados, observamos que os valores morais pelos quais a sociedade se regia se modificaram, alterando também a atenção dada a certos escândalos e as reações perante estes.

Por fim, existe ainda outro aspeto bastante relevante sobre o escândalo mediático e que pode influenciar a sua relação com a democracia e a sua função no âmbito do exercício de um Quarto Poder. Nesta perspetiva, podemos encontrar dois tipos de escândalo: 1) como a revelação de uma verdade oculta, que se pretende encobrir – conhecida apenas por alguns – ou 2) o escândalo como difusão de uma calúnia, algo tornado público com o propósito de prejudicar outrem. O primeiro acontece quando o indivíduo executa uma ação que transgredir alguma norma e tem a necessidade de ocultar a verdade perante todos, ou pelo menos perante alguns. Aqui, encontramos ainda outro atributo próprio do escândalo, o facto de ele ser caracterizado por um drama de ocultação e revelação, onde os envolvidos dedicam esforço em ocultar as ações (THOMPSON, 2000:45). Já o segundo tipo, remete-nos para conceitos como calúnia ou rumor, diversas vezes difundidos pelos meios de comunicação, principalmente se existirem pressões financeiras ou importantes figuras envolvidas. O escândalo pode muitas vezes surgir a partir de um rumor, designado como um “barulho que circula” (REIFFEL, 2003:73), quando não surge de uma denúncia específica. Neste sentido, o rumor pode resultar numa revelação de facto verdadeira ou, por muito realista que se mostre, numa calúnia, ou seja, uma mentira ou falsa acusação que prejudica a reputação de certo indivíduo. Como fenómeno, o rumor caracteriza-se pela apresentação de uma fonte não oficial, pelo processo de difusão em cadeia, curta duração e pelo seu conteúdo ser um facto relevante na atualidade, segundo Jean-Noël Kapferer (*apud* REIFFEL, 2003:74). Trate-se de um rumor ou calúnia, os media contribuem para conferir credibilidade a estes fenómenos, atribuindo-lhes um crédito adicional, e servem ainda como aceleradores dos mesmos, divulgando certos itens que estavam restringidos a um pequeno grupo de pessoas. Desta forma, os meios de comunicação podem ou não censurar o rumor, o que vai contribuir para definir a duração do fenómeno e,

consequentemente, da existência de calúnia<sup>17</sup>. Uma vez que tais fenómenos estão sempre acompanhados de negatividade e instabilidade, a democracia pode ser prejudicada pelos próprios meios de comunicação, que não se privam de difundir a informação e prejudicar reputações com base em mentiras ou informações ainda não confirmadas. Este facto pode colocar em causa a legitimidade dos media em se afirmarem defensores da democracia, pois traduz-se na contradição de os media agirem objetivamente e em nome do cidadão e agirem como transmissores de informações falsas, muita vezes sem tentarem esclarecer tais acusações. Perante esta perspetiva, o que se destaca perante o público é o facto de que uma imparcialidade é difícil de atingir e os media podem mesmo contribuir para uma instabilidade da sociedade.

---

<sup>17</sup> Em 2005, o ex-primeiro-ministro José Sócrates, foi alvo de um rumor sobre as suas preferências sexuais que rapidamente se espalhou. Ver mais: “Boatos: efeitos perigosos”, *in* Jornal de Notícias, 25/03/2010, em: [http://www.jn.pt/PaginaInicial/Media/Interior.aspx?content\\_id=1527467](http://www.jn.pt/PaginaInicial/Media/Interior.aspx?content_id=1527467)

## **5. Media e democracia**

A democracia é comumente descrita como o poder do povo, para o povo e pelo povo, nas palavras do antigo presidente americano A. Lincoln. Este tipo de regime político contém em si características como a existência de uma constituição que regule o exercício político, o sufrágio igual e universal, a garantia dos direitos das minorias - entre outras liberdades -, e tem como objetivo uma decisão coletiva e racional, que pressupõe garantir uma maior e melhor participação das partes interessadas (KEANE, 2002:165; MCNAIR, 2007:17). Falamos de um regime que se caracteriza pela existência de um governo baseado no debate e discussão do povo (BAKER, 2007:6) e deverá decorrer de acordo com os desejos, direções e decisões do povo. Não obstante, encontramos três requisitos essenciais da democracia, sendo eles 1) cidadãos bem informados, 2) liberdade de participação no processo de tomada de decisão e 3) governantes responsáveis perante os governados.

A interdependência entre política e meios de comunicação revelou-se forte, principalmente porque estes mostraram ser um instrumento importante para uma aproximação entre o Estado e o cidadão. Num mundo globalizado e complexo, os media contribuem como uma das bases para o saudável funcionamento da democracia, pois são eles que transmitem a informação política na qual baseamos as nossas decisões como cidadãos. A política contemporânea é largamente mediada pelos meios de comunicação e qualquer estudo que façamos sobre a democracia, será também um estudo sobre como os media relatam e interpretam acontecimentos políticos (MCNAIR, 2000:1). Os meios de comunicação permitem-nos também identificar problemas sociais existentes e asseguram a existência de uma arena de debate público.

O desenvolvimento dos meios de comunicação levou-os a desempenharem funções políticas, sociais, económicas e culturais nas democracias modernas, tornando-se assim a principal fonte de informação política e o principal meio de o povo responsabilizar o Governo. São eles os responsáveis por criar cidadãos instruídos, participativos, autónomos e conscientes das suas decisões sobre a vida política e do seu voto, uma vez que o acesso à comunicação é um dos principais indicadores de poder e igualdade nas democracias modernas (ENTMAN e BENNETT, 2001:2). É neste sentido que, para falarmos da relação entre media e democracia, é necessário ter em conta uma condição essencial, que é o acesso dos cidadãos a um amplo conjunto de informação, disponível na esfera pública (KARPPINEN, 2007:9). E, uma vez que uma democracia



exige uma ação coletiva perante a tomada de decisão através da opinião pública, cabe aos media desempenharem funções democráticas como a promoção da deliberação e da própria opinião pública, a identificação de assuntos de interesse público e reflexão da diversidade de cidadãos (NORRIS, 2000:23; BLUMLER e GUREVITCH, 1995:97; MCNAIR, 2007:47). Tal significa que a imprensa escrita e os profissionais de jornalismo detêm uma responsabilidade social para com os cidadãos. Segundo Sousa, “informar jornalisticamente será (...) permitir que os cidadãos possam agir responsabilmente” (SOUSA, 2000:63) o que reforça a função dos meios de comunicação em formar os cidadãos para que tomem consciência da vida política e para que nela possam participar de forma racional.

### Democracia fragilizada

Qualquer ambiente de governação que encoraja os requisitos essenciais da democracia é considerado uma “democracia funcional” (NGOA, 2010:132). Nesta perspetiva, sem uma partilha de informação verdadeira e de qualidade, os cidadãos não serão capazes de tomar as decisões mais acertadas ou mesmo de compreender o funcionamento diário do governo. Consequentemente, a sua participação na vida política será fraca ou mesmo inexistente e não demonstrarão interesse em participar dela. O povo só poderá responsabilizar o governo e mobilizar-se se estiver a par da realidade, realidade esta que lhe é apresentada através de notícias. Contudo, temos vindo a assistir a uma trivialização das notícias e argumentar que devemos dar ao público aquilo que ele quer permite que se desça cada vez mais baixo na qualidade do que é noticiado (LETRIA, 1998:11). Cada vez mais, vivemos num mundo obcecado por personalidades e pelo sensacionalismo, deixando de lado assuntos de interesse público. E somos mesmo apresentados a uma “verdade mediática” (LETRIA, 1998:17), que pode não ser necessariamente a verdade real do acontecimento. *Wag the Dog*, de 1997, é um filme americano que exemplifica a construção deste tipo de verdade. O filme mostra a tentativa de abafar um escândalo sexual que surge durante as eleições presidenciais e como distração concebe-se uma guerra fictícia entre os EUA e a Albânia perante os media, e que estes, consequentemente, transmitem. Esta verdade pode ser construída por vários motivos, entre eles estão a pressão sobre os media de agentes políticos ou económicos ou a obtenção de lucros e audiências.

A premissa de “dar ao público o que ele deseja” culminou ainda com a explosão do infotainment. Este conceito comporta a fusão das palavras “*information*” e

“*entertainment*” e adota características do espetáculo para tornar a notícia mais apelativa (CASCAIS, 2001:113). O mesmo significa que os valores de informação são substituídos por valores de entretenimento (SCHULTZ, 1998:4), com um nível intelectual baixo, personalização e dramatização, de forma a cativar as audiências (MCNAIR, 2000:4; MCQUAIL, 2003:108). O entretenimento, além de interessar a um maior número de audiências, comporta menos custos para os media (MARSHALL, 2003:27). Esta substituição de valores baseia-se na linha de pensamento da *penny press*, com surgimento entre 1830-40, caracterizada pela venda de exemplares a um preço significativamente baixo, por privilegiar um jornalismo de informação em detrimento de um jornalismo de opinião (TRAQUINA, 2002:36). A cobertura de notícias incide em temas como justiça, crime, violência ou eventos de caráter surpreendente, deixando de lado o conteúdo político, numa forma de se adaptar aos interesses das audiências e dirigindo-se à massa. Aqui, a lógica é oferecer aos cidadãos informação atraente através do relato de factos que provoquem emoções no leitor, assumindo uma narrativa distinguida pelo sensacionalismo. Esta aposta numa linguagem emotiva surge da necessidade de criar uma corrente emocional forte entre os media e a audiência, mais próxima da persuasão do que da informação pois o fator emocional constitui um regulador da vida social, contribuindo para o processo de decisão (MESQUITA, 2003:56-7). O uso do conceito pode ainda ser observado através do recurso a um maior número de fotografias ou títulos que chamem a atenção e facilitem a leitura, do uso de fontes populares de forma a criar uma aproximação com o público, - uma vez que a linguagem não deve ser complexa - e através do uso de figuras de estilo como metáforas, que captem a atenção do leitor.

A adoção do sensacionalismo e entretenimento na cobertura de notícias é criticada por estudiosos europeus e norte-americanos que defendem que este tipo de conteúdo contribui para uma diminuição da qualidade da notícia e do nível intelectual do cidadão, trazendo uma visão pessimista do Homem (WOODROW, 1991:149). Apesar da preocupação sobre o declínio da qualidade na cobertura noticiosa e no tratamento de assuntos de interesse público, não é imediatamente observável que a evolução da comunicação tenha transformado, de uma forma negativa, esta mesma cobertura noticiosa (NORRIS, 2000:13). Aliás, existe uma noção de que o infotainment não transporta apenas consequências negativas. Para Norris, em vez de uma erosão dos padrões do jornalismo, podemos entender que a tabloidização – tendência que surgiu

nos anos '80 e '90 – representa uma diversificação do mercado dos media em termos de formatos de programas e assuntos (NORRIS, 2000:15). Não obstante, este tipo de jornalismo baseado no *infotainment*, apesar de mais sensacionalista, pode ser mais honesto e menos reacionário. Tal pode ocorrer porque o interesse comercial dos media alia-se ao uso de uma retórica popular, que diversas vezes expõe informação omitida, contribuindo para a criação de um espaço onde surge um criticismo face ao campo político (Fiske, 1992 *apud* MCNAIR, 2007:51). Também Brants explica que o entretenimento é uma forma de ultrapassar o desinteresse dos cidadãos pela política, pois a mistura de entretenimento e consciencialização do que interessa ao cidadão populariza a política (BRANTS, 1998:55). Tal como assistir os noticiários pode ser um lazer mas ao mesmo tempo informa o indivíduo. O emprego do *infotainment* pode ter desta forma uma perspectiva positiva porque atende a duas necessidades da audiência: a de ser entretida e informada e alarga a possibilidade de atingir um maior público, porque a produção de emoções suscita maior interesse por parte do leitor. Ou seja, pode mesmo fazer chegar a informação a lugares que de outro modo não seriam alcançados e nessa medida pode ser visto como educativo (HARTLEY, 2004:146). Não obstante, este entretenimento acaba por desempenhar um papel importante na manutenção de normas públicas pois as histórias narradas pelos media, seja em filmes ou nos tablóides, contêm em si um carácter dramático. Por exemplo, através de um final infeliz daquele que transgrediu as normas sociais – nos filmes - ou com um título pejorativo e em tom crítico – nos jornais. Mesmo os talk-shows ou programas de opinião pública podem contribuir para o debate público sobre normas sociais, uma vez que permitem a participação da própria audiência. Ainda que o entretenimento veja algumas críticas positivas, continua a ser necessário uma cobertura noticiosa inteligente e esclarecedora para sustentar o bom funcionamento da democracia, principalmente porque o mercado dos meios de comunicação, baseado no entretenimento e lucro, contribui para uma ignorância a nível político (CURRAN e GUREVITCH, 2005:136).

Não obstante, as notícias em forma de entretenimento podem também surgir na forma de escândalo, usado aqui como elemento informativo e comportando também aspetos positivos e negativos. Para Víctor Perez-Diaz a onda de escândalos nos anos '90, em Espanha, é considerada um processo de aprendizagem social (*apud* JIMÉNEZ, 1998:85), onde se começou a exercer uma sanção ao comportamento impróprio dos atores políticos. Contudo, pode não ser um processo automático pois o resultado do

escândalo pode mesmo ser incerto devido a algumas variáveis como o contexto histórico, cultural e político no qual se desenrola e aos valores adotados pela opinião pública (JIMÉNEZ, 1998:87). O escândalo, apesar de conter em si um elemento de entretenimento, pode então ser fonte de informação política, não só porque nos revela algo oculto sobre o ator como afeta de forma direta e indireta a vida política (CURRAN e GUREVITCH, 2005:136), por vezes contribuindo para a construção de opiniões em períodos eleitorais ou impulsionando discussões públicas sobre ética (LULL e HINERMAN, 1997:28). Uma vez que a construção e adoção de padrões morais é um processo contínuo e, por vezes, moroso, o escândalo terá sempre um caráter atrativo, pois retrata alguém da vida real que violou tais padrões, e terá também uma contribuição na construção destes, uma vez que inicia uma discussão crítica alargada sobre as ações imorais.

A relação entre democracia e escândalo demonstra também uma afinidade que se regista com a intensificação da ocorrência de escândalos neste tipo de regime político. Partindo deste princípio, a democracia liberal apresenta maior probabilidade de escândalo político devido a fatores que ajudam a explicar esta relação, e são eles (THOMPSON, 2002:127-29):

1) Na democracia temos um campo de forças competitivas organizadas e mobilizadas por partidos e grupos de interesse, gerando um clima de conflito, onde atores apontam os pontos fracos do adversário, podendo mesmo ser um meio de desacreditá-los;

2) A reputação é de elevado valor, uma vez que é através da imagem que os atores podem transmitir confiança e angariar eleitores, e por isso, um escândalo que coloque em causa a reputação é algo a evitar para quem deseja chegar ao poder;

3) Existe uma imprensa relativamente autónoma, no que toca a publicações e críticas, o que lhes permite investigar e expor comportamentos menos apropriados ou ilícitos, sem censura (WOLTON, 1999:162);

4) Contrariamente aos regimes autoritários onde o poder reside no líder, nas democracias o poder reside na lei e esta não estipula qualquer sanção perante alegações que possam prejudicar o ator político, havendo liberdade de expressão e opinião. Porém, apesar de os critérios apresentados demonstrarem uma afinidade entre os dois conceitos, o próprio autor admite ser importante referir que o escândalo político não é um

fenómeno exclusivo das sociedades modernas, sendo demasiado radical afirmar que este só ocorre em democracias. Também para Markovits e Silverstein (*apud* Waisbord, 2004:1035), parece natural a ocorrência de escândalos nas democracias liberais, uma vez que estas se baseiam numa transparência e acesso ao jogo político, o que permite responsabilizar o Governo. Ao expor publicamente as transgressões do exercício do poder político, o escândalo torna-se, desta forma, um instrumento de análise da eficiência do processo democrático (*Ibid, Ibidem*).

Se por um lado, o escândalo pode servir de processo de aprendizagem social, mesmo detendo um carácter sensacionalista, por outro, a frequente ocorrência deste nas sociedades democráticas e o seu carácter maioritariamente negativo pode ser prejudicial. Nesta perspetiva, o escândalo posiciona-se de forma ambivalente, contribuindo tanto para o regime político como constituindo um fator corrosivo deste, como por exemplo com o uso do escândalo com o intuito de prejudicar alguém, já referido no capítulo 4. Este lado negativo é suscetível de algumas preocupações pois os media podem cair no erro de uma preocupação excessiva com a vida privada de figuras públicas, nomeadamente da arena política, sem existir uma relação efetiva com questões de interesse público (THOMPSON, 2002:18). Pode ainda surgir um ciclo vicioso de escândalos que pode culminar numa crise política, fragilizando a democracia e debilitando o Governo, ou no seu expoente máximo, danificar a confiança social da qual depende a ação política. O escândalo da Casa Pia teve também a sua contribuição para a instabilidade política e democrática assim que políticos ainda no ativo, como Paulo Pedroso e Ferro Rodrigues, se viram envolvidos e ainda quando se falou da “cabala” montada contra o Partido Socialista, que criou uma instabilidade no partido. Desta forma, toda a política é condenada e surge uma apatia que prejudica a participação política do cidadão.

#### A contribuição dos media para uma apatia política

A democracia é atingida por uma crise que já não passa despercebida, sendo cada vez mais visível uma cidadania caracterizada por cidadãos desinteressados. Blumler e Gurevitch não apontam para uma causa concreta desta, defendendo antes a existência de uma relação entre o declínio da cidadania e o declínio do interesse na definição tradicional de notícias – relacionando-se com o crescimento do sensacionalismo (BLUMLER e GUREVITCH, 1995:4). Sobre a primeira, podemos considerar que a noção de uma cidadania racional não é realista pois a própria educação para a cidadania

falha na produção de eleitores racionais e interessados (MCNAIR, 2007:21). Não obstante, nem todos os indivíduos se interessam em participar na vida pública, obrigando a mensagem política a competir com outros conteúdos de entretenimento mais apelativos. Além disso, esta busca por atenção pode mesmo impedir os media de se comprometerem com a tarefa democrática (BLUMLER e GUREVITCH, 1995:98). O declínio do interesse na definição tradicional de notícias relaciona-se com o sensacionalismo já referido neste capítulo, que adiciona uma componente lúdica à notícia. No que toca aos meios de comunicação, diversas críticas são tecidas pois um excessivo sensacionalismo e entretenimento podem limitar o compromisso cívico, levando o público a interessar-se por outros assuntos de menor importância. A isto, adiciona-se o facto de que os media, além de terem uma responsabilidade cultural, enfatizam ainda certos acontecimentos históricos específicos do jornalismo que contribuem para cimentar uma cultura de notícias que opõe os profissionais do jornalismo aos políticos, criando uma rivalidade entre estes dois grupos e contribuindo indiretamente para um desinteresse político. Podemos falar aqui de uma erosão dos padrões do jornalismo através do sensacionalismo. Contudo, Norris, defende que esta transformação não deve ser entendida como uma erosão mas antes como uma diversificação de formatos de programas e assuntos no mercado dos media, significando que, apesar do aumento do infotainment, a cobertura noticiosa dita séria continua em expansão (*Ibid*, 2000:15).

Também Washbourne observa duas formas pelas quais os meios de comunicação contribuem para as dificuldades com as quais a democracia se depara atualmente. Primeiro, estamos perante uma trivialização dos media que tem garantido críticas relativamente a uma oferta de conteúdo que falha com os ideais da democracia. Tais ideais requerem a contribuição dos eleitores na criação de uma agenda política e que as instituições políticas se encarreguem dos seus interesses e opiniões. Contudo, os media tornaram-se triviais pois colocam maior relevância em celebridades e em histórias sensacionalistas, diminuindo a sua contribuição na constituição da agenda política e na responsabilização do governo. Esta trivialização ocorre porque os valores de entretenimento dominam sobre os de informação, traduzindo-se isto, por exemplo, em elevados orçamentos para programas de entretenimento. (McNair 2003, Franklin, 2004 *apud* WASHBOURNE, 2010:9). Não obstante, os próprios programas de notícias têm por vezes um formato de entretenimento, usando apresentadores conhecidos que

ofuscam o que o programa deseja realmente passar ao público, dando menos importância política em detrimento do valor de entretenimento. Por fim, o próprio conteúdo da notícia parece ter-se diluído, com menos seriedade e informação, afetando o nível de exposição dos assuntos políticos e a forma como se debate sobre estes. Aqui, o leitor/espectador pode experienciar diversas emoções – desde chocado a entretido – mas não fica necessariamente mais esclarecido sobre as causas do problema exposto, podendo prejudicar o processo democrático (MCNAIR, 2007:62).

E segundo, a contribuição dos media reflete-se também num aumento da apatia política através de estudos que divulgam uma diminuição dos níveis de voto, do número de membros nos partidos e a queda do compromisso democrático por todo o mundo (Stroker 2006 *apud* WASHBOURNE, 2010:11). Esta apatia política e, consequentemente democrática, além de encontrar apoio em fatores a níveis políticos, económicos e culturais, conta também com o auxílio dos meios de comunicação (NORRIS, 1997:8-9). Tal acontece porque a política é noticiada pelos media de forma imoral e os meios de comunicação aproveitam para enfatizar, cada vez mais, o interesse próprio dos políticos. Além disso, segredos escandalosos têm sido revelados ao longo do século e a reputação da figura política ficou cada vez mais fragilizada e descredibilizada. Este processo, que contribui para a apatia, espalhou-se no mundo Ocidental, nomeadamente nos Estados Unidos e na Europa, agravando-se com a atual crise da zona euro. Esta crise económica é acompanhada por constantes escândalos de abusos de poder e financeiros em vários países como Itália, Portugal ou Espanha. Consequentemente, perante tais ações, os cidadãos demonstram a sua crescente desconfiança social e governamental e revoltam-se através manifestações e greve. Diariamente somos atacados pelos meios de comunicação com a exposição excessiva e, por vezes sensacionalista, de casos de abuso de poder, o que contribui para que o cidadão encare a política como algo cínico e com descrédito. Estes casos sempre existiram ao longo da História mas são ampliados pelos media e, consequentemente, o número de pessoas que deixa de se interessar pela vida política aumenta. Por último, esta apatia pode verificar-se ainda no facto dos meios de comunicação representarem os eleitores apenas como minimamente interessados na política e apenas no que diz respeito ao período eleitoral, isto porque a cobertura política feita pelos media não oferece ao indivíduo um modelo para uma cidadania ativa (WASHBOURNE, 2010:11).

Os meios de comunicação não são o único fator para uma apatia política ou uma instabilidade democrática e apesar de tudo, refletem uma influência de valores democráticos (BLUMLER e GUREVITCH, 99). Contudo, tanto estes como os escândalos mediáticos apresentam uma ambivalência que resulta numa importante contribuição para uma democracia funcional mas podem, ao mesmo tempo, revelar-se prejudiciais ao regime político. Desta forma, as constantes preocupações sobre o seu desempenho a nível democrático podem suscitar dúvidas quanto à sua legitimação como Quarto Poder da democracia.



## 6. Media como Quarto Poder

É certa a importância da presença dos media no espaço público, servindo como veículo de informação e suporte da construção da opinião pública. Contudo, apesar de um considerável poder e legitimidade que lhes permite serem considerados o Quarto Poder (MESQUITA, 2003:71, TRAQUINA, 2007:31, SCHULTZ, 1998:1), existe uma certa preocupação acerca do cumprimento das suas funções democráticas, de forma justa e imparcial, que desprestigiam ainda o seu papel como vigilante da sociedade. Críticos dos media, como John Pilger, Noam Chomsky (2003) ou Thomas de Zengotita (2006)<sup>18</sup>, afirmaram que vivemos numa sociedade mediatizada, onde os media são controlados por um aglomerado de multinacionais e onde sustentar um *status quo* é mais importante do que servir a sociedade. A afirmação em causa é importante se tomarmos em consideração a verdade aceite de que os meios de comunicação representam uma forma de poder, com papéis extremamente importantes para a sociedade e para a democracia, como referido no capítulo anterior. Para Michael Shudson, o poder dos media não reside apenas na sua capacidade em apresentar informações como sendo verdadeiras mas também na sua capacidade em fornecer as formas nas quais essas informações nos são apresentadas, referindo-se aqui “o modo como o mundo é encorpado em convenções narrativas inquestionáveis e despercebidas” (*apud* HALLIN e MANCINI, 1999:308). Ou seja, de que forma os próprios media relatam cada notícia e apresentam certos conceitos ao público, variando a interpretação de sociedade para sociedade ou de país para país.

Desde o seu surgimento que os media se revelariam úteis a nível político. Inicialmente restringiam-se apenas à publicação de mensagens oficiais do Estado mas a sua evolução logo traria escândalos, expondo as ações ilícitas ou moralmente reprováveis da elite política e contribuindo para informar o povo sobre estas. Assim, o principal papel democrático dos media é agir como agente de fiscalização do Estado (CURRAN, 2002:217), através da monitorização da atividade política, sem pressões ou outras influências que não visem o bem-estar do povo e o direito a ser informado. Foi no fim do século XX que os media ganharam um significativo estatuto de *watchdog* ou “cão-de-guarda”, período em que suspeitas sobre as motivações e integridade sobre os

---

<sup>18</sup> N. Chomsky, linguista e filósofo, e T. Zengotita, doutorado em antropologia, são críticos dos meios de comunicação. No seu livro “A Manipulação dos Media”, Chomsky apresenta-nos uma conceção de democracia onde os cidadãos são impedidos de participar e os media são controlados. Na sua obra, Zengotita fala de uma sociedade altamente mediatizada, onde o cidadão se vê rodeado de representações, de espetáculos montados pelos meios de comunicação a partir da realidade.

que detinham um estatuto de poder cresceram (SCHULTZ, 1998:50). A estreita ligação dos meios de comunicação com o campo político levou a que estes fossem denominados de “Quarto Poder”, com uma função de vigilante da democracia e do exercício do poder. Este conceito ganharia vida no século XIX, com o deputado do Parlamento inglês, Lorde Thomas Macaulay, que havia apontado para a área onde se sentavam os jornalistas e apelidado de Quarto Poder. O deputado acrescentava este poder aos outros três integrantes da revolução francesa: o clero, nobreza e o povo.

Na democracia contemporânea, a imprensa seria o Quarto Poder em relação aos restantes três: legislativo, executivo e judicial, sob o princípio de “poder controla poder” (TRAQUINA, 2007:31). Para controlar os restantes poderes, a imprensa iria informar a opinião pública, um importante instrumento para um controlo social. Esta, quando esclarecida, reuniria “ toda a sabedoria e toda a justiça da nação” (Bentham *apud* TRAQUINA, 2007:32). A imprensa existe aqui como uma ligação indispensável entre a opinião pública e as instituições do Estado e era vista como um meio de expressão de injustiças, o que permitia assegurar a proteção contra a tirania. Desta forma, a legitimidade da imprensa e da sua atividade baseia-se na função de Quarto Poder, onde os profissionais de jornalismo detêm duas funções: 1) porta-vozes da opinião pública, dando expressão às vozes da sociedade que deveriam ser tidas em conta pelos governantes e 2) vigilantes do exercício político, protegendo os cidadãos dos abusos do último (TRAQUINA, 2007:33). Em suma, o facto de os media serem considerados o Quarto Poder advém de estes terem funções necessárias para o bem-estar da democracia: informar os cidadãos sobre acontecimentos e decisões do Estado, fiscalizar o exercício dos governantes (SCHULTZ, 1998:3, MESQUITA, 2003:74, WILLIS, 2007:138) e promover a diversidade de opiniões, servindo de fórum público (SCHULTZ, 1998:109).

A função de vigilante da democracia tem sido utilizada para legitimar os media no espaço público, mas ao considerarmos os meios de comunicação como um poder, tal como os poderes republicanos - judicial, executivo, legislativo -, Mesquita defende que a expressão “Quarto Poder” não apresenta um rigor analítico, por três razões. Em primeiro lugar, nem os media, nem o jornalismo correspondem às definições clássicas de poder enquanto “capacidade de ação e meios concretos de coerção no quadro de uma política” (THINES e LEMPEREUR, 1984:713) Em segundo lugar, o conjunto dos órgãos de comunicação social não se reúne num centro decisório unificado e coerente,

semelhante ao executivo, legislativo e judicial. E por último, ainda que a estrutura das empresas mediáticas seja significativa, o grau de autonomia dos media e do jornalismo é reduzido quando comparado com os três órgãos do Estado (MESQUITA, 2003:73-4). Carecido de um rigor analítico, Mesquita sugere antes que o valor do conceito de Quarto Poder encontra-se mais a um nível de compreensão do público. O mesmo tipo de crítica é feita por Merrill, que defende que este conceito é vago e se contradiz, na medida em que sendo considerados vigilantes do exercício político, os media devem ser excluídos do governo. Porém, existe um paradoxo, uma vez que o conceito coloca, ao mesmo tempo, os media como outro ramo de poder do Estado. Aliás, a imprensa pode servir de contrapoder, como verificado em casos como o Watergate, mas não pode ser ao mesmo tempo uma extensão do Governo, uma vez que na maior parte dos casos é uma empresa privada<sup>19</sup> (MERRILL, 1990:112). Não obstante, mesmo colocada a hipótese de os media serem um quarto poder do Estado, ele teria de ser constituído e de responder da mesma forma que os restantes poderes. Assim sendo, e uma vez que o legislativo e o executivo são eleitos pelo povo – sendo o judicial apontado pelo executivo -, também o quarto poder teria de ser constituído pelo povo, o que não se verifica. Dentro da lógica do Quarto Poder, é ainda importante atentar sobre o carácter antagonístico, francamente aceite, entre a imprensa e o Governo (BLUMBLER, GUREVITCH, 1995:27; MERRILL, 1990:114). Esta característica ganha vida nas democracias liberais uma vez que estas se pautam pelo individualismo, que pode dar aso a abusos de poder, e a imprensa deve desempenhar então um papel de vigilante. Porém, esta perspetiva não explica a forte cooperação diária entre jornalistas e políticos, que na realidade dependem entre si e beneficiam desta relação.

### Dificuldades

Enquanto os meios de comunicação atuam como vigilantes ou como um contrapoder do Estado, a produção de notícias depara-se com um conflito entre dois ideais: refletir a realidade e responsabilizar o governo. Por um lado, esta reflexão exige que o jornalismo seja objetivo<sup>20</sup> e não apresente influências políticas aparentemente perceptíveis. Por outro lado, responsabilizar o governo requer uma seleção prévia da informação a ser transmitida ao público, ação que pode fugir da objetividade pretendida

---

<sup>19</sup> No caso português, existem empresas privadas de meios de comunicação mas existem também canais que são regulados pelo Estado, como é o caso do canal público RTP.

<sup>20</sup> “Objetivo” refere-se ao facto de a informação transmitida se basear numa delegação de confiança, onde o público confia no jornalista para que este lhes transmita o que viu e ouviu, (Woodrow, 1991:218).

pelo primeiro ideal (ENTMAN, 1990:40). Nesta perspectiva, a realidade que os media nos dão a conhecer é uma realidade mediatizada com uma comunicação mediada (SOUSA, 2000:127), o que confere poder aos meios de comunicação sobre esta realidade social. Desta forma, os meios de comunicação não são capazes de uma transmissão de informação política neutral, não podendo ser assim considerados um espelho da realidade (TRAQUINA, 2007:74) Uma vez que se dá uma construção da realidade, onde as notícias – neste caso relacionadas com o campo político - são como que filtradas pelo profissional da comunicação, podemos mesmo considerar três categorias de realidade política: 1) a realidade política objetiva refere-se aos acontecimentos políticos como de facto se deram, 2) a realidade subjetiva compreende os acontecimentos apreendidos pelos cidadãos e atores e, 3) a realidade construída refere-se aos acontecimentos cobertos pelos meios de comunicação e que influencia a forma como a 2ª categoria se desenrola (Kaid et al. *apud* MCNAIR, 2007:10-1).

Não obstante, esta seleção e falta de objetividade fazem com que seja possível uma escolha de notícias mais sensacionalistas, passíveis de menor importância e de menor alcance (LETRIA, 1998:51). Enquanto a exposição pública do escândalo se caracteriza como um instrumento importante para o controlo do exercício do poder político (WAISBORD, 2004:1035), esta pode também surgir por outros motivos, como a própria preferência pelo escândalo e pela desgraça do outro, por vezes utilizado em nome do Quarto Poder. Assim, ao mesmo tempo que serve de alerta para as transgressões da elite – já referido no capítulo 4 -, o escândalo mediático é também uma forma de estimular o interesse do público e de obter lucros corporativos, uma vez que capta a atenção de mais leitores através do seu drama narrativo (LULL e HINERMAN, 1997:28). Para atrair a atenção do público, o escândalo usa técnicas como a) a personalização, pois um espetáculo precisa de um ator que apele à emoção do público e b) a procura de explicações sobre os fracassos - do mesmo ator - e as razões das suas rivalidades (LETRIA, 1998:66), que pode ser feito através de afirmações de outros atores ou apresentação de provas. Desta forma, apesar de ter como objetivo dissuadir o abuso do poder, o escândalo pode ter efeitos perversos perante a notoriedade dos media como Quarto Poder, contribuindo para o seu desprestígio. Nesta perspectiva, Letria apresenta três consequências perversas do escândalo:

Comércio: Assim que se transforma num produto de consumo, o escândalo torna-se um negócio e por vezes sombrio, pois a informação que permite a criação do

escândalo pode só estar disponível através de condutas éticas duvidosas, de traições ou de infrações – com o caso da revelação de escutas ilegais no caso Casa Pia -, com o risco de que quem denunciou as ações ilícitas, ou seja os traidores, se tornem ainda figuras da maior importância cívica e moral.

**Diversão:** Esta premissa é amplamente aceite pela sociedade como forma de atrair o público e resume-se à tendência dos meios de comunicação, em específico a televisão, em transformar tudo em espetáculo, desde a guerra no Iraque a um tiroteio nos Estados Unidos em direto. Aqui, o escândalo deixa de ser um elemento de defesa de uma identidade democrática para se tornar um elemento banal apresentado pelos meios de comunicação, fazendo com que o público anseie por mais histórias surpreendentes ou chocantes, não se traduzindo num conteúdo de qualidade ou relacionado com o desempenho da atividade política.

**Hipocrisia:** O escândalo contém um elemento de hipocrisia pois o indivíduo no centro do escândalo agiu falsamente, de forma ilícita e pode ainda ter negado o ato. É com base nesta hipocrisia que o público e os media legitimam a sua crueldade para com a figura envolvida. Contudo, esta característica serve como uma “poderosa anestesia da consciência moral e política das pessoas” (LETRIA, 1998:65), que acreditam poder criticar e condenar o envolvido, independentemente de atitudes semelhantes no seu quotidiano. Esta hipocrisia não se encontra só naquele que desafiou os valores morais mas também na própria sociedade, e os media podem contribuir com tal frivolidade ao alimentarem escândalos vazios de significado para a democracia.

O papel dos media como expositores de ilegalidades é dos mais relevantes numa democracia. Contudo, por vezes os “cães de guarda” podem ladrar pelos motivos errados pois a divulgação de escândalos sexuais, financeiros ou abuso de poder podem sofrer pressões políticas e económicas. Tal prende-se com o facto de que por vezes as denúncias não partem nem dos media nem da opinião pública, mas antes de outros atores políticos que têm como objetivo atingir interesses particulares, como participar de uma mudança política ou melhorar a sua reputação (CURRAN, 2002:222). Não obstante, os meios de comunicação podem assim, em nome do Quarto Poder, transmitir o escândalo como divulgação de uma calúnia ou verdade falsificada, seja ela iniciada por outros atores políticos ou indivíduos alheios a esse campo, como já referido no capítulo 4. Estas falsas acusações podem revelar-se o suficiente para a ampliação mediática, principalmente se o indivíduo for uma figura pública relevante. A nível de

exemplo, temos o recente escândalo do Vaticano, com abusos sexuais por padres e cardeais<sup>21</sup> não comprovados, divulgados por outros padres. E aqui encontramos outro efeito perverso do escândalo: o facto de ainda não terem sido divulgadas provas concretas não impede que a reputação da Igreja católica saia prejudicada. O que observamos aqui é a contribuição dos media como Quarto Poder para lesar instituições, sejam elas religiosas ou governamentais, mesmo sem a existência de provas factuais. Assistimos ainda a uma crescente importância de escândalos sobre a vida privada dos atores políticos), devido às pressões económicas, sobretudo porque o escândalo é um exemplo da personalização da política (WAISBORD, 2004:1036), por vezes negligenciando o que realmente importa à vida pública. Muitas vezes os meios de comunicação fazem crescer o medo sobre coisas erradas e escondem verdades<sup>22</sup> mais relevantes, podendo mesmo neutralizar vozes alternativas pertinentes. Além disso, os profissionais do jornalismo não se inibem quando se trata de expor algum segredo que esteja relacionado com a vida privada ou mesmo vida sexual, especialmente se estiver em causa uma conduta que provoque forte emoções e possa aumentar a audiência. Davis chama isto de “fim do acordo de cavalheiros”<sup>23</sup> (DAVIS, 2006:141), onde a exposição de comportamentos privados pode não estar diretamente relacionada com a performance política. Assim, observamos que a comunicação pública se afasta cada vez mais da política, representando-a de uma forma tecnicista ou como uma luta pelo poder, onde vale quase tudo (ESTEVEES, 2005:16)

Outro perigoso problema que, através do escândalo, coloca em causa o papel dos media como vigilantes da democracia, relaciona-se com um frequente exagero na cobertura noticiosa, aproveitando-se do sofrimento das vítimas – como no caso Casa Pia – e levando a narrativa e o público à exaustão. O escândalo da Casa Pia é um exemplo da desprestigiada atuação dos meios de comunicação como Quarto Poder da democracia. Estes publicitaram a denúncia de abusos de menores numa instituição pública e noticiaram cada passo da justiça durante todo o processo, oferecendo um grande fluxo de informação aos cidadãos, perplexos com os acontecimentos vividos em

---

<sup>21</sup> Ver notícia, “Vaticano critica “maledicência, desinformação e calúnia”, in DN, 23/02/2013, disponível em: [http://www.dn.pt/inicio/globo/interior.aspx?content\\_id=3070580&seccao=Europa&page=1](http://www.dn.pt/inicio/globo/interior.aspx?content_id=3070580&seccao=Europa&page=1)

<sup>22</sup> Em “The War You Don’t See”, 2010, (produtores: Alan Lowery, John Pilger), John Pilger desafia e questiona o papel dos meios de comunicação nas guerras do Afeganistão Iraque e Palestina/Israel. Testemunhos de peritos de diversas expõem a contribuição dos media em cegar o público perante conflitos internacionais, através da seleção de notícias, que constrói falsas concepções da realidade.

<sup>23</sup> Davis descreve o “acordo de cavalheiros” como o acordo em não é permitido informar sobre comportamento sexual ou referente à vida privada a não ser que haja uma clara ligação com a performance pública, (Davis, 2006:141).

Portugal. Contudo, os “cães de guarda” do Estado português foram elos frágeis do debate público em torno do seu desempenho (OLIVEIRA, 2007:125) e alvo de fortes críticas por parte do público, de académicos, figuras públicas e mesmo de alguns jornalistas. Durante este período foi levantado um breve debate sobre a relação da Justiça com os media e os limites à liberdade de imprensa como Quarto Poder, resultando mesmo numa prática metajornalística, onde ocorreu um discurso mediático sobre o próprio jornalista e o seu desempenho, através de auto críticas (*Ibid*, 2007:142). No caso da Casa Pia, a imprensa exerceu uma função de crítica através da opinião e polémica gerada. Contudo, tal como outros exemplos na história do jornalismo, também aqui foram colocadas em causa ações dentro do campo deontológico, caracterizando uma crescente preocupação ética e moral sobre o funcionamento dos media (ESTEVES, 2005:29). Aspetos como a fragilidade dos processos de investigação, a ausência de escrúpulos e a procura do êxito profissional, aliados à pressão das vendas, compõem algumas das motivações que contribuíram para uma perda de credibilidade (MESQUITA, 2003:75).

Perante uma exaustiva cobertura noticiosa e um desmedido envolvimento dos meios de comunicação na justiça, a ideia de um jornalismo dedicado exclusivamente à causa social foi questionada diversas vezes. Se, por um lado, os jornalistas foram elogiados sobre o seu bom desempenho no papel de vigilantes, por outro, receberam críticas sobre a ampliação que deram ao acontecimento e “persistência na investigação, suportada, por vezes, por procedimentos eticamente discutíveis” (OLIVEIRA, 2007:130). O escândalo sexual do abuso de menores veio assim a revelar “a crise da imprensa portuguesa”<sup>24</sup>. Além da espectacularização de que foram responsáveis, os meios de comunicação portugueses foram acusados de terem “confundido a sua missão com a da justiça”<sup>25</sup>, fazendo julgamentos que não lhes competia, e acusados ainda de colocar o interesse comercial acima do social e do desejo por justiça, explorando a dolorosa memória das vítimas. Se por um lado, existisse quem afirmasse que era preferível uma “imprensa livre e ocasionalmente sórdida do que uma ordeira e muda”<sup>26</sup>, principalmente porque a imprensa rompeu o silêncio que existia já desde 1982, por outro, afirmava-se a exigência da sua regulação. Contudo, a discussão sobre a limitação

---

<sup>24</sup> Ver notícia: “Um processo, duas crises”, Pedro Lomba, *in* DN, 17/08/2004

<sup>25</sup> Ver notícia: “A pedofilia e os media”, Maria Elisa *in* DN, 1/12/2002

<sup>26</sup> Ver notícia: “Liberdade a mais”, Alberto Gonçalves *in* Correio da Manhã, 6/12/2002

da liberdade de imprensa demonstrou-se momentânea e não tardaria a cair em esquecimento.

A par deste tipo de cobertura noticiosa minar o prestígio do Quarto Poder, afirma-se que o jornalismo é guiado por dois mercados, o económico e o político (ENTMAN, 1989:17; BLUMLER e GUREVITCH, 1995:99), significando que está suscetível a sofrer influências por parte destes dois agentes. O mesmo será dizer que existem orientações que geram um conflito no jornalismo: 1) o facto de este ser um serviço público, defendendo o direito dos cidadãos estarem informados e 2) de este ser visto como um negócio, cujo objetivo final é maximizar os lucros (CARPER, 1997:45), fazendo com que o sucesso da profissão resida no equilíbrio destes dois. Assim, estamos perante o paradoxo do Quarto Poder: os media são como a única quase-instituição de contrapoder numa democracia representativa, cujos objetivos são medidos em termos de sucesso económico (SCHULTZ, 1998:115). Contudo, verifica-se uma crescente importância do lado comercial (CURRAN, 2002:220), onde a informação fica reduzida ao estatuto de produto, que será vendido pela imprensa (WOODROW, 1991:178). A globalização da economia afeta os media na medida em que aumenta a ênfase de motivos comerciais no conteúdo das notícias e no seu papel em vigiar o Estado, e torna-se necessário melhor demarcação da fronteira entre comunicação mediática – o que corresponde à ficção, aos programas e publicidade – e informação jornalística (MESQUITA, 2003:83). Assim, há um receio de que estes motivos comerciais levem a um desvio dos motivos de interesse público e a um declínio no apoio aos requisitos da vida pública, uma vez que os meios de comunicação desejam, primeiramente, satisfazer os desejos individuais dos seus consumidores (WASHBOURNE, 2010:25, SCHULTZ, 1998:4). O mercado dos media promove a procura de lucros financeiros, o que resulta num aumento de competição. Pode até dizer-se que o jornalismo atual existe para ser vendido ao lado de outros produtos culturais (MCNAIR, 2000:7). A natureza comercial dos media tanto pode ser positiva como negativa, na medida em que o sucesso comercial pode oferecer independência de instituições ou grupos, mas pode também limitar o exercício das suas funções como Quarto Poder, pois o lucro é agora mais importante que a independência perante outros poderes ou pressões (SCHULTZ, 1998:96). Existe uma progressiva preocupação com os conglomerados de media transnacionais que detêm um grande número de canais de comunicação, dominando o meio (CURRAN, 2002:148; TRAQUINA, 2007:91) e baseando-se num jornalismo de



investigação de baixa qualidade e numa diminuição de padrões éticos (FOG, 2004:30). Não obstante, o objetivo comercial parece ter minado elementos cruciais para os meios de comunicação, como a independência política, a importância da opinião pública ou a diversificação da informação (SCHULTZ, 1998:98). A nível internacional, podemos observar um domínio dos media por pouco mais de dez atores (SILVA, 2004:42). Assistiu-se a uma convergência com a fusão de diferentes media, tanto tecnologicamente como economicamente e, conseqüentemente, a uma concentração do controlo quase sempre pelas mesmas pessoas.

A nível de exemplo sobre as gigantes organizações dos meios de comunicação, temos o documentário *Breaking the Mirror - The Murdoch Effect* (1997), de John Pilger<sup>27</sup>, que fala de um novo tipo de poder dos media que lhes permite dominar o mundo. O documentário retrata a queda do tabloide britânico *Daily Mirror*, obrigado a mudar para conseguir competir com as vendas do *The Sun*, detido por Rupert Murdoch e mostra o quão impiedoso o mercado dos media se tornou<sup>28</sup>. Murdoch passou a deter grande parte do monopólio dos media britânicos, reduzindo a diversidade dos jornais e muitos chegaram a fechar, não conseguindo competir com os lucros de Murdoch. Um jogo de abusos de poder entre os media e política – com estreita relação entre Murdoch e alguns políticos através de favores - permitiu a manutenção do monopólio, cada vez mais bilionário de Murdoch (CURRAN, 2002:230). Ainda que não se veja de forma tão intensa noutros países, estes são contaminados por estes monopólios de informação, e Portugal<sup>29</sup> não foi exceção, tendo havido mesmo várias propostas legislativas para limitar a concentração dos meios de comunicação<sup>30</sup>. Isto, porque as organizações de media são agora multinacionais de grande poder, transversais a vários Estados, daí que se tenha afirmado a imposição de uma certa constitucionalização jurídica sobre este fenómeno (ESTEVES, 2005:30). Grandes organizações de media reúnem ao mesmo

---

<sup>27</sup> Documentário britânico dirigido por David Munro e escrito por John Pilger, em 1997.

<sup>28</sup> A falta de ética da organização de media de Murdoch, a News International, foi evidenciada com o escândalo das escutas ilegais feitas por jornalistas do *News of The World*, outro tabloide detido pela organização, a fim de obter informações sobre celebridades e figuras políticas. Ver mais em: “Murdoch pede desculpa por escândalo das escutas no seu jornal”, in *Público*, 6/04/2012, <http://www.publico.pt/mundo/noticia/murdoch-pede-desculpa-por-escandalo-das-escutas-no-seu-jornal-1543679>

<sup>29</sup> Em Portugal operam empresas de media privadas como a Impala, Controlinveste, Media Capital, Cofina, Impresa e a Rádio e Televisão de Portugal como empresa estatal.

<sup>30</sup> Em 2003, o Bloco de Esquerda apresentou uma proposta legislativa para limitar a concentração, afirmando que as empresas de comunicação social exerciam uma influência direta em decisões políticas. Também em 2009, o Presidente da República vetou a lei do pluralismo e da não concentração dos media. Ver mais em Elisa Costa e Silva, “Os Donos da Notícia”, 2004, p. 138

tempo estúdios cinematográficos, importantes canais de televisão, imprensa e revistas, o que indica que a informação que chega às nossas mãos diariamente provém, quase toda, das mesmas fontes, tendo assim o poder para ditar as regras do jogo (MURDOCK, 2005:67-8). Em suma, podemos identificar uma crise onde os media são organizados em função de interesses privados e onde o universo de comunicação é cada vez menos livre e autónomo, com um carácter técnico-instrumental (ESTEVES, 2005:14).

Perante a preocupação sobre o fenómeno da detenção dos media numa sociedade democrática, Baker sugere a aplicação do princípio da distribuição democrática do poder comunicativo (BAKER, 2007:7), no que respeita à detenção dos media, traduzindo-se numa dispersão ampla e variada de poder e apresentando visões e opiniões diferentes, através de uma limitação das fusões entre meios de comunicação. Tal dispersão pode criar garantias democráticas e sobrepor a qualidade aos lucros, uma vez que se coloca os media sob a responsabilidade de outros donos. A Constituição americana<sup>31</sup>, ao designar três poderes políticos, está ao mesmo tempo a reduzir o risco de abusos de poder no governo, e o mesmo deveria acontecer com o Quarto Poder. Ou seja, uma dispersão dos poderes dos media reduziria o risco de abuso de autoridade do poder comunicativo (*Ibid*, 2007:16). Para Baker, uma vez que os meios de comunicação servem para mediar o público e o governo, um país só será democrático se os media também tiverem uma estrutura igualitária (*Ibid*, 2007:7). Contudo, e ao mesmo tempo, uma excessiva diversidade pode não traduzir necessariamente uma maior qualidade na cobertura de notícias e informação, uma vez que pode estar apenas a duplicar o género de entretenimento, pois cada médium tem uma predisposição para imitar a concorrência (FOG, 2004:26; MESQUITA, 2003:108-9). Esta ocorrência acabaria assim por não contribuir para qualquer inovação na forma de transmissão da informação e pode mesmo negligenciar assuntos, de facto, relevantes para o público. Tal significa que apesar da dispersão do poder comunicativo ser vista como uma solução, esta revela ainda insuficiências que não solucionam todos os problemas que os media enfrentam atualmente devido ao mercado económico.

---

<sup>31</sup> E em geral, as constituições democráticas de raiz liberal, como a francesa, portuguesa e britânica.

## 7. Metodologia

O objeto de estudo deste trabalho é o processo Casa Pia, um escândalo de 2002. O objetivo da análise passa por perceber o papel da imprensa neste escândalo político, apoiando-se na hipótese de que, no tratamento deste tipo de matérias, há uma atenuação da linha que separa a imprensa de referência da imprensa popular. Enquanto a primeira se pauta por um papel informativo, com um tratamento de qualidade e sério, a segunda trata de temas de interesse humano, recorrendo ao sensacionalismo. A metodologia escolhida foi a análise de conteúdo e de discurso. O estudo foca-se na análise de notícias de dois jornais diários portugueses, o Correio da Manhã (CM) e o Diário de Notícias (DN), nos períodos de novembro e dezembro de 2002, janeiro e maio de 2003. Os primeiros três meses, novembro, dezembro e janeiro, revelam importância pois são o início do escândalo e, por norma, contêm em si um grande número de notícias e novos dados. O último mês, maio de 2003, corresponde à data em que alguns atores foram detidos e em que surgiram polémicas sobre Ferro Rodrigues, o seu envolvimento e do Partido Socialista.

Além disso, a escolha do DN e do CM prende-se ainda com o facto de o primeiro ser classificado como um jornal diário de referência em Portugal (AGEE e TRAQUINA, 2005:77) e o segundo um jornal diário de cariz popular, influenciado pela *penny press* britânica (*Ibid*, 2005:78), ambos com um grande número de tiragens no panorama nacional<sup>32</sup>.

De forma a atingir os fins desta investigação, foi necessário passar por duas fases:

Pré-análise: após definido o intervalo de tempo, escolheram-se os textos publicados na imprensa nacional, presentes na primeira página, que se referissem aos atores políticos envolvidos neste escândalo político, durante o período escolhido.

Exploração do material: Mesmo organizado é necessário empreender um estudo minucioso do conteúdo, das palavras, expressões e frases que compõem o material, de forma a dar-lhes sentido e seleccionar o essencial para observar as ideias principais. Fez-se então um recorte de conteúdo dependente de itens de índole quantitativa de qualitativa, como a estrutura lexical (as palavras e expressões), para maior riqueza de

---

<sup>32</sup> No ano de 2012, o CM foi o diário com um maior nº de tiragens e de circulação e o DN contou com o 3º lugar, segundo a Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação.

análise. Após esta ação, organizaram-se as unidades de análise em categorias, agrupando-as de acordo com as suas características comuns (BARDIN, 1991:37).

Para a análise e para o tratamento de dados recolhidos, foi escolhida a análise de conteúdo, a qual Bardin define como um “conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (BARDIN, 1991:42). Ao analisar o conteúdo de peças que retratam um escândalo político, pretende-se reconhecer padrões e tendências e comparar as coberturas mediáticas. Assim, a totalidade do corpo das notícias passa por uma análise categorial que se demonstrou útil para compreender o papel dos media neste escândalo, passando a classificá-las e recenseando-as de acordo com o seu conteúdo. Tal seguiu uma linha orientadora de Bardin, Dijk e Fairclough sobre a análise de conteúdo e de discurso para que nos ajudasse a responder às questões deste trabalho. A técnica de categorização consiste em classificar os vários elementos constitutivos de um conjunto nas diversas categorias, de acordo com os critérios de classificação, colocando esses mesmos elementos na categoria correspondente, de forma a organizar o material recolhido. Tal não foi possível sem uma prévia leitura do *corpus* que permitiu refletir sobre categorias comuns aos dois jornais e que iam aos objetivos propostos nesta dissertação.

Para a análise quantitativa, foram elaboradas as seguintes categorias:

- a) Temática: dentro do escândalo político sobre o abuso de menores podem ser encontradas notícias que se referem a diferentes temas, como o envolvimento dos atores políticos, a sua detenção, a crise no Partido Socialista e o cessamento de imunidade diplomática. Esta categoria permite observar se o jornal de referência difere do jornal popular na temática da cobertura, podendo contribuir para um sensacionalismo;
- b) Datas: compreende as datas e o número de peças durante o período definido, a fim de se compreender a dimensão que o escândalo teve nos jornais;
- c) Autor: contagem do nº de peças com autor e sem autor de forma a entender se existe uma especialização do jornalista em termos de tópico;
- d) Fontes: verificar que fontes são referidas, se são diretas, se são fontes anónimas ou se não é de todo referida para se compreender a relevância de certos tipos de fontes;

- e) Iconografia: verificar a importância dada à imagem durante a cobertura do processo Casa Pia;
- f) Localização: contagem do nº de páginas que ocupa, de forma a perceber o grau de relevância da notícia;
- g) Extensão: contagem do nº de parágrafos para compreender a importância dada ao acontecimento.

Não obstante, a adoção de uma metodologia de índole qualitativa sobre o discurso deve-se à sua componente mais pormenorizada, mas também por ser o meio mais adequado para o estudo da produção e circulação de significados. O objetivo da análise de discurso é oferecer descrições sistemáticas de unidades de linguagem a que chamamos discurso (DIJK, 1988:24). Para tal estudo e para apresentar informação que não é visível à percepção imediata do leitor (BARDIN,1991:28), o mais adequado será recorrer a uma análise detalhada e flexível do material, daí que este tipo de análise seja a estratégia metodológica mais indicada. Para isso, foram elaboradas categorias que nos pareceram as mais indicadas para uma resposta à hipótese e que tratam:

- a) Intertextualidade: permite observar se os periódicos apresentam uma ligação com eventos ocorridos anteriormente, relacionando discursos, contextualizando o leitor e envolvendo outras vozes. Semelhante à categoria anterior, também permite a observação de uma narrativa e o tipo de vozes ou eventos a que recorrer pode contribuir para um aumento do drama e sensacionalismo;
- b) Tipos de discurso: a mistura de discursos é característica recorrente dos media mas um maior uso de determinado tipo de discurso pode auxiliar na compreensão das diferenças entre jornal de referência e jornal popular;
- c) Campo semântico: através da análise de vocábulos, esta categoria possibilita a observação de diferenças no discurso dos dois jornais e a forma como estas são noticiadas em ambos;
- d) Análise de títulos: analisa-se os valores representados nos títulos do corpus delimitado, observando-se a sua contribuição para o papel dos media neste escândalo.

A presente investigação tem então como objeto de estudo o discurso mediático sobre o caso Casa Pia, no que concerne ao escândalo político e seus atores, dando-se a conhecer a realidade produzida pela imprensa nacional.

## **8. O processo Casa Pia**

O ‘processo Casa Pia’ revelou-se um dos escândalos mais mediáticos em Portugal, tendo ainda alguma atenção mundial. Trata-se do abuso de menores acolhidos pela Casa Pia de Lisboa, instituição gerida pelo Estado para a educação e apoio de crianças menores, órfãos e carenciadas. A 23 de setembro de 2002, a mãe do antigo aluno, “Joel”, apresentou uma queixa na Polícia Judiciária dirigida ao funcionário da instituição, Carlos Silvino, por este ter abusado sexualmente do seu filho. Um mês depois, a denúncia vem a público, a 23 de novembro, através do semanário Expresso. No início foi apenas relatada a atividade de um só indivíduo mas a história ganharia maiores contornos. A data marcou o início de um escândalo que chocou e marcou Portugal, não só pelos atos praticados mas pelo mediatismo que ganhou, pela incessante busca pelos culpados e pelo início de um debate público sobre o papel do jornalismo em Portugal, abalando o Estado português. Os primeiros meses da denúncia trouxeram o envolvimento de mais indivíduos e o número de notícias e denúncias sobre o caso e sobre pedofilia aumentou rapidamente, movidas principalmente pelo sensacionalismo, principalmente porque estão envolvidas figuras públicas como o apresentador Carlos Cruz.

Contudo, é no mês de novembro de 2002 que o caso se torna político, quando o diplomata Jorge Ritto é apontado como um dos envolvidos. Maio de 2003 também é um mês relevante para o campo político, pois dão-se as detenções preventivas de Jorge Ritto e do deputado do Partido Socialista (PS), Paulo Pedroso, a 20 e a 22 de maio, respetivamente. Outro político socialista, Ferro Rodrigues também constou do processo mas não foi detido.

Ao estudarmos o mediático caso, é ainda necessário clarificar que uma denúncia abusos sexuais de menores dentro da instituição já tinha sido feita em julho de 1981, numa reportagem no semanário Tal e Qual, com o título “Prostituição masculina tinha mercado na Casa Pia” (OLIVEIRA, 2007:126). Porém, na época a notícia não causou transtorno e passou despercebida até 2002, tornando-se o acontecimento do ano. O que sucedeu 20 anos depois, e com quase 30 anos de democracia, foi uma mudança do código de valores adotados pela sociedade, fazendo com que o mesmo escândalo tivesse outro resultado e impacto na opinião dos cidadãos. Tal demonstra que o padrão de regras morais não é estático e, desta vez, a sociedade mostrou-se mais sensível para com este tema, o que resultou numa onda geral de choque.

O caso da Casa Pia ficou marcado pelo facto de que “o que deveria ser unanimidade nacional transformou-se na maior fonte de controvérsia e de suspeitas disparadas em todos os sentidos.” (IVO e MASCARENHAS, 2003:15), o que contribuiu para que o processo e a justiça portuguesa se arrastassem. O processo Casa Pia apresentou as características essenciais de um escândalo: uma denúncia pública de transgressões que desafiaram os valores de uma sociedade e provocaram perplexidade no cidadão. Este escândalo incluiu também uma dramatização e mostrou que os meios de comunicação estão dispostos a ir muito além na cobertura de um escândalo de grande dimensão, com o uso de escutas ilegais, por exemplo.

Não obstante, os meios de comunicação tiveram um papel de extrema relevância na exposição do caso, resultante da liberdade de expressão. Contudo, num mercado competitivo dos media, a imprensa aproveitou este tema humano – e vendável – para aliar os valores mediático e social, legitimando o seu papel como Quarto Poder na busca exaustiva e incessante da verdade. Desde o primeiro dia do escândalo até à cobertura dos julgamentos e leitura da sentença, fomos bombardeados com as personalidades dos acusados e dos queixosos e com todas as suas histórias que se se chegou a um ponto de exaustão, sentido em todo o país. O que demonstra o outro lado dos media: “a substituição do tempo da justiça pelo tempo mediático”<sup>33</sup> e o seu carácter de espetáculo.

#### PAULO PEDROSO

Paulo Pedroso era porta-voz do Partido Socialista (PS) aquando do escândalo e fez parte do processo a 12 de maio de 2003, acusado de suspeita por 15 crimes relacionados com práticas sexuais com menores. Figuras políticas como António da Costa e António Guterres, que até 2002 tinha sido o secretário-geral do PS, acompanharam e apoiaram Pedroso durante a acusação. Depois de interrogado, é detido preventivamente a 22 de maio de 2003, decisão que se revelaria polémica pois suscitou fortes emoções entre os socialistas, que acusaram a existência de uma cabala contra o PS e Ferro Rodrigues (PAIXÃO, 2010:120). No mesmo dia, o partido organizou uma conferência de imprensa que viria a revelar o pedido de levantamento da imunidade parlamentar pelo próprio socialista, no âmbito da investigação.

---

<sup>33</sup> Artigo de opinião: “Casa Pia: o antes e o depois”, in Diário de Notícias, Maria Pinto, 09/09/2010

O político saiu em liberdade 8 de outubro de 2003, pois “os indícios recolhidos são claramente insuficientes” (PAIXÃO, 2010:121). Em setembro, o político volta ao ativo como deputado, e em 2009 concorre mesmo para a Câmara de Almada.

#### FERRO RODRIGUES

Eduardo Ferro Rodrigues desempenhou funções como ministro do Trabalho e Solidariedade (1995-2001) – sucedido por Paulo Pedroso - e secretário-geral do PS (2003-2004). Durante as acusações a Pedroso, Ferro afirmou que o estariam a envolver também no escândalo de pedofilia e que se tratava de um ataque contra o PS. O político falou de uma conspiração, para denegrir o seu nome e trazer instabilidade ao PS. O líder do partido socialista exigiu ainda ser ouvido no âmbito da investigação, numa tentativa de fazer justiça às acusações sobre si, sendo inquirido como testemunha dia 4 junho. Apesar de não ter sido detido, Ferro Rodrigues acusou ainda duas testemunhas de “denúncia caluniosa” mas o tribunal não prosseguiu com a queixa. A partir de 2005, assumiu funções como embaixador representante permanente de Portugal junto da OCDE em Paris, após se ter afastado da cena política perante o caso Casa Pia.

#### JORGE RITTO

Jorge Ritto era embaixador na reforma desde junho de 2002 e quase desde o início surgiu relacionado com escândalos sexuais na sua casa de Cascais (IVO e MASCARENHAS, 2003:62), suspeito de ter praticado 11 crimes e cuja casa, alegadamente terá sido utilizada para atos de pedofilia. Com 40 anos de percurso, passou por Estugarda e Toronto. Ritto já havia sido relacionado com outro caso suspeito em 1969, onde alegadamente, foi apanhado em atos suspeitos com um jovem. O diplomata não mudou a sua rotina diária e afirmou sempre nunca ter abusado de crianças. Foi preso preventivamente a 20 de maio do mesmo ano e só vê a liberdade a 2 de abril de 2004. Também em 2004, iniciou-se o julgamento efetivo de sete arguidos finais, incluindo-se Ritto, que acabou por ser condenado a seis anos e oito meses, no início do ano de 2013.



## 9. Análise e resultados

Para se proceder à análise, equacionámos a seguinte hipótese de partida: existe hoje uma atenuação da linha de diferenciação entre imprensa de referência e imprensa popular – atenuação tornada mais evidente no caso em estudo, o escândalo político.

Em capítulos anteriores vimos que o escândalo tem como características a narrativa, o apelo à emoção, ao sensacionalismo e ao drama, fatores que, aliados a um tema de interesse humano levam os profissionais do jornalismo a explorarem o acontecimento. A fronteira entre servir em função do cidadão ou em função da empresa (e dos seus interesses económicos) torna-se ténue e o competitivo mercado dos media já mostrou consequências, o que resultou numa perda de leitores por parte da imprensa – a nível internacional e nacional<sup>34</sup>. Observa-se então uma crise no jornalismo que obriga a imposição de novas configurações à própria prática jornalística. O CM (Correio da Manhã), jornal popular, domina as vendas em Portugal e perante esta crise revela-se importante compreender se os jornais de referência têm pisado a linha que separa os dois conceitos, numa tentativa de adaptação aos desejos do público e contexto da sociedade. O jornal popular será aquele que cria uma proximidade e empatia com o público, através de temas de interesse humano e linguagem reconhecida pelas massas (AMARAL, 2006:10) e o jornal de referência dedica-se a um público mais escolarizado e exigente, através de temas económicos e políticos. Apesar de aceite que existem algumas diferenças entre estes conceitos, fala-se numa crescente tabloidização dos periódicos que dão maior relevância a assuntos de matéria privada do que de interesse nacional e político (CONNELL, 1997:236; SERRANO, 2006:154), diminuindo assim as diferenças. Mesmo que a seleção dos acontecimentos varie consoante a missão e objetivo de cada medium, esta tende a ser feita a partir de um carácter sensacional, espetacular, polémico e negativo do acontecimento, do qual os media de massa não escapam (SERRANO, 2006:26-7). Contudo, apesar da imprensa popular não oferecer o mesmo serviço que a imprensa de referência, não devemos descartar o facto de a primeira assumir um carácter informativo (CONNELL, 1997:249)

A notícia é um espaço privilegiado de dramatização; nele o jornalista reconstrói ou encena a realidade, dispondo para isso de uma grande liberdade a nível narrativo e

---

<sup>34</sup> Segundo os dados da Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação (APCT), podemos observar uma queda no número de circulação de alguns jornais diários, entre 2002 e 2012. Por exemplo, o Diário de Notícias e o Público apresentam médias de circulação de jornais de 58.070 e 53.748, em 2002, enquanto em 2012 estas passaram para 31.011 e 29.332.

vocabular. A notícia é a transmissão de um facto ou acontecimento a um público, contudo é importante assumir a notícia como um elemento pouco neutral. Para Teun van Dijk, a notícia “não é apenas uma descrição dos factos mas um tipo específico de reconstrução da realidade, de acordo com normas e valores de uma sociedade” (DIJK, 1983:28). Também para Traquina, “as notícias são o resultado de um processo de produção, definido como a perceção, seleção e transformação de uma matéria-prima (os acontecimentos) num produto (as notícias)” (TRAQUINA, 1999:169), significando que as notícias são histórias, construídas no seio de um contexto social.

É então levada a cabo uma análise de conteúdo e uma análise de discurso, a fim de melhor compreendermos a realidade empírica e as características da imprensa escolhida para o estudo. A análise de conteúdo permite recolher informação de forma quantitativa que por vezes não é perceptível numa primeira leitura e descodificar certos padrões no texto (BARDIN,1991:28). Já a análise de discurso pauta-se por ser uma construção científica para compreender as produções jornalísticas e as estruturas do discurso, através da sistemática descrição de unidades de linguagem (DIJK, 1988:24). Este tipo de análise é também uma designação comum a múltiplas formas de explorar a relação entre o sentido e a linguagem, bem como as suas repercussões sociais e políticas. Várias correntes têm sido desenvolvidas no âmbito das ciências sociais e no domínio da linguística. No que se refere à análise de discurso, não existe um método uniforme de desconstrução e reconstrução dos textos, e exemplo disso são as diferentes formas de análise apresentadas por autores como, por exemplo, Dijk<sup>35</sup> ou Fairclough<sup>36</sup>.

No que refere à análise de conteúdo, compreendeu-se um *corpus* de 50 peças que surgiram em primeira página, referente aos atores políticos envolvidos no processo Casa Pia, entre o período de novembro de 2002 e maio de 2003, nos jornais DN (Diário de Notícias) e CM (Correio da Manhã). Especificamente, referimo-nos aos meses de novembro/dezembro de 2002 e janeiro/maio de 2003 pelo facto de serem os primeiros meses no surgimento do escândalo, sendo assim o período mais “quente” da investigação; maio de 2003 foi um mês especialmente relevante para os atores políticos, dado que corresponde à detenção de Jorge Ritto e de Paulo Pedroso e às acusações de

---

<sup>35</sup> Teun van Dijk é um teórico holandês nas áreas de Linguística e Análise Crítica de Discurso (ACD), focando, por exemplo, o discurso das elites sobre o racismo. Algumas obras: “News as Discourse” (1988), “Elite discourse and racism” (1993)

<sup>36</sup> Norman Fairclough é professor catedrático na Universidade de Lancaster, em Inglaterra, e foi um dos fundadores da Análise Crítica de Discurso. Obras: “Discourse and Social Change” (1992), “Critical Discourse Analysis” (1995)

uma possível “cabala” contra o PS de Ferro Rodrigues. As restrições de tempo para a realização desta dissertação também influenciaram a escolha do período temporal de análise, optando-se por aprofundar qualitativamente um período mais curto, e influenciaram ainda a delimitação do *corpus*, cingindo-se apenas a notícias sobre atores políticos que surgiam em primeira página dos periódicos escolhidos.

### Análise de conteúdo

Na análise compreendida entre novembro e dezembro de 2002 e janeiro e maio de 2003, decidimos utilizar as seguintes variáveis: **Temáticas, Data, Autores, Fontes, Iconografia, Localização e Extensão**. Sobre a primeira, distinguimos 7 principais temáticas comuns nos dois periódicos que marcam a cronologia do processo Casa Pia. São elas: 1) denúncia do envolvimento de Jorge Ritto; 2) denúncia do envolvimento de Paulo Pedroso; 3) imunidade parlamentar de Paulo Pedroso; 4) denúncia de alegado envolvimento de Ferro Rodrigues; 5) cabala contra PS; 6) detenção de Jorge Ritto e 7) detenção de Paulo Pedroso.

**Tabela Nº1 – Principais temáticas encontradas**

	<b>DN</b>	<b>%</b>	<b>CM</b>	<b>%</b>
Envolvimento de J. Ritto	6	23%	10	42%
Envolvimento de P. Pedroso	7	27%	5	21%
Imunidade parlamentar de Paulo Pedroso	0	0%	2	8%
Envolvimento de Ferro Rodrigues	5	19%	4	17%
Cabala contra PS	3	12%	1	4%
Detenção de J. Ritto	1	4%	1	4%
Detenção de P. Pedroso	4	15%	1	4%

Aqui, não podemos deixar de referir ligeiras diferenças no que toca às temáticas. Sobre as temáticas, o CM apresenta um maior número de notícias referentes ao envolvimento de Jorge Ritto, aproveitando já o duvidoso passado como embaixador de forma a demonstrar ao público que o diplomata teve um percurso com falhas e por vezes suspeito, e à imunidade parlamentar de Paulo Pedroso, agindo numa perspetiva informativa. Já o DN incide mais sobre o envolvimento de Paulo Pedroso, sobre a cabala contra o PS e as detenções de Paulo Pedroso e Jorge Ritto. Apesar de

observarmos uma ligeira diferença, tal não significa que o DN apresente apenas um carácter informativo e neutral, pois, por exemplo, ao noticiar mais vezes a crise no seio do PS denuncia uma intriga política que acaba por contribuir para o elemento de espetáculo do escândalo.

Esta tabela apresenta as **datas** das notícias que serviram de *corpus* da análise, onde podemos contabilizar 24 notícias retiradas do CM e 26 do DN. A repetição de alguns dias deu-se porque o objetivo foi analisar todas as notícias referentes aos atores políticos durante o período escolhido.

**Tabela Nº2 – Datas analisadas do Correio da Manhã**

Data	Título
29-11-2002	"Não tive qualquer relação com o chamado Bibi"
29-11-2002	"Este não é o Jorge Ritto que conheci"
04-12-2002	"Alteraram-me o despacho"
09-12-2002	"Tenho provas que implicam Jorge Ritto na rede de pedofilia"
17-12-2002	"Gama conhecia ligações de Ritto à Casa Pia"
17-01-2003	"Bibi violou-me aos 6 anos"
10-05-2003	"Carlos Cruz frequentou casa de Jorge Ritto"
21-05-2003	"Um diplomata 'quase de primeira'"
22-05-2003	"Acusado de 15 crimes de abuso de menores"
22-05-2003	"O último combate da minha vida"
22-05-2003	"De merceeiro a ministro"
22-05-2003	"Paulo Pedroso foi uma das pessoas que me violou"
22-05-2003	"Advogado quer Ritto fora da cadeia"
22-05-2003	"Embaixador ocupa cela nº2"
23-05-2003	"Quinze horas no Tribunal"
23-05-2003	"Abalado e determinado"
23-05-2003	"Música clássica para Ritto"
23-05-2003	"Levantamento de imunidade é frequente"
23-05-2003	"Limite razoável não foi ultrapassado"
23-05-2003	"Líder do PS não é suspeito"
24-05-2003	"Diz que tinha 12 anos quando Pedroso o violou"
24-05-2003	"Menores citam Ferro Rodrigues"
25-05-2003	"Ferro Rodrigues esteve caladinho"
27-05-2003	"Ferro vai ser ouvido"

**Tabela Nº3 – Datas analisadas no Diário de Notícias**

Data	Título
27-11-2002	"Fotos denunciam casa de Jorge Ritto"
28-11-2002	"Nunca entrei na casa desse senhor"
30-11-2002	"Contradições e amnésias"
15-01-2003	"Ritto está em Moscovo porque teve grande facilidade para sair"
17-01-2003	"Testemunho pode levar á detenção de Jorge Ritto"
21-05-2003	"Juiz decreta prisão do embaixador Ritto"
21-05-2003	"Total liberdade de movimentos sempre causou estranheza"
22-05-2003	"Ex-ministro suspeito"
22-05-2003	"A tarde mais longa num Parlamento cheio de lágrimas"
22-05-2003	"Esta calúnia foi montada contra mim"
22-05-2003	"Esta é uma acção para atingir o PS"
22-05-2003	"Dez dias de espera, angústia e uma carta"
22-05-2003	"João Pedroso pede suspensão do CSM"
23-05-2003	"O interrogatório mais longo até agora"
23-05-2003	"Ferro e Costa sob vigilância"
23-05-2003	"Socialistas aplaudem FC Porto e criticam investigação judicial"
23-05-2003	"Primeiro deputado preso em funções"
23-05-2003	"Contenção na visita a Paulo Pedroso"
23-05-2003	"Notícias sobre Cruz e 'alegada testemunha'"
25-05-2003	"Calúnia infame", acusa Ferro"
25-05-2003	"PGR faz desmentido 'quase total'"
25-05-2003	"Pedroso dispensa jornais nacionais"
26-05-2003	"Soares explosivo"
26-05-2003	"Ferro quer ser ouvido por Souto Moura"
27-05-2003	"Ferro vai ser ouvido"
27-05-2003	"As soluções do caso Pedroso"
28-05-2003	"Ferro depõe a 4 de junho"

No que concerne à referência de **autoria**, os jornais apresentam notícias assinadas, não havendo uma diferença significativa, revelando que há um compromisso do autor para com o conteúdo transmitido. Tanto no CM como o DN, das 50 notícias analisadas, são apenas três as notícias sem autor, em dois casos trata-se da transcrição de comunicados.

Quanto à referência de **fontes**, as suas “classificações possíveis (...) são muito diversas” (WOLF,1987:198) e decidimos basear-nos na definição de Gans, que distingue fontes institucionais de oficiosas (*apud* SANTOS, 2003:24). Por fontes institucionais entende-se aqueles com cargos públicos que se pronunciem por órgãos do Estado, porta-vozes, outros tipos de media, empresas ou organizações, partindo do pressuposto de que são fontes credíveis para o jornalista e do interesse público (SCHMITZ, 2011:25). As fontes oficiosas são consideradas declarações populares ou de vítimas e fontes anónimas. Durante a análise, concluímos que o CM utiliza um total de **23 fontes institucionais** e **19 fontes oficiosas**. Já o DN, classificado como diário de referência, apresenta **48 fontes institucionais**, opostas às **24 oficiosas**. Aqui podemos verificar dois resultados: o CM utiliza um número de fontes institucionais e oficiosas muito próximo e o DN apresenta uma maior referência de ambas as fontes, ainda que a diferença entre a sua quantidade seja maior. Aliás, o DN chega mesmo a utilizar o CM como fonte na notícia “Contradições e amnésias”, a **30 de novembro**. Contudo, parece-nos mais relevante que aquele apresente um muito maior número de fontes institucionais, apostando em fontes credíveis que sustentam a qualidade e fiabilidade da notícia (SCHMITZ, 2011:31).

Porém, não podemos deixar de notar o elevado uso de fontes não identificadas em ambos os periódicos. A utilização de fontes não identificadas na cobertura da atividade política não é prática exclusiva do CM e atingiu também o DN. O que vemos aqui é uma redução da política à intriga, descredibilizando o discurso político e a democracia, onde o jornalismo se dota de um elevado grau de instrumentalização (SERRANO, 2006:212)

Observou-se também que é no CM que as vítimas ou populares têm um (maior) espaço para se expressarem, dando ênfase às emoções e ao drama pois a figura de vítima cativa o público, que a vê como alguém sofredor ou injustiçado (SCHMITZ, 2011:26). Isto verifica-se em 4 notícias que apresentam discurso direto tanto no texto como no título e declarações de testemunhas, nos dias: **29 de novembro** - (“Este não é o



Jorge Ritto que conheci”); **17 de janeiro** - (“Bibi violou-me aos 6 anos”); **22 de maio** - (“Pedroso foi uma das pessoas que me violou”); **24 de maio** - (“Diz que tinha 12 anos quando Pedroso o violou”). Quanto ao DN, tal verifica-se em menor número, excetuando a **17 de janeiro** (“Testemunho pode levar à detenção de Jorge Ritto”) e **22 de maio** (“Ex-ministro suspeito”), contendo afirmações de vítimas mas relegadas para segundo plano. Além disso, o CM apresenta citações de maior dimensão, ocupando por vezes um parágrafo inteiro. A nível de exemplo, foram escolhidas duas notícias de **25 de maio** que se referem exclusivamente a declarações de Pedro Namora e Ferro Rodrigues. O CM utiliza discurso direto através de citações de Namora, que ocupam 3 em 5 parágrafos, enquanto o DN opta por citações de tamanho reduzido, apenas entre 2 a 4 linhas. No entanto, é relevante referir que o DN constitui a figura pública como vítima e o seu discurso direto é utilizado em título para reforçar esse estatuto.

### Imagem Nº 1 – Notícias dia 25/05/03, no DN e CM

2.º dn | 25 maio 2003 | DOSSIER

**Indicar no DN é tão fácil como pagar no telefone.**

**dn.dossier** **Pedofilia**

# «Calúnia infame», acusa Ferro

● Lider do PS indignado com suspeitas divulgadas pelo jornal 'Expresso' ● Os socialistas vão pedir a Souto Moura que clarifique quais os indícios que justificam um processo-crime

» MARIA HENRIQUE ESPADA \*

«O ambiente no PS era ontem quase tão dramático como na quarta-feira passada, o dia em que Paulo Pedroso saiu do Parlamento em direção ao Tribunal de Instrução Criminal. A causa foi a notícia do jornal Expresso que apontava o secretário-geral do partido como citado no processo da Casa Pia. No texto, e em função do que constaria do processo, Ferro Rodrigues é apontado como tendo estado presente em locais onde ocorriam práticas pedofílicas.

A reação do PS não se fez esperar, num comunicado que rebela as acusações e contra-ataca considerando as suspeitas como «calúnia infame». Hoje mesmo, o PS reúne em Comissão Nacional, o órgão máximo do partido entre congressos. Será a ocasião apropriada para o comunicado, para

**APÊLO À BENEVIDADE**

Jorge Sampaio disse ontem que o processo «é minúsculo». E carregou nas tintas para criticar o que considera ser «um balaço enorme e sem sentido que se está a criar. Uma afirmação que retorca o comunicado, quando este apelava, numa mensagem para a comunicação social, que «o rigor exigido para que se fundamente uma acusação sobre alguém, sobretudo num caso com as peculiaridades deste, exige um conjunto de dados suficientemente consistentes que

«responder com firmeza a este momento de extrema gravidade». Uma fonte próxima do secretário-geral acrescenta que o objetivo é «mobilizar o partido e alertar para uma ameaça ao regime».

A notícia do Expresso era já esperada por Ferro Rodrigues, que de resto antecipara na véspera que ela iria ser publicada. O próprio Ferro respondeu num comunicado pessoal contundente, considerando que a reação «firmes» que assumiu no início do processo «está agora mais justificada». Recordou-se que o líder socialista fora criticado pela sensibilidade da primeira reação ao caso. Justificou-se então: «Face ao que está em causa, todos percebemos, mesmo os que me criticaram, a justiça dessa reação». Uma sua colaboradora assinala que fica agora claro que a atitude de Ferro era a única

«rúti naquela altura». No texto, o líder do PS afirma ainda que fará um «combate severo mas determinado» contra «aqueles que são na origem destas calúnias».

Na segunda-feira, o líder parlamentar, António Costa, e uma delegação do PS encontram-se com o procurador, Souto Moura. A estratégia, de acordo com uma fonte partidária, deverá passar por pedir uma clarificação acerca «do tipo de indícios que merecem um inquérito». O objetivo é forçar o PCR a ser mais claro do que até agora, levando à conclusão de que os alegados indícios contra Ferro serão afinal duvidosos. O PS vai ainda reafirmar que «defende o respeito pelos direitos, liberdades e garantias, e que este respeito não interfere com o curso do inquérito».

» Com Pedro Correia

**PGR faz desmentido 'quase' total**

» M. H. E.

PCR esclareceu ao DN que a parte da notícia que coincide com o processo «é minúscula». E carregou nas tintas para criticar o que considera ser «um balaço enorme e sem sentido que se está a criar. Uma afirmação que retorca o comunicado, quando este apelava, numa mensagem para a comunicação social, que «o rigor exigido para que se fundamente uma acusação sobre alguém, sobretudo num caso com as peculiaridades deste, exige um conjunto de dados suficientemente consistentes que

zada por boicotar toda a investigação que está em curso».

O texto do comunicado assinala ainda um processo-crime «para averiguar a fuga de informação que se patenteia». Um elemento da PCR justificou ao DN que, apesar de ter havido já inúmeras violações do segredo de justiça, «este caso é mais grave». Tal como é «grave o protagonizado por António Costa, ao denunciar escutas telefónicas a si próprio e a Ferro Rodrigues. Mas, aponta a mesma fonte, o líder da bancada socialista «tem amanhá, segunda-feira, uma audiência na PGR, e aí poderá ter uma boa explicação». Resta aguardar o desfecho do encontro.

**DESMENTIDO** Ferro

6 Domingo, 25 Maio 2003 | Como da Manhã

**ACTUALIDADE**

**Ferro Rodrigues e António Costa confessaram que têm escutas no poder judicial.**

**IMPÕE-SE tomar medidas em relação às regras do segredo de justiça, para que não continue esta pouca vergonha.**

**CLASSIFICADOS**

Qualquer suspeito deve ser investigado até à exaustão, seja através de escutas, ou por outros meios.

**ACUSAÇÃO ■ PEDRO NAMORA INDIGNADO COM LÍDER DO PS**

# “Ferro Rodrigues esteve caladinho”

! O ex-casapiano avisa que há uma “tentativa monstruosa” para descredibilizar a investigação

Mundo. Agora já é mais, dado que os poderosos estão a ser atingidos. Isto é intolerável.”

O ex-chefe da Casa Pia que desde a primeira hora tem dado a cara na luta contra a pedofilia adianta, ainda, que está à espera de mais detenções: “Se pararmos por aqui, tal quer dizer que conseguimos parar com muita gente e há referências a mais pessoas. As investigações têm de prosseguir. Apelo à Procuradoria-Geral da República e ao senhor Presidente do Supremo Tribunal de Justiça para que, na medida do possível, seja reforçada a equipa que está a investigar os crimes da pedofilia. Mais, se for preciso, de facto, interesse do poder político, devia ser constituída uma investigação para se proceder a uma operação do tipo “Mão Limpas”, que fosse tirada a todas as pedras. Ninguém se pode esquecer que estamos a lutar contra a barbie. Contra criminosos que estão muito bem escondidos e que temem ser apunhalados. Quanto à eventualidade de o ex-ministro Vente de Oliveira estar envolvido na rede pedofílica, Pedro Namora refere: “Não quero responder a esta questão”.

» Pedro Namora não compreende como é que o chefe do Serviço de Informações Estratégicas de Defesa e Militares (SIEDM), Camoto Duarte, ainda continue em funções. “Durlo Barroso devia demitir esse senhor, dado que, em 1992, ele era o proprietário de uma casa onde ocorreram crimes com crianças da Casa Pia, casa essa que era habitada pelo embaixador Jorge Ritto. Sendo este um processo tão importante – libera os senhores do lugar à disposição, como não o faz, repito, apelo ao senhor primeiro-ministro para o afastar.” E sem se deter, o antigo casapiano deixa uma interrogação no ar: “Como é possível manter alguém em funções de tanta responsabilidade sem esclarecer primeiro toda a situação com a casa de Jorge Rito, em Cascais?”

**“GERAÇÃO PERDIDA” REÚNE-SE HOJE**

» Pedro Namora e Adelino Giarra estão a tentar preparar uma reunião com os casapianos da década de 70. Hoje, em Lisboa, os dois adequados participam num almoço em que um dos pontos da agenda é precisamente essa evocação com a de Namora, que chama-lhes “geração perdida”. “Essa é uma geração difícil, dado que não temos muitos contactos dos nossos irmãos casapianos. Há muitos que estão presos, ou mortos e ainda outros completamente destruídos. Estamos a tentar, ao pouco, conseguir falar com o maior número de pessoas. Amanhá [hoje] vamos lá, claro, mas também farei uma análise do que está a suceder.”

**“DURÃO DEVE DEMITIR CAMOTO DUARTE”**

A **iconografia** também é uma característica presente de forma expressiva em ambos os jornais, com o CM a apresentar 26 fotos e o DN 23. A análise não apresenta grande variação em termos de motivos das imagens das notícias escolhidas, sendo maioritariamente dos próprios atores políticos, surgindo ainda a categoria “outros”, com fotografias de outras figuras públicas ou de testemunhos como Pedro Namora. Este resultado não era inesperado, uma vez reconhecida a ênfase dada ao caráter de espetáculo e sensacionalista nas notícias de um escândalo, por isso a imprensa recorre a fotografias para acompanhar a narrativa e envolver o leitor para que este possa associar o acontecimento ao sujeito. Além disso, se uma construção da realidade por parte dos media influencia a perceção do leitor, também as imagens apresentadas contribuem para a representação dessa mesma realidade e sobretudo para tornar ainda mais real essa representação.

**Tabela Nº4 - Nº de imagens incluídas nas notícias**

	<b>DN</b>	<b>%</b>	<b>CM</b>	<b>%</b>
Jorge Ritto	2	9%	8	31%
Paulo Pedroso	3	13%	6	23%
Ferro Rodrigues	6	26%	3	11%
Outras	12	52%	9	35%
Total	23	100%	26	100%

Ao analisar a **Localização** das notícias, é necessário primeiro enumerar as seções que cada periódico possui. Assim e por ordem presencial, o CM apresenta 11 seções: Atualidade, Portugal, Sociedade, Economia, Política, Reportagem, Mundo, Desporto, Cultura/espetáculos, Televisão/media, E também...

Já o DN apresenta 13: Impressões (que inclui as caixas Memoria DN, Cravo e Ferradura, Editorial, Inquérito, Mundo), Nacional, Opinião, Internacional, Sociedade, Regional, Desporto, Negócios, Artes, Livros, Boa vida, Media, Programação.

As seções sublinhadas são aquelas onde estão localizadas as notícias analisadas neste trabalho, além das seções especiais que ambos os jornais criaram, localizadas nas primeiras páginas, intituladas “dn.tema” e “Stop Pedofilia”, respetivamente, nos dias 22, 23, 25, 27e 28 de Maio no DN e 29 de Novembro no CM.

Ainda nesta análise, observamos que o CM deu relevância ao escândalo político da Casa Pia ao colocá-lo com maior frequência nas primeiras páginas do jornal, nas



secções “Stop Pedofilia”, Atualidade e Sociedade, contabilizando-se **1 notícia no “Stop Pedofilia”, 8 em Atualidade e 3 em Sociedade**. O DN apresenta **6 dias em “dn.tema”**, incidindo maioritariamente no período de 22 a 28 de maio, data da detenção de Paulo Pedroso e afirmações de Ferro Rodrigues sobre “cabala” contra o PS, **6 em Sociedade e 1 em Nacional**, localizadas a meio do jornal. Os resultados mostram que a relevância dada ao escândalo no período de análise foi idêntica, pois apesar de o Diário de Notícias apresentar artigos nas secções que se situam a meio do jornal, contrastando com o Correio da Manhã, também é possível ver que, em alguns dias, um significativo número de artigos se encontra nas primeiras páginas do jornal com a secção “dn.tema”.

Quanto à **extensão**, o CM apresenta uma **média de 6 parágrafos**, com a menor notícia contabilizando 1 parágrafo e a maior com 12 parágrafos. Por vezes, algumas notícias apresentam parágrafos que são inteiramente citações, grande parte das vezes de fontes oficiosas. Por seu lado, o DN também apresenta uma média de 6 parágrafos, sendo a notícia mais curta de 3 e a mais longa de 10 parágrafos. Em ambos os jornais, as notícias ocupam página inteira ou mais de metade da página, o que revela a importância dada ao acontecimento.

Os resultados da análise de conteúdo parecem sustentar a hipótese formulada de que existe uma atenuação da diferença entre imprensa de referência e imprensa popular. Em termos de autores, iconografia, localização/extensão o DN e o CM apresentam de facto resultados semelhantes. Quanto às fontes, também se observou que o DN utiliza fontes institucionais em maior número, sendo esta já uma característica de um jornal de referência.

### Análise de discurso

Todo o discurso é uma construção social, não sendo um ato isolado, mas sim “parte integral de atos comunicacionais de uma determinada situação sociocultural”, ou parte de um contexto (DIJK, 1983:24). Desta forma, o discurso reflete uma visão da realidade subordinada aos seus autores e à sociedade na qual vivem. Os media caracterizam-se pela rotina de recolher e seleccionar material, de editar e transformar a fonte material em textos finalizados, o que faz com que a produção de um texto seja um processo coletivo, subordinado a formas de poder político, económico e cultural. Podemos observar a existência de uma **intertextualidade**, uma vez que, em ambos os jornais, as notícias apresentam uma ligação com eventos ocorridos anteriormente, relacionando discursos, contextualizando o leitor e envolvendo outras vozes, tanto para legitimar como para

contrapor factos e outras afirmações, variável que se revela importante, uma vez que se trata de um escândalo e apresenta uma narrativa, contínua e aberta, que se baseia em acusações, denúncias e declarações das personagens. Fairclough cita Kristeva quando esclarece que a intertextualidade implica a introdução de História num determinado discurso, ou seja, o texto será escrito com base em discursos do passado (FAIRCLOUGH, 1993:102). O texto deixa assim de ser único, sofre influências por parte do autor e pode ser construído através de discursos de representação diretos e indiretos ou transcrição de textos, como comunicados e declarações.

A nível de exemplo, temos no CM, a notícia de dia **4 de dezembro** (“Alteraram-me o despacho”), que refere o documento oficial do processo Casa Pia de 1987 e declarações de 28 de novembro da magistrada Peralta, uma vez que é construída com base noutros acontecimentos do passado, relevantes para a composição da notícia e para a construção do drama. Temos ainda **21 de maio** (“Um diplomata “quase de primeira”), que refere um documento de 1991 sobre Jorge Ritto: “Quase. Foi esta a palavra encontrada pelo MNE para suavizar, em 1991, o elogio anexado ao processo que levou à condecoração do então embaixador Jorge Ritto”. O mesmo acontece a **22 de maio** (“De merceeiro a ministro”) com a frase: “Em meados dos anos 70, Portugal não tinha açúcar. O regime de Salazar havia caído”, onde o autor utiliza momentos históricos de Portugal na construção da notícia. Nestes exemplos, a intertextualidade observada não só ajuda a contextualizar o leitor como contribuiu para a continuidade do drama, apresentando documentos do passado e citando diferentes opiniões dos atores, podendo ainda ser o palco de troca de afirmações entre estes, como na notícia já citada de dia **4 de dezembro**.

No DN também é visível uma intertextualidade em diversos dias, tendo sido escolhidos apenas alguns exemplos. A **25 de maio** (“Pedroso dispensa jornais nacionais”), Paulo Pedroso refere-se a um acontecimento do século XIX para falar do seu atual caso: “Pedroso diz a brincar que não quer ser o Dreyfus do século XXI”. Pedroso refere-se ao escândalo político que dividiu a França durante dez anos, fazendo o leitor refletir sobre a gravidade da situação. A **21 de maio** (“Juiz decreta prisão do embaixador Ritto”), o jornal refere dados do passado que permitem a continuidade de uma narrativa: “Já na década de 80, terá apelado ao antigo ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, alegando estar a ser vítima de “perseguição política”. Temos ainda “A próxima edição da revista Time dedica uma página à pedofilia em Portugal”

(28/05/03, “Ferro depõe a 4 de junho”), onde o DN menciona uma conceituada revista internacional, contribuindo para a intensidade do escândalo vivido em Portugal. A existência de uma intertextualidade é também importante na perspetiva do escândalo, pois revela-nos que os periódicos apresentam uma narrativa, característica dominante do texto jornalístico (MESQUITA,2003:130), através de acontecimentos passados ou testemunhos, alimentando uma continuidade da mesma, assim como um drama político e social.

Observamos um uso de diferentes ordens de **discurso** ou interdiscursividade, como jurídico e da vida privada, mostrando que a mistura de discursos é uma característica comum na prática dos media, o que leva a uma recontextualização do discurso mediático com o discurso da vida diária, marcando o primeiro com elementos formais do segundo (FAIRCLOUGH, 2003:34-5). No DN, as notícias “**Contradições e amnésias**” (30 de maio) e “**As soluções do caso Pedroso**” (25 de maio) apresentam um discurso que se enquadra no campo jurídico com exemplos como “objeto de averiguação criminal” e “possibilidade legal para a suspensão do mandato”, respetivamente. Já quanto a um discurso da vida privada temos como expressões: “apesar das suas tendências serem já comentadas” (“**Fotos denunciam casa de Jorge Ritto**”, 27 de maio); “E até deputados tradicionalmente conhecidos pela sua boa disposição, como Hasse Ferreira” e “Estava pálido, tinha as mãos trémulas” (“**A tarde mais longa num Parlamento cheio de lágrimas**”, 22 de maio); “e apesar das suas tendências serem já comentadas” (“**Fotos denunciam casa de Jorge Ritto**”, 27 de novembro); “foi enviando comunicados aos media, a partir da estação de Correios dos Restauradores” (“**Total liberdade de movimentos sempre causou estranheza**”, 21 de maio), trazendo uma personalização dos atores.

O CM, ainda que apresente mais frequentemente um discurso informal ou popular, também apresenta uma variação entre ordens de discursos. “Não há nada na lei processual penal que estabeleça um limite específico para a duração do interrogatório....” (23/05/03, “Limite razoável não foi ultrapassado”) ou “teve a oportunidade de confirmar que o único arguido” (4/12/2002, “Alteraram-me o despacho”) mostram um discurso jurídico. Como exemplos de um discurso informal e da vida privada temos: “O ex-casapiano, agora com 21 anos, não cala a sua revolta...”, dia (22/05/03, “Paulo Pedroso foi uma das pessoas que me violou”), “Foram as origens humildes” (22/05/2003, “De merceeiro a ministro”), “recebeu a visita da namorada”

(23/05/2003, “Abalado e determinado”). A existência de várias ordens de discurso em ambos os jornais remete-nos para a presença de uma tensão na linguagem mediática, nomeadamente entre informação e entretenimento, e público e privado, que, neste caso, permite uma aproximação do público ao campo político e envolve-o no escândalo.

Ambos os periódicos utilizam **discurso direto e indireto** na construção das notícias, porém um elevado uso do discurso indireto pode causar confusão ao leitor, uma vez que por vezes a voz do jornal pode fundir-se com a voz da fonte. Uma vez que, “o jornalista procura basear-se na credibilidade da fonte, na sua honestidade.” (WOLF, *Ibid*, p.200), é exatamente através de citações vindas diretamente da fonte que o DN parece acrescentar qualidade à notícia, o que apresenta uma maior credibilidade aos factos transmitidos. Contudo, na notícia “**Total liberdade de movimentos sempre causou estranheza**” (21 de maio) a voz do jornal parece confundir-se com o discurso indireto no primeiro parágrafo da notícia: “O facto de Jorge Ritto continuar em liberdade até ontem, apesar de todas as suspeitas de abuso sexual de menores, que já datariam de há vários anos, sempre causou alguma estranheza. Tanto mais que o seu nome foi um dos primeiros a ser falados quando começaram a conhecer-se os contornos do escândalo...”, não permitindo a diferenciação entre a sua opinião e a das fontes (que não são citadas neste caso). O mesmo acontece na notícia “**Fotos denunciam casa de Jorge Ritto**” (27 de novembro) com “no ano seguinte, apesar das suas tendências serem comentadas pela generalidade dos altos funcionários do MNE, Jorge Ritto foi nomeado”, onde o DN se refere às suas tendências pedófilas sem ainda ter havido uma afirmação por parte da justiça, fazendo o papel de árbitro logo nos primeiros dias do escândalo.

O mesmo acontece no CM, em “**Um diplomata quase de primeira**” (21 de maio), com “os diplomatas que o conheceram (...) lembram-no sempre como um “grande diplomata”, independentemente da sua orientação homossexual”, onde se torna confuso perceber se a última afirmação, que comporta em si alguma negatividade e julgamento, é a voz do jornal ou da fonte referida.

Analisou-se também a **semântica** empregada, colocando em evidência excertos de notícias que, de forma implícita, deixam transparecer a posição do jornal na forma como evidenciam o sensacionalismo e dramatismo no tratamento deste escândalo. Tanto o Diário de Notícias como o Correio da Manhã apresentam semelhanças na utilização de um discurso dramático. Observou-se uma **relexicalização**, ou substituição lexical, no DN, através de excertos como “...apareceu ao jornalista com os **olhos vermelhos**...”

(22/05/2003, “A tarde mais longa num Parlamento cheio de lágrimas”), sugerindo uma dramatização e emoção com o uso do adjetivo “vermelhos”. Com a intenção de acentuar a gravidade do acontecimento, temos a frase “...o **“número dois”** do partido foi detido...” (23/05/03, “Ferro e Costa sob vigilância”). Por seu lado, o CM também contribui para uma dramatização quando diz, a 22/05/03 (“De merceeiro a ministro”), que Pedroso foi transformado num **“paladino** da solidariedade e da tolerância”, enfatizando o caráter – relevante numa política mediatizada - da figura política que agora é acusada de pedofilia.

Nas notícias analisadas foi ainda possível detetar uma **modalização**, quando por exemplo, o DN afirma “Quando enfrentou os jornalistas na **mais dramática** conferência de imprensa da sua vida.” (22/05/03, “A tarde mais longa num Parlamento cheio de lágrimas”), que apresenta uma modalização de natureza apreciativa através dos adjetivos usados, enfatizando uma dramatização. Com a frase “É também certo que, **até agora, nenhum parlamentar esteve preso**, mantendo-se em funções...”, dia 23/05/03 (“Primeiro deputado preso em funções”), mostra que o autor acaba por intensificar o acontecimento e torna-o algo inesperado, uma nova situação que a AR tem de enfrentar. Também é possível identificarmos esta ocorrência no Correio da Manhã quando explica que o despacho de '87 está em segredo de justiça desde sexta-feira, **“curiosamente** no mesmo dia em que o CM publicou uma entrevista de Maria do Carmo Peralta...”, sugerindo uma atitude de intriga e suspeita, relevante para uma continuação do escândalo, dia 04/12/03 (“Alteraram-me o despacho”). O drama e o inesperado continuam a marcar presença no CM quando nele se lê que “agora, com a suspeita de pedofilia, **não será fácil manter o estatuto de ‘próxima grande coisa’** da esquerda portuguesa”, dia 22/05/03 (“De merceeiro a ministro”), ou ainda dia 22/05/03 (“Paulo Pedroso foi uma das pessoas que me violou”), onde o CM afirma que “As revelações que o jovem ex-casapiano nos fez foram chocantes”.

Ao longo das notícias encontramos ainda **deícticos de tempo**, que se apresentam, no DN, em exemplos como “ Entrou às **18,35 de quarta-feira** e só abandonou o TIC perto das **9 da manhã de ontem...**” (22/05/03, “A tarde mais longa num Parlamento cheio de lágrimas”), mostrando que este foi um interrogatório moroso, sugerindo ainda uma ideia negativa do ator político. Também a 25/05/03 (“Calúnia infame”, acusa Ferro”) o jornal contribui para o drama ao afirmar **“Hoje mesmo**, o PS reúne em Comissão

Nacional...”, o que reforça a urgência e vontade do partido em combater as acusações e os problemas que enfrenta.

No caso do Correio da Manhã, também foi possível encontrar deícticos de tempo, que neste caso demonstram a rapidez do jornal em esclarecer os factos, seja para servir o cidadão ou para alimentar o escândalo, quando diz que “**Horas depois**, o CM voltou a contactar Peralta”, a 04/12/02 (“Alteraram-me o despacho”). Também no dia 23/05/03 (“Quinze horas no Tribunal”), faz várias referências a períodos temporais para intensificar o acontecimento, quando diz que Pedroso esteve “**cerca de 15 horas** no interior do Tribunal (...), **12 das quais** sob interrogatório”, não sendo o único exemplo dentro da mesma notícia.

É ainda observada uma comparação na notícia do DN, de 23/05/03 (“Contenção na visita a Paulo Pedroso”), o enfoque recai para a “contenção” na visita a Pedroso, sugerindo ainda sofrimento por parte do irmão do político. Aqui, a contenção é posta em comparação com o “**Diferente comportamento tiveram** as pessoas que circulavam em frente ao EPL” que mostraram a sua indignação para com os presos do Processo Casa Pia. Esta comparação aproveita a tensão entre o povo, contribuindo para o drama.

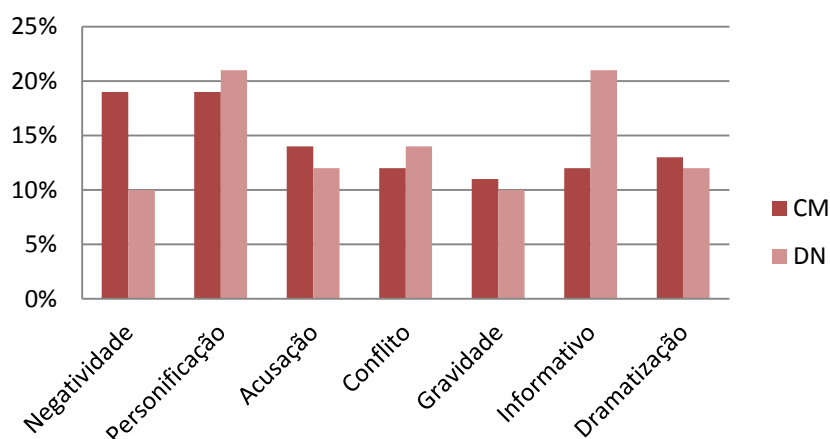
Outra variável escolhida relaciona-se com os **títulos** das notícias analisadas apresentados na tabela abaixo. O título é lugar privilegiado do acontecimento (SERRANO, 2006:133), pode designar o texto e o seu conteúdo e atrair o leitor, apesar de nem todas as funções estarem sempre presentes mas as tendências de subordinação do discurso dos media a imperativos comerciais fomentam estratégias que seduzem o leitor, negligenciando o carácter informativo, que deveria orientar o discurso (MESQUITA, 2003:260). Quanto ao carácter do título, esta análise guiou-se pelo conceito de valores-notícia, uma vez que para ser notícia, o acontecimento tem de preencher certos requisitos, designados de valores-notícias. Os valores-notícia determinam o grau de importância de determinado acontecimento, não são fixos nem neutrais mas antes fruto de uma cultura jornalística, que pode sofrer mudanças (WOLF, 1987:175) e que pode transmitir implicitamente a linha orientadora dos media. O escândalo político da Casa Pia teve lugar na agenda mediática pela sua noticiabilidade<sup>37</sup> do campo político e pela importância de valor-notícia que a imprensa

---

<sup>37</sup> Noticiabilidade refere-se ao conjunto de regras e práticas quotidianas do meio jornalístico que permite identificar e produzir uma notícia, ou seja, refere-se à aptidão dos eventos para se tornarem notícia. Para maior estudo sobre o conceito, consultar Mauro Wolf, “Teorias da Comunicação” (1987)

lhe atribuiu. Aqui, a rutura das expetativas éticas na arena política e a sua dimensão moral, foi um importante elemento da construção do valor-notícia. O jornal popular e o de referência pretendem atrair o leitor e podem adotar estratégias idênticas para tal, ou seja, utilizando os mesmos valores-notícia. Assim, utilizou-se uma categorização em parte baseada na teoria de Galtung e Ruge, com o propósito de se compreender o tipo de valor-notícia predominante no *corpus* dos dois jornais.

Os autores enumeram 12 valores-notícia: a frequência; a amplitude do evento; a clareza/ambiguidade; significância; consonância; inesperado; continuidade; composição; referência à noção de elite; referência a pessoas de elite; personalização e negatividade (TRAQUINA, 2007:179). Os títulos analisados foram agrupados em 7 categorias: Negatividade, Personalização, Acusação, Conflito, Gravidade, Informativo e Dramatização. Observou-se que os títulos inserem-se em várias categorias ao mesmo tempo devido aos itens lexicais que contêm em si.



**Gráfico N°1 – Categorias de títulos do CM e DN**

A categoria de Negatividade pressupõe ações negativas e apresenta também uma imagem negativa do sujeito, tendo uma presença maior nos títulos do CM. Aqui enquadram-se títulos como “**Este não é o Jorge Ritto que conheci**” (29/11/02 no CM) que mostra um teor negativo pelo facto de o ator se ter revelado uma pessoa diferente; “**Um diplomata ‘quase de primeira’**” (21/05/03 no CM) traz um valor negativo com a palavra “quase” ou com “**Ferro e Costa sob vigilância**” (25/05/03 no DN), que também trata os sujeitos de forma negativa, pelo facto de estarem “sob vigilância” devido a alguma conduta menos própria.

No que se refere à categoria de Personalização, incluíram-se aqui todos os títulos que referem o sujeito e observou-se que esta variável é idêntica nos dois jornais. Além da personagem ser uma das componentes da notícia que atrai o público, esta também se revela essencial na construção de um escândalo, adicionando o facto de que a imagem do ator político é cada vez mais vulnerável, daí esta categoria se revelar importante na análise. Os títulos: **“Gama conhecia ligações de Ritto à Casa Pia”** (17 de dezembro no CM), **“Ferro vai ser ouvido”** (27 de maio no CM) ou **“Testemunho pode levar à detenção de Jorge Ritto”** (17 de janeiro no DN), **“As soluções do caso Pedroso”** (27 de maio no DN) são apenas alguns exemplos que expõem o sujeito durante o período analisado.

A categoria de Acusação apresenta-nos itens lexicais que acusam o sujeito de uma determinada ação, geralmente negativa, o que contribui para alimentar o escândalo, a sua narrativa e a inevitável imagem negativa que o escândalo deixa nas pessoas envolvidas. Por exemplo, **“Carlos Cruz frequentou casa de Jorge Ritto”** (10 de maio no CM), parece acusar, pelo menos implicitamente, tanto Cruz como Ritto de um envolvimento no abuso de menores, criando uma imagem negativa dos dois. Também **“Esta é uma acção para atingir o PS”** (22 de maio no DN), levanta acusações de Ferro Rodrigues sobre uma suposta “cabala” contra o partido. Esta nova acusação traz um elemento surpresa e negativo, aproveitando para alargar o escândalo.

Sobre o Conflito, considerou-se a presença de tensão, polémica, contradição ou ambiguidade, elementos também importantes na cobertura noticiosa do escândalo. **“Ferro Rodrigues esteve caladinho”** (25 de maio), **“Gama conhecia ligações de Ritto à Casa Pia”** (17 de dezembro), ambas no CM, **“Alteraram-me o despacho”** (04 de dezembro), no CM, **“Contradições e amnésias”** (30 de novembro) e **“Esta calúnia foi montada contra mim”** (22 de maio), no DN, são os exemplos que demonstram algum tipo de tensão, contradições e troca de acusações, nomeadamente entre os sujeitos da notícia, alimentando a continuidade do escândalo.

Na categoria de Gravidade encontramos expressões ou palavras que tendem a exagerar a notícia, facto que se enquadra na característica do escândalo. Os títulos **“Acusado de 15 crimes de abuso de menores”** (22 de maio), **“Quinze horas no Tribunal”** (23 de maio), **“Diz que tinha 12 anos quando Pedroso o violou”** (24 de maio), no CM, **“Dez dias de espera, angústia e uma carta”** (22 de maio) e **“O interrogatório mais longo até agora”** (23 de maio), no DN, trazem um atributo de



gravidade ao título e à notícia através da referência ao número de crimes de acusação, ao número de horas no tribunal e do interrogatório, ao número de dias em espera e de citações – nomeadamente de vítimas –, que contribui para uma intensificação dos acontecimentos.

A nível Informativo encontram-se os títulos que tendem a ser neutrais, nomeadamente sem adjetivações. Como exemplo temos **“Música clássica para Ritto”** (23 de maio), **“Levantamento de imunidade é frequente”** (23 de maio), ambas no CM, **“Ferro vai ser ouvido”** (27 de maio) e **“Ferro depõe a 4 de junho”** (28 de maio), no DN.

Por último, temos a categoria Dramatização que corresponde à parte dramática e emotiva de um escândalo, características também aqui presentes em ambos os jornais. No CM, **“O último combate da minha vida”** (22 de maio), **“Diz que tinha 12 anos quando Pedroso o violou”** (24 de maio) e no DN, **“A tarde mais longa num Parlamento cheio de lágrimas”** (22 de maio), **“Dez dias de espera, angústia e uma carta”** (22 de maio), **“Calúnia infame”, acusa Ferro** (25 de maio) são títulos que apresentam uma componente emotiva e dramática, tanto pelo facto de se tratar de citações como pelo uso de adjetivos como “mais longa”, “cheio de lágrimas” ou “angústia” que sustentam a componente teatral e comovente do escândalo e suscitam interesse por parte do leitor. Assim, guiado pelo entretenimento, o jornalismo utiliza lugares-comuns e dramatiza a informação, dando um carácter teatral ao conflito político. Aliás, este escândalo não compreende apenas as denúncias do abuso de menores mas aproveita o conflito político que surge no seio do PS para intensificar o drama. A teatralidade típica da arena política alia-se à capacidade e propensão dos media para dramatizar.

Em ambos os jornais os títulos apresentam sensacionalismo e linguagem emotiva. A hipótese formulada confirma-se, assim, mais uma vez e o DN apresenta um desvio da sua linha de imprensa de referência, numa tentativa de atrair o leitor. É importante referir que este desvio, além de ter sido evidenciado com a análise, foi ainda notado pelos leitores que, durante o escândalo da Casa Pia criticaram o jornal<sup>38</sup> queixando-se de uma diferença entre títulos na primeira página e dentro do jornal. De facto isto é visível,

---

<sup>38</sup> Sobre este assunto, a ex-jornalista Estrela Serrano, na altura provedora dos leitores do DN, publicou o livro *“Para Compreender o Jornalismo”* (2006) baseando-se nas cartas enviadas pelos leitores onde se observam comentários e críticas sobre algumas notícias.

por exemplo, na notícia “**Soares explosivo**” (26 de maio) que se encontra dentro do jornal mas surge também na primeira página com um título ligeiramente diferente: “**João Soares ataca Portas e Santana**”. Acontece que isto leva os leitores a perceber mal a temática da notícia e neste caso, pensou-se mesmo que o jornal se referia ao Caso Moderna<sup>39</sup> e não ao escândalo da Casa Pia (SERRANO, 2006:66). O desvio do DN foi marcado por um estilo de generalização do jornal ao remeter todos os atores políticos ao mesmo estatuto e a uma negatividade que cercava o escândalo da Casa Pia, através do frequente uso do antetítulo “Rede de Pedofilia”, que acompanhava o título na primeira página. Esta observação torna-se relevante pois a primeira página será o primeiro contacto do leitor com o periódico e, por esse motivo, um possível motivo forte da sua compra (*Ibid*, 2006:67), pelo que o leitor sentir-se-á enganado se esta não coincidir com os títulos das páginas interiores.

As conclusões desta análise são ainda reforçadas pelo ponto de vista de Serrano, que considera ter ocorrido por esta ocasião uma mudança no perfil do DN como jornal de referência. Nota-se, de facto, um desvio para o formato tabloide, diminuindo a diferença entre imprensa de referência e imprensa popular, com uma valorização do espetacular e o primado da imagem (SERRANO, 2006:180-1). Contudo, seria cair em erro considerarmos que essa mudança levou o DN a desviar-se por completo de uma linha de imprensa de referência, dado que o jornal ainda mantém algumas características típicas deste tipo de imprensa, como a importância dada à informação internacional ou o tratamento de temas políticos.

---

<sup>39</sup> O caso Moderna, que rebentou 1999, tratou-se de um caso de corrupção, gestão danosa e associação criminosa com base na Universidade Moderna que teve o envolvimento de membros da Maçonaria e de figuras da política nacional como Paulo Portas e João Soares.

## Conclusão

O objetivo desta dissertação passou por compreender o papel dos media, nomeadamente a imprensa, no caso Casa Pia durante os quatro meses analisados, através da hipótese de que a diferença entre a imprensa de referência e a popular se encontra esbatida. Para tal, primeiro foi feita uma contextualização da comunicação de massa, do papel que os meios de comunicação assumem hoje a nível social e político, do fenómeno da mediatização da política e da relação dos media com a democracia e a sua função como vigilantes desta.

Todos os capítulos aqui tratados demonstraram-se relevantes para uma melhor compreensão dos meios de comunicação na arena política, pois expõem as transformações ocorridas, os problemas encontrados e como o escândalo se relaciona com as várias partes do trabalho. Desta forma observamos que a política se tornou mediatizada, com uma acrescida vulnerabilidade perante o público e subjugada aos media. Consequentemente, os meios de comunicação forçam os políticos a responder rapidamente e aceleram o seu descrédito (WOLTON, 1999:159). Outra transformação ocorrida relaciona-se com um sensacionalismo e *infotainment* presente no conteúdo das notícias e com a realização de objetivos comerciais. O facto de o mercado dos media ser competitivo leva a que se aposte em conteúdos sensacionalistas, que atraem atenções com temas de “interesse humano”, linguagem de fácil entendimento e dramática.

Sobre as consequências resultantes destas transformações apresentámos a contribuição dos media para fragilizar a democracia e torná-la trivial e para descredibilizar o seu papel de Quarto Poder. O escândalo mediático surge aqui como um instrumento destas consequências. O escândalo, aliado ao sensacionalismo e à dramatização, suscita interesse por parte do público mas contribui para a imagem negativa do político e mesmo da política em si. Sugerimos no trabalho que este fenómeno pode ocorrer de duas formas: como a revelação de uma verdade oculta sobre ações que transgrediram normas ou como difusão de uma calúnia. Contudo, em ambos os casos o escândalo tende a destabilizar a sociedade e o escândalo político, em particular, tende a destabilizar a política e suscita desconfianças.

Sobre a análise, o que se pretendeu foi compreender se há um apagamento da linha de imprensa de referência, uma vez que o jornalismo tem sido cada vez mais influenciado pela lógica de emoção e entretenimento (MESQUITA, 2002:85). A diferença entre o jornal de referência e o popular foi perceptível em alguns exemplos mas

não se demonstrou significativa, pelo que os resultados suportam a hipótese formulada, apresentando uma cobertura de notícias semelhante, a nível de linguagem, imagens ou temáticas.

Nas peças analisadas, no Correio da Manhã (CM) e Diário de Notícias (DN), a imprensa teve um papel informativo, contribuindo para a sua legitimação como Quarto Poder da democracia liberal mas notou-se também uma vertente de sensacionalismo por parte dos dois periódicos. Tal foi observado principalmente em certas variáveis, como na utilização de imagens, localização das peças e na análise de discurso, destacando-se os títulos analisados. No DN, os títulos inseriram-se maioritariamente na categoria “Informativo” (21%), “Personificação” (21%) e “Conflito” (14%). Por seu lado, temos o CM com “Negatividade” (19%), “Personificação” (19%) e “Acusação” (14%). Tal nos mostra que, apesar de no DN a categoria “Informativo” ter maior peso, o jornal acompanha o CM nas restantes, transmitindo um sensacionalismo, dramatização e negatividade sobre os temas e personagens da notícia, em que já não está em causa em primeiro lugar informar, mas seduzir o leitor (MESQUITA, 2003:260). Como já referido no capítulo da análise de dados, ambos os jornais utilizaram linguagem associada ao sensacionalismo. Os dois jornais utilizam termos específicos, na notícia e títulos, que nos remetem para o campo dos sentimentos e emoções, embora isso seja mais observado no CM, revelando a sua característica de jornal popular. A maior parte das notícias do CM contem uma carga emocional pois o jornal utiliza diversos adjetivos, citações e testemunhos de vítimas que, além de contribuir para a credibilidade da informação, pode provocar e ampliar emoções através de declarações de pessoas com as quais o leitor se identifica, como as vítimas. Já o DN não utiliza com tanta frequência o testemunho de vítimas ou pessoas (como ex-funcionários) ligadas à instituição mas assistimos a um desvio dos padrões habituais de um jornal de referência, uma vez que algumas notícias e títulos também apelam aos sentimentos.

Não obstante, os periódicos apresentam uma narrativa do escândalo político e do seu desenvolvimento em que está patente uma intertextualidade, através de referências a outros textos ou acontecimentos passados. Esta continuidade é importante pois, além de ser um elemento habitual do escândalo, contribui para o sensacionalismo através de uma cobertura constante - podendo ser mesmo exaustiva - do tema e dos atores. Aqui, a junção da narrativa aberta com um tema de interesse humano torna o escândalo uma fonte de satisfação e uma forma de entretenimento (SANTOS, 2003:14).

Observou-se então uma semelhança no tratamento do escândalo político entre os dois jornais, indicando uma prevalência no tratamento das notícias, para além do seu carácter informativo, do sensacionalismo e dramatização, corroborando Oliveira quando este afirma que “os jornalistas foram também acusados de sobrepor o interesse comercial de maximizar audiências ao desejo de justiça” (OLIVEIRA, 2007:137). Daí que seja visível um afastamento do DN de uma linha de imprensa de referência.

Esta conclusão não poderia terminar sem relacionar este escândalo político com alguns conceitos debatidos ao longo deste trabalho. Os resultados da análise observados relacionam-se ainda com as transformações apresentadas no capítulo 3 no que se refere à existência de uma ênfase dada à personalização e à publicidade mediática, onde as ações nas quais os atores estão envolvidos adquirem uma visibilidade que é independente da sua capacidade de serem ouvidos ou vistos diretamente. Não obstante, o acontecimento genuíno, o abuso sexual de menores, passou por uma construção mediática, tanto na imprensa como na televisão, com uma mediatização do processo que “condenou o jornalismo português a uma das mais constrangedoras exposições públicas” (OLIVEIRA, 2007:130).

Não obstante, o caso dos abusos sexuais de menores na Casa Pia de Lisboa tratou-se de um excelente exemplo para legitimar os media como Quarto Poder, uma vez que denunciou transgressões e abusos (SCHULTZ, 1998:3), ainda que não exclusivamente de pessoas no poder mas de figuras públicas de certa relevância. Tratou-se de um caso relevante de escrutínio de credibilidade de instituições do Estado e os meios de comunicação serviram como um canal para a exposição das denúncias das testemunhas e para acompanhar o desenlace do processo, através do surgimento de novas vítimas, provas e acusados. Posto isto, foi importante a tarefa democrática dos media para com o cidadão que decorreu a par do escândalo que marcou o ano de 2002. Contudo, o trabalho levado a cabo nesta dissertação leva-nos a concluir que a cobertura noticiosa do processo da Casa Pia vai ao encontro de algumas das dificuldades enumeradas que se relacionam com um maior sensacionalismo devido aos mercados dos media e o perigo que, por vezes, este Quarto Poder apresenta. Aqui os periódicos fizeram jornalismo tanto na ótica do serviço público - quando se valorizam notícias de importância social -, como na ótica económica - com notícias que se destinam a suscitar antes de mais curiosidade e atenção. Assistimos a uma tragédia que virou espetáculo, dando razão a Mesquita quando afirma que “nas sociedades altamente desenvolvidas

instaurou-se um tempo quase-espetáculo” (Missika e Wolton *apud* MESQUITA, 2002:108), e o desempenho dos media portugueses foi posto em causa (OLIVEIRA, 2007:142).

O escândalo da Casa Pia contribuiu ainda para um sensível aumento da fragilidade da democracia, da justiça e dos políticos portugueses graças à ampliação que os meios de comunicação proporcionaram. Sem excluir a sociedade, que registou alguns abalos e “medo das crianças, não por elas, não por nós, mas pelas bocas do mundo” (IVO e MASCARENHAS, 2003:14), onde qualquer ato de ternura era suspeito. No capítulo 5 enumerámos alguns problemas que a democracia enfrenta, enquadrando-se ainda o caso da Casa Pia neste ponto. Não podemos culpar os media pelo facto de figuras públicas e políticas transgredirem valores morais adotados pela sociedade mas podemos afirmar que os meios de comunicação contribuíram para debilitar a democracia portuguesa e a confiança nela depositada. Exemplo disto foi a cobertura noticiosa, por ambos os jornais, sobre os problemas no seio do Partido Socialista, o que contribuiu para uma destabilização no campo político português, principalmente para a reputação do ator político. Esta destabilização não ocorreu por se tratar do PS mas sim porque existiram fugas de informação, fontes não reveladas e por algumas notícias serem falsas<sup>40</sup>, sendo um exemplo do uso da calúnia como difamação com propósitos políticos manipulativos e de decapitação da liderança partidária da época. Ao analisarmos o escândalo, percebemos que este fenómeno traz consigo algumas consequências nocivas para a sociedade, podendo estas ainda serem ampliadas com a ajuda dos meios de comunicação, que cada vez mais utilizam um registo sensacionalista para conquistar os leitores.

---

<sup>40</sup> Sobre esta questão, o PS afirmou em 2003 que iria processar os autores de notícias falsas sobre o alegado envolvimento de políticos do partido. Ver notícia: “PS vai processar autores de notícias falsas”, in Publico, Inácio Rosa, 25/07/2003. Disponível em: <http://www.publico.pt/politica/noticia/casa-pia-ps-vai-processar-autores-de-noticias-falsas-1158777>, acedido em 23/04/2013

## Referências bibliográficas

- AGEE, Warren, TRAQUINA, Nelson, **O quarto poder frustrado: os meios de comunicação social no Portugal pós-revolucionário**, Lisboa: Veja, 2005, tradutores: Luís Pinto e Pinchita
- BAKER, C. Edwin, **Media concentration and Democracy**, Communication, Society and Politics, Cambridge [etc.]: Cambridge University Press, 2007
- BARAN, Stanley J., DAVIS, Dennis K., **Mass Communication Theory**, 4<sup>ed</sup>, Belmont: Thompson Wadsworth, 2006
- BARDIN, Laurence., **Análise de Conteúdo**, Lisboa: Ed.70, 1988, tradutores: Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro
- BLUMLER, Jay G., GUREVITCH, Michael, **The Crisis of Public Communication**, 1<sup>a</sup>ed, Londres: Routledge, 1995
- BRANTS, Kees, **Quem tem medo do infotainment?**, European Journal of Communication, 1998, vol. 13:315-335, *in* Revista Media e Jornalismo, N<sup>o</sup>7, 2005, p.39-58, tradução: Estrela Serrano
- CARPER, Alison, **Marketing News**, *in* Norris, Pippa, Politics and the Press: the news media and their influences, 1<sup>o</sup> ed, Londres: Lynne Rienner Publishers, 1997, p. 45-68,
- CHOMSKY, Noam, **A Manipulação dos Media: os efeitos extraordinários da propaganda**, Mem Martins: Editorial Inquérito, 2002, tradução: Mário Matos e Lemos
- CONNELL, Ian, **Tales of tellyland: the popular press and television in the UK**, *in* Sparks, Colin, Dahlgren, Peter (eds.), Communication and Citizenship, Londres: Routledge, 1997, p.236-253
- CROWLEY, David, MITCHELL, David (eds), **Communication Theory Today**, Stanford: Stanford University Press, 1994
- CURRAN, James, **Media and Power**, Londres: Routledge, 2002
- DAVIS, Lanny J., **Scandal: how gotcha politics is destroying America**, Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2006
- DAYAN, Daniel, KATZ, Elihu, **A História em Direto: os acontecimentos mediáticos na televisão**, Coimbra: Minerva, 1999, tradução: Ângela e José Carlos Bernardes

DIJK, Teun A. van, **News as Discourse**, Nova Jersey: Lawrence Erlbaum Associates Publishers, 1988

ENTAMAN, Robert, BENNETT, Lance (eds.), **Mediated Politics**, Nova Iorque: Cambridge University Press, 2001

ENTMAN, Robert, **Democracy Without Citizens: media and the decay of American politics**, Nova Iorque: Oxford University Press, 1989

ESSER, Frank, et al., **The growing interdependence of media and politics and its implications for democracy**, National Center of Competence in Research (NCCR), Newsletter, nº 10, Junho 2012

ESTEVES, João P., **Sociologia da Comunicação**, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011

\_\_\_\_\_, **O Espaço Público e os Media : sobre a comunicação entre normatividade e facticidade**, Lisboa: Colibri, 2005, tradução: Maria João Silveirinha, Nelson Traquina

FAIRCLOUGH, Norman, **Discourse and Social Change**, Cambridge [etc.]: Polity Press, 1993

HARTLEY, John, **Comunicação, Estudos culturais e Media**, 2004, 1ªed, Lisboa, Quimera, tradução: Fernanda Oliveira

IVO, Nuno, MASCARNEHAS, Oscar, **A Nuvem de Chumbo**, 2003, 1ªed, Lisboa, Publicações Dom Quixote,

KARPPINEN, Kari, **Making a difference to media pluralism: a critique of the pluralistic consensus in European media policy**, in Cammaerts, Bart, Carpentier, Nico (eds.), *Reclaiming the Media: Communication Rights and Democratic Media Roles*, Bristol [etc.]: Intellect Books, 2007, p.9-30

LETRIA, Joaquim, **A verdade confiscada : o escândalo – a armadilha da nova censura**, 1ª ed., Lisboa: Notícias Editorial, 1998

LULL, James, HINERMAN, Stephen (eds.), **Media Scandals**, 1ªed., Columbia: University Press, 1997

MCQUAIL, Denis, **Teoria da Comunicação de Massas**, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003



- MCNAIR, Brian, **An introduction to political communication**, 4<sup>o</sup>ed, Londres: Routledge, 2007
- \_\_\_\_\_, **Journalism and Democracy**, 1<sup>a</sup>ed, Londres: Routledge, 2000
- MERRILL, John, **The imperative of freedom**, Nova Iorque: Freedom House, 1990
- MESQUITA, Mário, **O quarto equívoco : o poder dos media na sociedade contemporânea**, 1<sup>a</sup>ed, Coimbra: Minerva, 2003
- MILLS, Wright, **A elite do Poder**, 4<sup>a</sup> ed, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981
- MURDOCK, Graham, **Culture, communication and political economy** in Curran, James, Gurevitch, Michael (eds.), *Mass Media and Society*, 4<sup>a</sup>ed, Londres: Hodder Arnold, 1991, p. 60-83
- NORRIS, Pippa, **A virtuous circle: political communications in postindustrial societies**, Nova Iorque: Cambridge University Press, 2000
- \_\_\_\_\_, **Politics and the Press: the news media and their influences**, Londres: Lynne Rienner Publishers, 1997
- NEGRINE, Ralph, **Politics and the mass media in Britain**, 2<sup>a</sup>ed, Londres: Routledge, 1994
- NEGRINE, Ralph, LILLEKER, Darren, **Professionalization of political communication : Continuities and Change in Media Practices**, *European Journal of Communication*, Vol. 17(3): 305–323, 2002, Londres et al: SAGE publications
- OLIVEIRA, Madalena, **A Casa Pia e a imprensa : jornalistas em acto de contrição - A impiedade das críticas ou a auto-regulação?**, in Pinto, Manuel, Sousa, Helena (eds.), *Casos em que o Jornalismo foi Notícia*, Porto: Campo das Letras, 2007, p.125-148
- PAIXÃO, Bruno, **O Escândalo Político em Portugal** (1991-1993 e 2002-2004), 1<sup>a</sup> ed., Coimbra: Minerva, 2010
- RIEFFEL, Rémy, **Sociologia dos Media**, coordenação Joaquim Fidalgo, Manuel Pinto, Porto: Porto Editora, 2003
- SANCHEZ, Fernando, **Posibilidades y Limites del Escándalo Político como una Forma de Control Social**, *Revista Española de Investigaciones Sociológicas* n<sup>o</sup> 66, 1994, p. 7-36

- SANTOS, Rogério, **Jornalistas e Fontes de Informação : A sua relação na perspectiva da sociologia do jornalismo**, 1ª ed, Coimbra: Minerva, 2003
- SCHULTZ, Julianne, **Reviving the Fourth Estate : Democracy, Accountability and the Media (Reshaping Australian Institutions)**, Cambridge: Cambridge University Press, 1998 (2003 digital printing)
- SERRANO, Estrela, **Jornalismo político em Portugal : a cobertura de eleições presidenciais na imprensa e na televisão (1976-2001)**, Lisboa: Colibri, 2006
- \_\_\_\_\_, **Para Compreender o Jornalismo : O Diário de Notícias visto pela provedora dos leitores (2001-2004)**, 1ª ed., Coimbra: Minerva, 2006
- SILVA, Elisa Costa e, **Os Donos da Notícia : concentração da propriedade dos media em Portugal**, Porto: Porto Editora, 2004
- SHLEIFER, Andrei et. al., **Who owns the media?**, The World Bank report, (Policy Research Working Paper for World Development Report 2002: Institutions for markets), 2001
- SOUSA, Jorge P., **As notícias e os seus efeitos**, Coimbra: Minerva, 2000
- THINES, G., LEMPEREUR, Agnés, **Dicionário Geral das Ciências Humanas**, Lisboa: Edições 70, 1984, tradução: Artur Morão et al.
- THOMPSON, John B., **O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia**, Petrópolis: Vozes, 2002
- \_\_\_\_\_, **Media e cultura moderna : teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**, 3ª ed., Petrópolis: Vozes, 1999
- TRAQUINA, Nelson, **Jornalismo**, 2ª ed., Lisboa: Quimera, 2007
- \_\_\_\_\_, (ed.), **Jornalismo : questões, teorias e “estórias”**, 2ª ed., Lisboa: Veja, 1999, tradução: Luís Manuel Dionísio
- TRAQUINA, Nelson, et al., **Jornalismo português em análise de casos**, Lisboa: Caminho, 2011
- WASHBOURNE, Neil, **Mediating Politics: Newspapers, radio, television and the internet**, Berkshire: Open university press, 2010
- WILLIS, Jim, **The Media Effect : How the news influence politics and government**, Westport: Praeger, 2007

WOLF, Mauro, **Teorias da Comunicação**, 1ªed, Lisboa: editorial presença, 1987

WOLTON, Dominique, **Pensar a comunicação**, Lisboa : Difel, 1999, tradução: Vanda Anastácio

WOODROW, Alain, **Os meios de Comunicação : quarto poder ou quinta coluna?**, Lisboa: Dom Quixote, 1996, tradução: J. Freitas e Silva

\_\_\_\_\_, **Informação, Manipulação**, 1ª ed, Lisboa: Dom Quixote, 1991, tradução: José Manuel Barata-Feyo

ZENGOTITA, Thomas de, **Mediatizados : Como os media moldam o nosso mundo e o modo como vivemos**, Lisboa: Bizâncio, 2006, tradução Maria de Carvalho

HALLIN, Daniel, MANCINI, Paolo, **Falando do Presidente : a estrutura política e a forma representacional nas notícias televisivas dos Estados Unidos e da Itália**, *in* Jornalismo: Questões, teorias e “estórias”, Traquina, Nelson, 2ªed, Lisboa: Veja, 1992, p.306-325

### **Vídeos/Filmes**

BREAKING THE MIRROR : THE MURDOCH EFFECT, dirigido por David Munro. Escrito por John Pilger. Reino Unido, 1997

WAG THE DOG, dirigido por Barry Levinson. Produção de B. Levinson e Robert De Niro. Estados Unidos, 1997

THE WAR YOU DON'T SEE, dirigido por John Pilger e Alan Lowery. Escrito por John Pilger. Reino Unido, 2010

### **Notícias**

LOMBA, Pedro, **Um processo, duas crises** *in* Diário de Notícias, 17/08/2004

ELISA, Maria, **A pedofilia e os media** *in* Diário de Notícias, 1/12/2002

### **Documentos online**

AMARAL, Marcia Franz, **Imprensa popular: sinónimo de jornalismo popular?**, Intercom Soc Bra. de estudos interdisciplinares da comunicação, XXIX Congresso Brasileiro de ciências da comunicação – UnB- 6 a 9 setembro 2006. Disponível em: <[://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/63557889706955819390718237293726753880.pdf](http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/63557889706955819390718237293726753880.pdf)> , acedido a 05/01/2013

BERELSON, Bernard, **Communications and Public Opinion**, in Schramm, W., Mass Communication, 1960, Urbana: University of Illinois, p.201-214. Disponível em: <<http://www.irfanerdogan.com/dergiweb2008/24/11.pdf>>, acedido a 28/09/2012

DIJK, Teun A van, **Discourse analysis, its development and application to the structure of news**, in Journal of Communication, 1983, vol. 33:2, p.20-41. Disponível em:

<<http://www.discourses.org/OldArticles/Discourse%20Analysis.Its%20Development%20and%20Application.pdf>>, acedido a 12/12/2012

FUNK, Carolyn L., **Impact of scandal on candidate evaluations**, Politcal Behavior, vol.18, no.1, 1996, pp.1-24, Springer. Disponível em:

<<http://www.jstor.org/stable/586509>>, acedido a 16/11/2012

JIMÉNEZ, Fernando, **Political scandals and political responsibility in democratic Spain**, 1998, West European Politics, 21:4, p. 80-99. Disponível em:

<<http://dx.doi.org/10.1080/01402389808425272>>, acedido a 20/10/2012

PINTO, Maria J. Nogueira, **Casa Pia: o antes e o depois**, 09/09/2010, in Diário de Notícias. Disponível em:

<[http://www.dn.pt/inicio/opiniao/interior.aspx?content\\_id=1658207&seccao=Maria%20Jos%E9%20Nogueira%20Pinto&tag=Opini%E3o%20-%20Em%20Foco](http://www.dn.pt/inicio/opiniao/interior.aspx?content_id=1658207&seccao=Maria%20Jos%E9%20Nogueira%20Pinto&tag=Opini%E3o%20-%20Em%20Foco)>, acedido a 12/01/2013

Tal & Qual. in Infopédia [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2013. [Consult.2013-02-28]. Disponível em <[http://www.infopedia.pt/\\$tal--qual](http://www.infopedia.pt/$tal--qual)>

WAISBORD, Silvio R., TUMBER, Howard, **Political Scandals and Media Across Democracies**, Volume I, 2004, American Behavioral Scientist, vol. 47, No.8, 1031:1039. Disponível em: <<http://abs.sagepub.com/content/47/8/1031>>, acedido a 13/10/2012